

JOSÉ IVO FOLLMANN  
(ORGANIZADOR)

# DIALOGANDO COM JESSÉ SOUZA



Casa Leiria

Hoje vivemos em um período em nossa sociedade onde as elites dominantes neoliberais voltam com toda força em forma de "rolo compressor", banindo as oportunidades sociais e educacionais criadas e as conquistas sociais e raciais que estavam tentando romper os rastros da escravidão, deixados pela colonização e pelo poder do colonizador branco europeu. (Adevanir Aparecida Pinheiro)

Descortinar a realidade da "verdadeira corrupção" é uma contribuição fundamental para a conscientização dos brasileiros/as sobre os verdadeiros problemas nacionais. (Adriano Luiz Hahn)

A partir da leitura das obras de Jessé Souza, pensar o Brasil sem os rótulos sociais impostos ao longo do tempo me deu subsídios teóricos e argumentativos para uma crítica ao "mito da brasilidade". (Ana Paula Krumel)

O aprofundamento na sociologia de Jessé Souza conduziu-me a uma condição de ver a sociedade brasileira de uma forma diferente, mais crítica e realista. (Flávio Antônio Manfrin)

A contribuição da obra de Jessé Souza, para além da discussão de ordem sociopolítica e econômica, identifica-se como uma obra de autor com opções teóricas e metodológicas claras, buscando desvelar e desnaturalizar um conjunto de variáveis presentes na sociedade brasileira contemporânea. (Idiane Mânica Radielli)

O autor mete o dedo em nossa ferida de origem escravocrata, expondo os mecanismos de dominação utilizados pelas elites e a classe média contra os mais pobres, a "ralé". (Isabel Cristina de Vargas)

Me sentia numa experiência auto etnográfica, passeando pelas memórias de tantas vivências que só hoje consigo perceber o quanto foram marcadas pelo estigma de ser negro em um país racista. (Jean Fábio Santana)

JOSÉ IVO FOLLMANN  
(ORGANIZADOR)

# DIALOGANDO COM JESSÉ SOUZA



CASA LEIRIA  
SÃO LEOPOLDO/RS  
2018

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS – PPGCS

DIALOGANDO COM JESSÉ SOUZA

Organizador: José Ivo Follmann.

Editoração: Casa Leiria.

Capa: Casa Leiria.

Revisão: Eliana Rose Müller.

Os textos e as imagens são de responsabilidade de seus autores.

Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida,  
desde que citada a fonte.

Ficha catalográfica

D536 Dialogando com Jessé Souza. [recurso eletrônico]. / organização de José Ivo Follmann. – São Leopoldo: Casa Leiria, 2018.

Disponível em:

<<http://www.guaritadigital.com.br/acervo/follmann/dialogando.html>>.

ISBN 978-85-9509-033-0

1. Sociologia. 2. Souza, Jessé, 1960 - . 3. Brasil - Aspectos sociais e políticos. 4. Teoria social. I. Follmann, José Ivo (Org.).

CDU 304.4

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Bibliotecária: Carla Inês Costa dos Santos – CRB 10/973

Em todas as sociedades, as elites  
sabem que precisam, primeiro,  
dominar a cabeça das pessoas  
com ideias para, depois, enfiar a  
mão no bolso delas.

*Jessé Souza*

## SUMÁRIO

- 9 APRESENTAÇÃO E INTRODUÇÃO  
*José Ivo Follmann*
- 15 APONTAMENTOS PARA UMA APROXIMAÇÃO  
DA OBRA E BIOGRAFIA DE JESSÉ SOUZA  
*Maira Damasceno*
- 27 ESTADO, MERCADO E SOCIEDADE: COMO  
ENTENDER O QUE ESTÁ ACONTECENDO NA  
POLÍTICA BRASILEIRA HOJE, A PARTIR DE JESSÉ  
SOUZA  
*Idiane Mânica Radaelli*
- 39 DIGNIDADE E INDIGNIDADE EM CHARLES  
TAYLOR E AS FERIDAS NA AUTOESTIMA DOS  
EMPOBRECIDOS VISTAS POR AXEL HONNETH: O  
BRASIL INVISÍVEL NO OLHAR DE JESSÉ SOUZA  
*Sinval Martins Farina*
- 65 O CONCEITO DE CAPITAL ECONÔMICO,  
CULTURAL E SOCIAL EM PIERRE BOURDIEU  
COMO ELEMENTO CHAVE NO PENSAMENTO DE  
JESSÉ SOUZA  
*Flávio Antônio Manfrin*
- 81 LEITURA ANALÍTICO-REFLEXIVA DAS CLASSES  
SOCIAIS NO BRASIL NA CONCEPÇÃO DE JESSÉ  
SOUZA  
*Ronaldo Teixeira da Silva*
- 97 JESSÉ SOUZA E AS CLASSES SOCIAIS NO BRASIL:  
UMA LEITURA ANALÍTICO-RELACIONAL  
*Adriano Luis Hahn*
- 111 O BRASIL “SEM JEITINHO”: UMA LEITURA PARA  
ALÉM DO “MITO NACIONAL DA BRASILEIDADE”  
*Ana Paula da Costa Krumel*
- 125 A SUBGENTE, A SOCIEDADE INVISÍVEL E A LINHA  
DA “DIGNIDADE” NA LEITURA DE JESSÉ SOUZA  
*Jean Fábio Santana*

- 139 ESCRAVIDÃO COMO CHAVE DE LEITURA DO BRASIL ATUAL, ATRAVÉS DO PENSAMENTO DE JESSÉ SOUZA  
*Isabel Cristina de Vargas*
- 149 IDEOLOGIA, IDENTIDADE E ALIENAÇÃO: UM OLHAR SOBRE PROCESSOS CHAVES NA SOCIEDADE BRASILEIRA, EM DIÁLOGO COM O PENSAMENTO DE JESSÉ SOUZA  
*José Ivo Follmann*
- 167 REVISITANDO OS CONCEITOS DE BRANQUIDADE E BRANQUITUDE NO ESPELHO DA OBRA DE JESSÉ SOUZA, A ELITE DO ATRASO: DA ESCRAVIDÃO À LAVA JATO  
*Adevanir Aparecida Pinheiro*
- 179 JESSÉ SOUZA E AS INTERPRETAÇÕES DO GOLPE DE 2016  
*Thiago Vieira Pires*
- 195 COMENTÁRIOS NÃO CONCLUSIVOS  
*Grupo autoral*
- 206 REFERÊNCIAS



## APRESENTAÇÃO E INTRODUÇÃO

*José Ivo Follmann<sup>1</sup>*

---

<sup>1</sup> Doutor em Sociologia, mestre em Ciências Sociais, graduado em Ciências Sociais, Filosofia e Teologia. Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Unisinos.

Os escritos de Jessé Souza geraram em mim, desde as primeiras leituras, uma grande empatia teórica; Algo como um “amor à primeira vista”. Saboreei com gosto e assimilei, na medida de minhas possibilidades, *A Ralé Brasileira*, *A Tolice da Inteligência Brasileira* e, em seguida, *A Radiografia do Golpe*, buscando depois comentários de escritos anteriores, que eu não tinha tido a oportunidade de ler. Debrucei-me, enfim, sobre as páginas intensas e sintetizadoras de *A Elite do Atraso*. Estas leituras foram se organizando dentro de mim, acompanhadas e ilustradas por uma série muito rica de entrevistas e conferências gravadas. Devo dizer que as palavras de Jessé Souza, a sua forma de buscar as chaves centrais de leitura sociológica da realidade brasileira provocaram e mobilizaram intensamente as minhas concepções. Mesmo que não concorde e tenha algumas restrições fortes com relação a formas de abordagem e tratamento com relação a outras contribuições e autores na sociologia, Jessé Souza é para mim, hoje, referência chave para a sociologia brasileira.

Confesso que, nos tempos caóticos e perturbados que estamos vivendo, os textos e falas desse autor me fizeram viver a estranha sensação de perceber o “meu coração ardendo”, como que repetindo a imagem bíblica dos discípulos de Emaús, que, em sua caminhada de retirada e desilusão, depois da morte do Messias Jesus, passaram a ouvir as palavras de um forasteiro que andava com eles e tiveram a estranha sensação de uma força que os alentava no meio daquele vazio, a partir daquelas palavras. E eles reconheceram: “Não ardia o nosso coração, enquanto ele falava”<sup>2</sup>

2

Bíblia Sagrada: Lc XXIV, 32.

Senti-me impelido a levar esta minha mobilização intelectual para dentro da sala de aula. Propus, assim, no primeiro semestre de 2018 uma atividade com mestrandos e doutorandos em Ciências Sociais, com o objetivo de conhecer mais de perto o pensamento de Jessé Souza, buscando uma apropriação coletiva. A atividade foi denominada despretensiosamente “dialogando com Jessé Souza”. Os textos que seguem, nesta coletânea, mais do que uma antologia, são o resultado de interlocuções dentro do próprio grupo e construções coletivas, limitadas ao tempo de que dispúnhamos: quinze horas de seminário. Trata-se de um resultado ainda inacabado, padecendo de lacunas e mesmo equívocos, que poderão ser sanados com novas leituras e novos avanços. Foi, para mim, uma experiência nova e um exercício, às vezes árido, mas ao mesmo tempo apaixonante, de “reler” Jessé Souza por dentro das leituras e buscas de compreensão pelo olhar dos mestrandos e doutorandos.

O grupo autoral é composto por quatro mestrandos e seis doutorandos de Ciências Sociais. Além das contribuições deste grupo de mestrandos e doutorandos, a coletânea conta também com um texto de minha autoria e um de autoria da Professora Doutora Adevanir Aparecida Pinheiro, que acabara de concluir os seus estudos pós-doutorais, e participou ativamente no seminário, trazendo aspectos de seus estudos sobre o autor em pauta para dentro dos debates.

A estrutura do livro está composta de doze capítulos, os quais mesmo que partam de aspectos ou ângulos diversos relativos ao autor Jessé Souza, nem sempre conseguem deixar de ser repetitivos. Algumas repetições foram excluídas, mas não to-

das. Entendi que não deveria cortar todas as repetições, uma vez que, com muita probabilidade, sinalizam para aspectos chaves no pensamento de Jessé Souza. E, por que não dizer: a repetição sempre é uma boa forma de assimilar e aprofundar a reflexão.

O capítulo 1, de autoria de Maira Damasceno, com o título "Apontamentos para uma aproximação da obra e biografia de Jessé Souza", faz um primeiro sobrevoo destacando alguns aspectos chaves a partir da leitura da Introdução à nova edição de *A Ralé Brasileira* e de *A Construção Social da Subcidadania*. O capítulo termina com um breve registro do itinerário biográfico e intelectual de Jessé Souza (síntese feita a partir de elaboração compilada de Sandra Lilian Silveira Grohe).

O capítulo 2, de autoria de Idiane Mônica Radaelli, com o título "Estado, mercado e sociedade: como entender o que está acontecendo na política brasileira hoje, a partir de Jessé Souza", trabalha, em síntese, a relação entre estado, mercado e sociedade na sociologia de Jessé Souza em sua busca de uma compreensão da sociedade brasileira. Faz esta análise a partir da leitura de *A Tolice de inteligência brasileira*.

O capítulo 3, de autoria de Sinval Martins Farina, com o título "Contribuições de Charles Taylor e Axel Honneth no pensamento de Jessé Souza", realiza uma breve síntese de aspectos do pensamento de Charles Taylor e de Axel Honneth que mais diretamente são utilizados no desenvolvimento da sociologia de Jessé Souza e a fundamentação ou justificativa que o autor apresenta, tendo em vista a realidade da sociedade brasileira.

No capítulo 4, de autoria de Flávio Antônio Manfrin, com o título "O capital econômico, cultu-

ral e social na leitura de Jessé Souza" encontramos uma síntese das contribuições de Pierre Bourdieu com relação ao conceito de capital econômico, capital cultural e capital social e a importância desta conceituação no quadro teórico utilizado por Jessé Souza em sua sociologia.

O capítulo 5, de autoria de Ronaldo Teixeira da Silva, com o título "Uma leitura analítico-reflexiva das classes sociais no Brasil na concepção de Jessé Souza" traz uma elaboração crítica dos principais aportes de Jessé Souza para um entendimento da estrutura de classes no Brasil, bem como a sua pertinência e importância para a sociologia brasileira.

Já o capítulo 6, de autoria de Adriano Luis Hahn, com o título "Jessé Souza e as classes sociais no Brasil: uma leitura analítico-relacional" volta-se especialmente para o modo como o autor descreve a composição de classes sociais no Brasil.

O capítulo 7, de autoria de Ana Paula da Costa Krümel, tem como título "Sociologia construída: os autores questionados por Jessé Souza". Nele são sintetizadas as ideias centrais de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Raymundo Faoro e Roberto da Matta, naqueles aspectos mais diretamente criticados pela sociologia de Jessé Souza.

De autoria de Jean Fábio Santana, o capítulo 8 tem como título "A subgente, a sociedade invisível e a linha da 'dignidade' na leitura de Jessé Souza". Neste capítulo é feita uma descrição das categorias de "ralé brasileira", subgente, linha da dignidade, enquanto importantes aportes para uma leitura diferenciada do conceito de pobres no Brasil.

O capítulo 9, de autoria de Isabel Cristina de Vargas, com o título "A escravidão como cha-

ve de leitura para o Brasil, em Jessé Souza", visa traçar as linhas principais do que sustenta a chave principal de leitura da sociedade brasileira, como Jessé Souza a apresenta, bem como sua relevância e pertinência para a compreensão do que está acontecendo no Brasil hoje.

O Capítulo 10, de autoria de José Ivo Follmann, com o título "Contribuições de Jessé Souza ao conceito de processos de identidade dentro da realidade brasileira", traz novos aportes para o conceito de processos de identidade e de alienação na sociedade brasileira, tomando como apoio aspectos do pensamento sociológico de Jessé Souza.

O Capítulo 11, de autoria de Adevanir Aparecida Pinheiro, tem como título "Debate sobre a questão racial e o conceito de branquidade e branquitude na sociedade brasileira". Dialogando com a sociologia de Jessé Souza, este capítulo visa o aprofundamento da discussão sobre a questão racial no Brasil, focando sobretudo os conceitos de branquidade e branquitude, tais como trabalhados por Adevanir Aparecida Pinheiro.

Com o título "Interpretações do Golpe de 2016", de autoria de Thiago Vieira Pires, o capítulo 12, tem como ponto de partida principal o livro *A Radiografia do Golpe*. Este capítulo visa revisitar a discussão sobre as interpretações dos acontecimentos políticos do ano de 2016 no Brasil, abordando criticamente a leitura feita por Jessé Souza.

Nos comentários não conclusivos, as/os autoras/es expressam, em algumas palavras, o que de melhor levam para suas vidas, desta experiência e deste contato com as contribuições teóricas de Jessé Souza.

# 1

## **APONTAMENTOS PARA UMA APROXIMAÇÃO DA OBRA E BIOGRAFIA DE JESSÉ SOUZA**

*Maira Damasceno<sup>1</sup>*

---

<sup>1</sup> Mestra em Ciências Sociais. Graduada em História (Licenciatura). Atua em temáticas latino americanas.

Através da Introdução do livro “A Ralé Brasileira”, em sua segunda edição em 2018, Jessé Souza deixa claro o caminho percorrido na sua reflexão acerca do pensamento social brasileiro e a “tradição” pseudo-científica deste pensamento. Segundo o autor, trata-se de um pensamento no qual as rupturas superficiais percebidas não foram de fato às raízes dos problemas e acabaram por criar uma espécie de “sociologia espontânea”. (SOUZA, 2018c, p. 14).

Essa “sociologia espontânea” tem muito a ver com o legado de Gilberto Freyre e continuidade dada por Sérgio Buarque de Holanda onde o liberalismo conservador é a ideologia dominante e que estará presente nas escolas e universidades, formando as elites. As esquerdas intelectuais também sucumbem às hierarquias normativas e não têm uma alternativa ao Estado, acabando por reproduzir temáticas, que sugerem um estado de questão sem saída.

Se toda a singularidade da vida simbólica brasileira era percebida nos termos da balela do patrimonialismo e da corrupção supostamente vinda de Portugal, inclusive pela “esquerda”, como romper e superar essa tradição? (SOUZA, 2018c, p. 14-15).

Jessé Souza aprofundou-se na teoria da modernização do Pós Segunda Guerra encabeçada por Talcott Parsons e a divisão do mundo entre desenvolvidos (norte) e subdesenvolvidos (sul), bem como a noção de “estoque cultural” que substituiu o racismo fenótipo, porém, explicando as diferenças culturais do mesmo modo hierárquico e desenvolvimentista:

Existe uma ligação óbvia aqui entre uma ciência que legítima, com seu

prestígio de instância legitimada para estipular o que é verdade e o que é mentira, o que a sociedade inteira pode considerar depois como verdade indisputada sobre o mundo (SOUZA, 2018c, p. 16).

Segundo o autor, seria como se cada país possuísse uma “cultura em essência” e somente a troca de mercadorias do capitalismo ligaria o mundo. Uma visão puramente economicista e superficial que impede o reconhecimento de outras formas de relacionar-se socialmente e criminaliza outras manifestações do ser, das culturas, do gênero e da fé.

Sabe-se que o processo de pós-abolição no Brasil não trouxe reparação, mas sim abandono, privação cultural e material onde afrodescendentes e indígenas só são convidados a participar da sociedade hegemônica, que detém o poder econômico, político e jurídico, quando convém, ou seja, quando seus discursos se tornam úteis ao sistema vigente. As sociedades tradicionais têm suas próprias organizações, porém a violência colonial força processos de troca e contatos que podem fortalecer os processos de identidade ou desencadear a alienação.

No ano de 2003, no livro “A construção Social da Subcidadania” o autor conta que queria entender duas questões interligadas: a gênese e a dinâmica da hierarquia moral no ocidente e as singularidades brasileiras no contexto da hierarquia maior, realizando primeiro a reconstrução do arcabouço moral amplo para depois inquirir acerca das diferenças regionais. O autor inverte o cacoete intelectual de aceitar as diferenças para posteriormente verificar as condições morais, desmistificando a questão sobre o Brasil ter herda-

do historicamente de Portugal aspectos culturais e comportamentais que teriam engendrado nele características culturais de uma corrupção incrustada no aparelho do Estado, realçando a figura do Estado que por origem histórica é corrupto.

A chave, segundo o autor, que permitiu este tipo de leitura distorcida foi a hierarquia moral dissociada do mundo social. Jessé Souza pretende romper com este círculo viciado e utiliza de teorias neo-hegelianas, de Charles Taylor e de Axel Honneth, de reconstrução moral, além de buscar apoio em Pierre Bourdieu, sobretudo com os conceitos de *habitus* e de distinção estética, munindo-se assim para criticar a intelectualidade ingênua.

Segundo Jessé Souza, a invenção do “ocidente útil, produtor e sensível” causa, por um lado, identificação, e, por outro, desprezo, marginalização e animalização. “A diferença entre as sociedades é sempre produto de processos sociais e coletivos de aprendizado ou da ausência deles”. (SOUZA, 2018, p. 19). Trabalho e família, segundo o autor, são as duas fontes morais para o fracasso e o sucesso, onde se criam redes de identificação e preconceito, pré-reflexivas:

O processo de identificação afetiva - *imitar aquilo ou quem se ama* - se dá de modo “natural” e “pré-reflexivo”, sem a mediação da consciência, como quem respira ou anda, e é isso que o torna tão invisível quanto extremamente eficaz como legitimação do privilégio (SOUZA, 2018c, p. 25).

O economicismo, em conjunto com o culturalismo racista, reduz e domina a todos, fazendo com que haja a universalização da classe média e a ilusão de que todas as condições sociais são semelhantes, causando uma cegueira sobre a

transferência de “valores imateriais” na reprodução das classes e privilégios. Os mais ricos precisarão herdar o “estilo de vida” de seus pais e é por esse motivo que os seus filhos são “vencedores” desde o início da vida escolar, enquanto os das classes baixas já iniciam a vida como “perdedores”.

Utilizando Max Weber, o autor refere que, para quem é privilegiado, não basta ter os privilégios: é preciso sentir-se justificado e com “direitos” para tal e, assim, o “mérito pessoal” ganha espaço e, no reverso, o “fracasso” das classes mais baixas é visto como “culpa” individual (p. 26). Se justificam e legitimam os privilégios desconsiderando as condições sociais, familiares e emocionais, gerando a sua reprodução através de “capitais impessoais”, “heranças afetivas de culturas de classe” que em geral estão ocultas e não explícitas, no chamado “mérito pessoal”, que é realçado. As classes baixas não possuem as condições sociais, morais e culturais que lhes permitam a apropriação desses capitais, formam uma classe de “abandonados”, sem méritos. Jessé Souza nomeia “ralé brasileira” a esta classe abandonada, para justamente chamar a atenção sobre esse abandono.

Aqueles que são os tidos como “superiores” ou - como o autor muito bem se posiciona usando a analogia espírito X corpo, - os que são o “espírito”, têm condições de poupar tempo em tarefas domésticas e braçais, as quais os “inferiores” e a “ralé”, que constituem o “corpo”, cumprem por eles e para eles. Isto faz com que eles tenham mais tempo para poderem investir em qualificação intelectual e lazer, ou seja, melhorar os seus capitais culturais.

Na verdade, tudo na realidade social é feito para que se esconda o princí-

pal: a produção de indivíduos diferencialmente aparelhados para a competição social desde seu “nascimento”. Afinal, a produção de indivíduos “raciais” e “calculadores”, os tais que são pressupostos em toda a análise economicista da realidade, não é um dado “natural”, “caído do céu”, como pensa o economicismo dominante [...] A legitimação do mundo moderno como mundo “justo” está fundamentada na “meritocracia”, ou seja, na crença de que superamos as barreiras do sangue e nascimento das sociedades pré-modernas e que hoje só se leva em conta o “desempenho diferencial” dos indivíduos. Afinal, se alguém é 50 vezes mais produtivo e esforçado que outro, nada mais natural e “justo” que também tenha um salário 50 vezes maior e 50 vezes mais prestígio e reconhecimento. Todas as instituições modernas tomam parte nesse teatro da legitimação da dominação especificamente moderna (SOUZA, 2018c, p. 28).

Portanto, o “mérito individual”, que justifica os privilégios de hoje em dia, não passa de treino de habilidades repassadas por gerações que, segundo Jessé Souza, não existem independente de se ter nascido na família e classe certa para essas finalidades. Assim, os consensos sociais tornam normais a ideia e a aceitação de serviços e pessoas de primeira e segunda qualidades.

No livro “A Elite do Atraso” (2017), Jessé Souza problematiza as visões e sentidos de mundo construídas a partir da legitimação da ciência contidas em Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, principalmente. O autor identifica, nesses intelectuais, narrativas totalizadoras de legitimação oligárquica antipopular, mesmo que sob a aparência de

crítica social. Segundo o autor, essas narrativas, que parecem ser tão naturais, são construções que parecem confiáveis, pois são transmitidas através das famílias, escolas e mídia em geral, tornando fácil a reprodução dos privilégios que, dessa maneira, parecem legítimos.

O foco do autor nesse livro são três eixos temáticos, em que o poder é a questão central, pois indica quem manda e quem obedece: 1) a escravidão; 2) a luta de classes por privilégios e distinções; 3) o diagnóstico do momento atual. Para entendermos a sociedade, segundo Jessé Souza, é preciso verificarmos como é realizada a reprodução do poder social real que os intelectuais colonizados legitimam. Dessa maneira, a distorção sistemática da realidade é realizada através de falsas interpretações do pensamento social brasileiro utilizando a teoria da modernização, a mesma que serve de base para as análises do Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, Banco Interamericano do Desenvolvimento, entre outros. Para Jessé Souza não existe chave de leitura para o Brasil sem incluir o sistema escravocrata. É justamente por ter se excluído esse sistema do pensamento social que falsas interpretações são reproduzidas e ampliadas, até os dias de hoje, inclusive nas Ciências Sociais

Muitos falaram de escravidão como se fosse um mero “nome” sem eficácia social e sem consequências duradouras, inclusive Sérgio Buarque e seus seguidores. Compreender a escravidão como conceito é muito diferente. É perceber como ela cria uma singularidade excludente e perversa. Uma sociabilidade que tendeu a se perpetuar no tempo, precisamente porque nunca foi efetivamente compreendida nem criticada (SOUZA, 2017, p. 9).

A ruptura do paradigma racista científico para o paradigma culturalista na verdade nunca existiu, pois ambos dividem os seres humanos entre indivíduos de primeira e segunda categorias. Dessa maneira, Jessé utiliza o termo “racismo” para toda hierarquização e distinção entre países, indivíduos ou classes

Como houve continuidade sem quebra temporal entre a escravidão, que destrói a alma por dentro, humilha e rebaixa o sujeito tornando-o cúmplice da própria dominação, e a produção de uma ralé de inadaptáveis ao mundo moderno[...] O resumo dessa passagem dramática entre duas formas de escravidão pode ser visto deste modo: como a escravidão exige a tortura física e psíquica cotidiana como único meio de dobrar a resistência do escravo a abdicar da própria vontade, as elites que comandaram esse processo foram as mesmas que abandonaram os seres humilhados, sem autoestima e autoconfiança e os deixaram à própria sorte. Depois, como se não tivessem nada a ver com esse genocídio de classe, buscaram imigrantes com um passado e um ponto de partida muito diferente para contraporem o mérito de um e de outro, aprofundando mais a humilhação e a injustiça. Esse esquema funciona até os dias de hoje sem qualquer diferença. Esse abandono e essa injustiça flagrante é o real câncer brasileiro e a causa de todos os reais problemas nacionais (SOUZA, 2017, p. 83-84).

Portanto, o discurso contemporâneo de Jessé Souza nos aponta um Brasil que deve ser lido através de suas continuidades e que somente assim fará sentido.

Ele é um dos autores mais destacados na sociologia brasileira nos dias de hoje. Jessé José Freire de Souza (Jessé Souza), Potiguar de Natal/RN<sup>2</sup>, graduou-se em Direito, pela Universidade de Brasília, na qual, como bolsista CNPq, fez uma análise crítica de Freud sobre Habermas. No ano seguinte à conclusão da graduação, ingressou no mestrado em Sociologia pela Universidade de Brasília, também como bolsista CNPq e realizou pesquisa intitulada “O Desespero da Vontade: A Sociologia do carisma em Max Weber”, que lhe rendeu, no ano de 1986, a menção honrosa no concurso de melhores teses de mestrado da Associação Nacional de Pesquisadores e Pós-Graduandos em Ciências Sociais (ANPOCS). Com a conquista da bolsa de estudos “Deutsche akademische Austauschdienst, DAAD”, realizou doutorado em Sociologia pela Karl Ruprecht Universität Heidelberg, na Alemanha. Neste período, continuou seus estudos sobre Max Weber e Habermas, enfatizando a Modernidade, Democracia, Ação Comunicativa e Moral. Três anos após a conclusão do doutorado, em 1995, como bolsista CNPq, realizou por um ano Pós-Doutorado em Filosofia e Psicanálise na New School for Social Research, de Nova Iorque, EUA. Neste mesmo período, publicou seus dois primeiros livros denominados: “Patologias da Modernidade: Um Diálogo entre Weber” e “Habermas e Multiculturalismo e Racismo: Uma Comparação Brasil/ EUA”.

Em 1998, esteve na Universidade de Nova Iorque, NYU, Estados Unidos, para a realização de mais um Pós-Doutorado. Neste ano publicou o livro “Simmel e a Modernidade”. De 1998 a 2001,

---

2 A síntese biográfica do autor, que segue, foi resumida a partir da elaboração compilada por Sandra Lillian Silveira Grohe, doutoranda da Educação, Unisinos, 2017.

foi contemplado com a bolsa da Fundação Humboldt, a qual lhe possibilitou a realização de mais um Pós-Doutorado. Neste período publicou cinco livros. Mas Jessé Souza dá destaque à publicação realizada em 2003, denominada "A Construção Social da Subcidadania: Para uma Sociologia Política da Modernidade Periférica". Em 2005 os livros "Patologias da modernidade: um diálogo entre Weber e Habermas e Simmel e a Modernidade". Em 2006, realizou livre-docência em Sociologia na Universität Flensburg, Alemanha. Neste período publicou mais seis livros, porém o destaque foi dado para o livro publicado em 2009, "A Ralé Brasileira: quem é e como vive". Este livro é fruto de uma pesquisa vencedora do prêmio Pronex (Fapemig/CNPQ) que compõe uma série de artigos coordenados pelo autor. No decorrer dos anos seguintes, outras publicações foram realizadas, tanto dentro como fora do país, mas o destaque é dado para duas publicações mais recentes: "A tolice da inteligência brasileira - ou como o país se deixa manipular pela elite" (2015) e "A radiografia do golpe" (2016).

Em meio aos estudos e publicações, Jessé Souza foi professor na Universidade de Brasília (UnB), Universidade de São Paulo (USP), Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Embora a sua história tenha sido construída dentro da academia e não haja registro de militância partidária, no ano de 2015, ele foi indicado por Roberto Mangabeira Unger, na época ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos, durante o governo Dilma, para ser presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA),

vinculado ao Ministério do Planejamento. Cargo que não ocupou por muito tempo, pois em 2016 foi afastado a pedido do presidente Michel Temer. Na época o autor havia publicado diversos artigos criticando o processo de impeachment da presidenta Dilma. Nos últimos anos estava vinculado, como professor titular de Ciência Política, à Universidade Federal Fluminense (UFF), porém no ano de 2017 foi transferido para Universidade Federal do ABC.

No ano de 2017 o autor publicou "A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato" e em 2018 reeditou dois dos seus "clássicos": "A Ralé Brasileira: quem é e como vive" e "Subcidadania Brasileira: para entender o país além do jeitinho brasileiro". Ambas as reedições são acompanhadas por uma nova introdução atualizada pelo próprio autor. É notável o grande número de entrevistas e conferências junto a públicos diferentes, protagonizadas por Jessé Souza e divulgadas em profusão pelas redes sociais. É um sociólogo que despertou grande interesse e muitas polêmicas, na conjuntura brasileira de nossos dias.



# 2

## **ESTADO, MERCADO E SOCIEDADE: COMO ENTENDER O QUE ESTÁ ACONTECENDO NA POLÍTICA BRASILEIRA HOJE, A PARTIR DE JESSÉ SOUZA**

*Idiane Mânica Radaelli<sup>1</sup>*

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Ciências Sociais. Mestra em Desenvolvimento. Graduada em Administração.

Estado de alguns, mercado de poucos e sociedade de muitos: esta é a imagem de Brasil que nos vem a partir da leitura de Jessé Souza. Em outras palavras, o mercado é dominado por poucos, ou seja, uma parcela muito reduzida da população que são os endinheirados; o Estado está nas mãos de alguns que se colocam a serviço, em grande parte, dessa parcela reduzida; a sociedade é de muitos ou de todos, sendo que a maioria se apropria dela de forma muito precária. O presente capítulo tem como objetivo fazer uma "visita" a um ponto específico na obra *A Tolice da Inteligência Brasileira* de Jessé Souza, enfatizando principalmente a temática do mercado e do Estado. Para empreendermos melhor esta temática, é necessário dialogar com questões que influenciam a visão e construção da visão de mundo que permeia o Estado.

Para Jessé Souza, a base da nossa sociedade é escravocrata. Para ele convivemos com dois problemas ou situações: as desigualdades econômicas e culturais, sendo a desigualdade econômica constantemente alimentada pela violência simbólica em nível cultural. O mercado e o Estado, da forma como se estruturam, são expressões disso: é uma estrutura que remonta ao longo período de escravidão que vivemos em nossa história. É neste espelho que devemos entender a reprodução permanente da relação entre ambos.

O tema do mercado e Estado está hoje profundamente relacionado com o tema da corrupção. Jessé Souza nos dá importante chave de leitura para isto. Este autor mostra como o Estado demonizado e considerado ineficiente enquanto o mercado aparece como um contraponto, onde a corrupção e a ineficiência não ocorrem.

Alguns autores “clássicos” da sociologia brasileira, segundo Jessé Souza, contribuíram para leituras equivocadas. Por exemplo, a corrupção é descrita por autores como Raimundo Faoro, Sérgio Buarque, como algo que tem sua origem em Portugal, no século XIV. Tal descrição dá a impressão que a corrupção é uma tradição quase milenar que ocorre basicamente no Estado, como uma espécie de herança perversa, que estaria no nosso DNA.

Segundo Jessé Souza, no entanto, é impossível pensar a corrupção no sentido moderno, relacionando-a com o século XIV, pois no século XIV a terra era do rei em Portugal, na Inglaterra, em todos os locais, ou seja, não havia uma participação da população no reino. No referido século, a terra era do rei e dos senhores feudais e ninguém questionava. Não havia, portanto, substância para a corrupção tal qual a conhecemos hoje.

A ideia de que existe um bem público que pode ser apropriado individualmente, de modo desonesto, só pode ser pensada a partir do século XVIII. Isso só foi possível com o Estado moderno, a partir da Revolução Francesa e Revolução da Independência Americana. Não existe corrupção no sentido moderno sem a noção de soberania popular. Só ao perceber que todo o poder emana do povo é que a propriedade pública vai ser atribuída a este mesmo povo, enquanto sociedade de cidadãos.

A dicotomia entre o mercado e o Estado, só se faz possível no Estado Moderno. Aliás, trata-se de um absurdo. A ideia de separação do mercado e do Estado é absurda, no próprio contexto moderno, pois os dois se complementam mutuamente, dependendo um do outro. Conforme Jessé Souza:

Não existem, por exemplo, contratos válidos no mercado - e todos os atos do mercado são contratuais - sem que o Estado forneça o aparato de justiça e de repressão para obrigar o cumprimento contratual. Por outro lado, o Estado depende da produtividade do mercado para sua receita fiscal. Não existe um sem o outro. Não há corrupção sistemática no Estado sem que seja provocada por interesses de mercado. Sendo assim, podemos observar que não tem "santinho nem virtuoso". Mesmo em sociedades que se percebem como formadas por indivíduos e não por classes - para melhor ocultar os conflitos e exploração de classes - os conflitos de classe precisam ser articulados de algum modo, ainda que distorcido (SOUZA, 2015, p. 243).

Para Jessé Souza, Raymundo Faoro, em seu livro "Os donos do poder", trabalha com a perspectiva de que o mercado sendo é "virtuoso" e berço da democracia, e o Estado sendo algo "vicioso". Este último seria um entrave da democracia e berço da ineficiência e corrupção (SOUZA, 2015, p. 242).

Esta perspectiva de Faoro vem a dominar o imaginário social da sociedade. Jessé Souza nos alerta que são sempre ideias que dominam o imaginário social, articuladas por intelectuais. No Brasil a partir de 1970, a leitura da realidade, baseada em Faoro e outros, tornou-se "visão de mundo" institucionalizada, defendendo o interesse maior de todos, representando o "bem" enquanto tal (SOUZA, 2015, p. 243).

Esta visão, que é desenvolvida como o Estado sendo corrupto, deixa a desonestidade dos donos do mercado literalmente invisível. Por que o

roubo já está definido e divulgado para a sociedade como sendo uma característica do Estado. Isso vira lei, pois o mercado tem mecanismos muito fortes para difundir estas “ideias”. Contudo, é comum ouvir que só o funcionário público comete atos de corrupção. A corrupção do mercado é vista em geral como “empreendedorismo”. O Estado pode ser estigmatizado, pois ele é quem pode ser ocupado por forças estranhas, com relações às quais os proprietários e dos donos do mercado se posicionam conforme as suas conveniências e preservação de seus privilégios.

O mercado capitalista, aqui e em qualquer lugar, sempre foi uma forma de “corrupção organizada”, começando com o controle dos mais ricos acerca da própria definição de crime: criminoso passa a ser funcionário do Estado ou batedor de carteira, pobre, enquanto o especulador de Wall Street - a matriz da avenida Paulista - que fraudava balanços de empresas e países e arruína o acionista minoritário, embolsa, hoje mais que antes da crise, bônus milionário (SOUZA, 2015, p. 247).

Jessé Souza procura deixar claro que a corrupção não está só no Estado. Quando se fala em corrupção no Brasil, logo se pensa no Estado como sendo a fonte da corrupção. Ocorre uma demonização do Estado, enquanto o mercado sempre é apresentado como virtuoso. Tal fato reforça permanentemente a visão negativa com referência ao Estado, à política e aos políticos. Segundo o autor, este “mal” definido como a corrupção do Estado é de uma ingenuidade tocante. Mas é a cantilena que nos acompanha os últimos oitenta anos da história brasileira, desde a era Vargas (SOUZA, 2015, p. 246).

Isto se tornou ainda mais evidenciado nos últimos quarenta ou cinquenta anos. De fato, o Brasil construído a partir de 1974 foi desenvolvido para 20% da população, deixando na miséria o restante da população. Este 20% é constituído por 1% de ricos “endinheirados”, os verdadeiros donos, e a classe média a serviço destes “endinheirados”.

A classe média tem um papel importante para enfraquecer o Estado, ajudando a demonizá-lo e dizendo que ele é inútil, ineficiente e corrupto enquanto tal. Ela abre espaço a política de privatização, de todas as riquezas do país. Neste sentido, o Estado tem que ser mínimo, é a base de um consenso falso, porque jamais o mercado resolveu problema nenhum, especialmente nas questões sociais. Em fase de crise, como agora, quando a “farofa é pouca e todo mundo quer o pirão primeiro”, os mais ricos (o 1% “endinheirado”) querem cortar os investimentos sociais e ficar o Estado só para eles (SOUZA, 2015). E a classe média corre serviçalmente a reforçar e legitimar este anseio dos “endinheirados”.

Ao enfraquecer o Estado, o mercado fica fortalecido como produtor de desigualdades, por que é isso que o ele é. Todas as vezes que as classes populares receberam ajuda, foi pela a ação do Estado tendo como exemplo Getúlio Vargas, Juscelino, Lula, Dilma. Nos últimos doze anos, nos governos Lula e Dilma, o modelo de sociedade conseguiu incluir de forma precária e instável parcela da população pobre no mercado de consumo, reduzindo formas extremas de miséria material (SOUZA, 2015, p. 246).

Jessé Souza aponta que Sérgio Buarque de Holanda descreve que o povo brasileiro é improdutivo, desonesto, burro, ou *vira-lata*, ou seja, o povo

brasileiro não tem nada de bom. E esta desonestidade do povo está presente no Estado. A ideia da corrupção no Brasil foi associada como uma espécie de falha moral de origem. O brasileiro teria uma tendência para ser ladrão, ser corrupto. Como se a corrupção não estivesse presente em outros países, da mesma forma. Ela é descrita como se fosse uma singularidade brasileira, o que não é verdade, pois a corrupção é endêmica ao capitalismo. Ela acontece nos Estados Unidos, na França, na Alemanha, etc. Nesses países "centrais" existem disfarces legais mais sofisticados para acobertar a corrupção.

Sérgio Buarque de Holanda trabalhou com o conceito do patrimonialismo referindo que a origem do poder de corromper está no Estado. Para Jessé Souza isso não é verdade. Para ele em toda a sociedade capitalista moderna o poder está no mercado, que captura o Estado. Mas a população que bebe no dia a dia as ideias veiculadas pelos meios de comunicação que repetem, de forma geral, truncadas concepções que ganharam força na academia em determinada época, continua repetindo que de fato toda elite do mal está concentrada no Estado, praticamente invisível a verdadeira origem da corrupção, que é o mercado sem o mínimo controle.

O que distancia o Brasil das sociedades que admiramos não é a corrupção do Estado, que é um problema real em qualquer lugar. O que nos afasta das sociedades "moralmente superiores" é que exploramos, aceitamos e tornamos fato natural e cotidiano conviver com gente sem qualquer chance real de vida digna sem ter nenhuma culpa nisso (SOUZA, 2015, p. 245).

Não significa que se deva acabar com o mercado, mas regulá-lo, nas suas consequências

deletérias. Também não se nega que ocorre corrupção no Estado. Ela está presente no Estado assim como está presente na iniciativa privada.

Nada mais natural que o mercado e Estado constituam a "semântica possível" de uma luta de classe encoberta, já que nas sociedades modernas a proteção às classes dominadas tem sido historicamente tarefa do Estado, por exemplo, garantindo educação e saúde mesmo para os mais pobres. É vontade dos 'endinheirados', no entanto, que todas as dimensões da vida social fiquem à mercê do interesse de lucro. Quando Fernando Henrique dizia em seu governo que o Estado era ineficiente e, portanto, não deveria investir nas universidades públicas, as universidades privadas - todas muito mais eficientes que as públicas como todos sabemos - tivemos campo livre para expandir seus interesses (SOUZA, 2015, p. 244).

É para esses projetos que serve o discurso do mercado virtuoso e do Estado corrupto e ineficiente. Assim, pode-se concentrar fatia desproporcional do PIB brasileiro em ganhos de capital, cuja maior parte do dinheiro vai para os "endinheirados" que são menos de 1% da população, ficando uma pequena parte para a enorme maioria da população que vive de salários (SOUZA, 2015, p. 244).

Vivemos um capitalismo concentrador, permanentemente reforçado por debate público superficial e pobre. Somos uma das sociedades mais desiguais e perversas do planeta. O mais grave em tudo e que está na raiz dos problemas brasileiros é que tudo é visto apenas pela ótica da ineficiência e corrupção do Estado.

Segundo Jessé Souza (2015), no Brasil assistimos às transferências de riqueza por serviços e mercadorias tremendamente superfaturadas, cobradas pelo mercado e não pelo Estado. Somos o país com as taxas de juros e de lucros mais altas do mundo, cobradas pelos bancos e pelas indústrias, cujos lucros vão para o 1% mais rico. E incrivelmente somos o país em que o Estado é visto como o único lugar onde a corrupção ainda é visível como tal. Aliás, diga-se de passagem, o Estado é o espaço onde há possibilidade de controle real.

No capitalismo, o conhecimento é tão importante como o capital econômico. Não existe nem uma função no Estado ou no mercado que pode ser decidida sem conhecimento. Assim, as classes privilegiadas serão sempre as classes que terão acesso preferencial ao capital econômico ou ao capital cultural. A classe média é a classe por excelência com acesso ao capital cultural, estando valorizados pelo acesso a línguas estrangeiras, a boas instituições de educação e universidades, a bons estudos desde a infância.

Essa classe média é a sócia menor do modelo de sociedade para 20% da população e ocupa os cargos de prestígio do mercado superfaturado e monopolizado. Essas frações são a "tropa de choque" do 1% de "endinheirados" a defendendo na prática nos tribunais, na sala de aula, nos jornais e em todas as dimensões do cotidiano em defesa de seus privilégios. Obviamente, é também a sua sorte como sócio menor que está em jogo. Este 1% é a única parcela que efetivamente tem algo a ganhar quando se encurta o Estado e se mercantiliza toda a sociedade. A demonização do Estado é a uma estratégia perfeita para quem ganha com a mercantilização

total da sociedade, ou seja, 1% que já controla toda a riqueza.

O autor afirma que o país está dividido entre os 20% da população denominados “endinheirados”, mais a classe média e os 80% do restante da população. Toda vez que a classe média sentir que os pobres podem estar diminuindo a distância, como aconteceu nos últimos 15 anos. Fato histórico, a primeira vez que isso aconteceu em 500 anos. Quando ocorreu a passagem dos excluídos, para a classe trabalhadora precária a classe média ficou assustada. As pessoas estavam indo ao shopping, andavam de avião, ocorreu um aumento de 3 milhões para 8 milhões no número de pessoas nas universidades, quase sempre pobres e negros.

A classe média teme por seu lugar de privilégio devido ao encurtamento do espaço social com as classes populares, que foi a principal obra dos últimos governos. O Brasil de hoje ainda marginaliza a maior parte de sua população das benesses da sociedade moderna, mas o Estado ousou aumentar o número de incluídos no mundo do consumo de modo significativo. É a raiva ancestral de uma sociedade escravocrata, acostumada a um exército de servidores cordatos e humilhados, que explica a tolice dos que compram a ideia absurda de mais mercado no país do mercado mais injusto do mundo (SOUZA, 2015, p. 250).

A demonização do Estado, estando relacionado com o problema da corrupção, é um mecanismo importante de manutenção das desigualdades. A elite (“endinheirados”), juntamente com a classe média, vendeu a ideia de que o proble-

ma está no Estado. Na esteira disto, obviamente, vem a campanha contra o Estado de bem-estar social, preservando o melhor quinhão da economia para os já sempre privilegiados.



# 3

## **DIGNIDADE E INDIGNIDADE EM CHARLES TAYLOR E AS FERIDAS NA AUTOESTIMA DOS EMPOBRECIDOS VISTAS POR AXEL HONNETH: O BRASIL INVISÍVEL NO OLHAR DE JESSÉ SOUZA**

*Sinval Martins Farina<sup>1</sup>*

---

<sup>1</sup> Doutorando em Ciências Sociais. Mestre e Especialista em Educação. Graduado em Educação Física e Técnico em Desportos. Professor de Educação Física na Rede Estadual de Ensino. Militante em pastorais sociais da Igreja Católica.

## Introdução

O presente capítulo tem como objetivo apresentar o pensamento de Charles Taylor e de Axel Honneth na obra de Jessé Souza, especialmente no livro intitulado *A Tolice da Inteligência Brasileira: ou como o país se deixa manipular pela elite*, publicado em 2015. O objetivo exposto não é apenas uma navegação teórica, que por si só ajudaria a conhecer aspectos importantes da sociedade em que vivemos, mas ganha força na obra de Jessé Souza porque está a caminho de conhecer como se dão os mecanismos de produção e reprodução de injustiças e desigualdades sociais escandalosas na sociedade brasileira, e que estão opacas, invisíveis, na maioria das vezes, aos nossos olhos. A finalidade de todo esse saber é estar a serviço da justiça social.

Tanto o canadense Charles Taylor como o alemão Axel Honneth são conhecidos como teóricos neo-hegelianos da teoria crítica filosófica e sociológica de vanguarda conhecida por alguns como “teoria do reconhecimento social”. Jessé Souza afirma que a referida teoria é um ponto de partida para perceber as “fontes morais”, paralelamente ao dinheiro e ao poder, que influenciaram e influenciam de modo importante todas as nossas ações, julgamentos e comportamentos no contexto da sociedade ocidental e capitalista.

Um dos pontos da originalidade da obra de Jessé Souza está na percepção de que a economia é, sim, “motor da história”, mas outros aspectos do que Marx chama de superestrutura também são fundamentais. A política, o Estado, a religião, a cultura, entre várias outras esferas da vida, e suas instituições, são apontadas pelo marxismo como

que comandadas, subordinadas à dimensão econômica. Pela percepção que pude ter da obra de Jessé Souza, em particular dos livros apontados na bibliografia e dentro dos limites e propósitos deste texto, há outros pontos daquela superestrutura que não são necessariamente subordinados à questão econômica, ao menos para a caracterização das classes sociais. Estes pontos seriam o capital cultural e o capital social. Outro texto do presente livro trata especialmente da influência de Pierre Bourdieu na teoria de Jessé Souza, por isso não é abordada aqui diretamente.

Uma das críticas apresentadas por Jessé Souza em relação à esquerda tradicional brasileira e ao marxismo clássico é a leitura economicista da sociedade capitalista e de seus males à maioria da população. Ou seja, organizar as classes sociais, distribuindo entre elas os cidadãos apenas com o referencial de renda é um equívoco, há pouco tempo aconteceu com a ascensão da chamada “nova classe média” que, para o autor, não seria mais que uma “nova classe trabalhadora”.

A importância deste capítulo está em aprofundar o conhecimento da obra de Jessé Souza, que é inovadora, ousada e comprometida com os setores populares. Dialogando com o autor, através de dois dos pensadores que são suporte para ele, o texto se coloca a favor do desenvolvimento de uma compreensão que está a romper com a sociologia colonizada, incrustada no imaginário popular do brasileiro, que acaba por sustentar cientificamente um racismo de classe, inferiorizando-o com relação aos habitantes dos países centrais do globo.

Nesse sentido, Jessé Souza (2017, p. 106) lança a questão: e quando não se tem culpa no

exercício da violência material e simbólica contra os mais frágeis, por que se considera que sejam sub-humanos, escravos e indignos de serem tratados e reconhecidos como humanos? Em outro capítulo desta publicação a raiz do culturalismo científico, ainda muito vivo nas ciências sociais no Brasil e no mundo, e que sustenta as ideias que condenam um terço da população brasileira e quase a metade da população mundial a serviços braçais e desvalorizados, classes sem futuro, será desenvolvida. Assim, colocamos esta produção a serviço das lutas, organizadas ou não, dos irmãos e irmãs mais empobrecidos e injustiçados pela escandalosa desigualdade social brasileira.

Na primeira parte, que trata do diálogo de Jessé Souza com a obra de Charles Taylor, é apresentado como a noção de dignidade desenvolveu-se com a reforma protestante, no sentido de que "digno" no mundo moderno é todo aquele passível de ser utilizado produtivamente pelas organizações do mercado e do Estado. Disciplina, autocontrole e pensamento prospectivo são habilidades sociais imprescindíveis para um cidadão ser considerado com dignidade. Também veremos que essas noções não são plenamente conscientes às pessoas, mas seu efeito social, provocado por uma hierarquia de valores que trabalha com essa ideia de dignidade, é concreto no dia a dia das mesmas.

Na segunda parte será apresentada a importante noção das relações afetivas e emocionais familiares no que se refere à produção e reprodução da chamada ralé brasileira. Essas questões são trazidas à tona pelo filósofo e sociólogo alemão Axel Honneth.

## 1. Jessé Souza e Charles Taylor

A fundamentação teórica que Jessé Souza faz a partir da obra de Charles Taylor, filósofo canadense nascido em 1931, problematiza a questão da dignidade como um princípio, um valor moral internalizado em cada pessoa da sociedade ocidental, e em particular no Brasil, separando aqueles que são “gente” daqueles que são “subgente” (digno/indigno). A obra de Taylor destacada por Jessé Souza é *As Fontes do Self*.

A dignidade e a indignidade no sentido que Charles Taylor utiliza estão relacionadas a características ou disposições psicoemotivas que capacitam ou não os indivíduos a “incorporar” conhecimento técnico útil. Da incorporação dessas precondições dependerá o sucesso escolar e o êxito no mercado de trabalho competitivo. Sem isso o corpo não é mais do que “um feixe de músculos”, que pode ser comprado a baixo preço para trabalhos sujos e pesados como acontece no Brasil (SOUZA, 2015, p. 213-214).

Duas das fontes morais que influenciam nossas ações e julgamentos no dia a dia são a busca por “dignidade” e a busca por “autenticidade”. Jessé Souza faz um diferencial na sua obra ao não incluir a “busca religiosa por Deus” como outra dessas fontes, que Taylor inclui. Evidencia que não há arbitrariedade na escolha dessas fontes morais da nossa sociedade ao trazer à tona um pressuposto hegeliano presente na obra de Taylor. É a existência de um contexto ético e moral subjacente a toda ação humana. Em outras palavras, existe uma “hierarquia valorativa” na qual construímos nossa autoestima e também o valor relativo que damos a nós e aos outros, isto é, o “reconhecimento social”,

que é intersubjetivo e compartilhado. Essa hierarquia de valores não é consciente; é inarticulada nas palavras de Taylor, mas a “sentimos” ainda que não possamos articulá-las. Exemplo: qualquer um de nós pode sentir “culpa” e “remorso” ou até consequências piores do que essas se for surpreendido em uma mentira, podendo sentir “vergonha” e ficar com o rosto vermelho. Essa é a prova de que todos temos “sentimentos morais” que nos constroem e desempenham um papel importante em nossas vidas (SOUZA, 2015, p. 174).

A reconstrução da hierarquia valorativa, cujo vértice é composto pelas fontes morais que comandam de forma silenciosa nossa vida prática, é a chave que permite ter acesso ao segredo social e individual mais importante para cada um de nós: entender quem somos e por que agimos, como agimos. Esse processo de reconstrução também permite mostrar a falsidade daquilo que “aparece” a cada um de nós como evidente, mas que, na verdade, representa uma distorção da percepção do mundo que todos compartilhamos. Permite demonstrar o doentio mesmo se a doença for o normal, isto é, mesmo se o comportamento patológico for também o mais generalizado socialmente (SOUZA, 2015, p. 176).

A questão que se propõe em Taylor passa a ser a compreensão e articulação de modo claro e consciente daquilo que de fato “sentimos”. O alcance crítico e a possibilidade de aprendizado político e social são bastante grandes. Para que esse desafio reconstrutivo, no entanto, fique claro e evidente para o leitor mais cético, desde que tenha boa-fé, é preciso dar três passos inter-relacionados: 1º) reconstruir histórica e institucionalmente as fontes morais que norteiam os indivíduos;

2º) demonstrar a realidade concreta através dos pressupostos que atingem a todos nós e também através de resultados do trabalho empírico direto de Jessé Souza; e, 3º) demonstrar a problemática específica de uma “fronteira objetiva da dignidade humana”, presente em todas as sociedades modernas, ainda que em diferentes graus de institucionalização.

### 1.1 Reconstrução histórica e institucional das fontes morais que norteiam os indivíduos

Perseguindo os “efeitos práticos” na realidade institucional de autores que deixaram o espelho de suas concepções guiando a vida prática, Platão é uma figura central nesse contexto. Ele é percebido por Taylor como o primeiro grande sistematizador da ideia fundante de toda concepção moral do ocidente, qual seja, a ideia de que o “eu” é visto como ameaçado pelo desejo (em si insaciável), devendo, portanto, ser subordinado e regido pela razão. É interessante a colocação de Jessé Souza na qual afirma que, durante o período histórico de mais de dois mil e trezentos anos, de Platão até os dias de hoje, poucas pessoas tiveram e têm acesso à leitura de suas obras. O caso é que os efeitos práticos da concepção do filósofo grego estão institucionalizados.

A concepção de virtude platônica só foi decisiva para a história social e política do ocidente porque o cristianismo adotou a perspectiva platônica da dominação da razão sobre as paixões enquanto específico “caminho da salvação” cristã. A noção de santidade e virtude cristãs passou a ser expressa nos termos da pureza platônica. Ao mesmo tempo, Santo Agostinho, ao se apropriar

da tradição platônica, apresenta uma novidade radical que será fundamental na sociedade ocidental: a noção de interioridade.

O processo de institucionalização da virtude platônica e o processo de constituição da ideia de uma "interioridade" do sujeito individual iniciado por Agostinho são radicalizados por Descartes, apesar de mais de mil anos separarem a existência de um e de outro. Aqui acontece a inversão das noções de virtude e de bem que imperavam até então. O tema da vida cotidiana está em oposição à concepção platônica ou aristotélica que exaltavam a vida contemplativa por oposição à vida prática. Para Taylor, assim como para Max Weber, a reforma protestante foi a parteira tanto da singularidade cultural quanto moral do ocidente. Ele fala da revolução que redefine a hierarquia social a tal ponto que agora as esferas práticas do trabalho e da família, precisamente aquelas esferas nas quais todos, sem exceção, participam, passam a definir o lugar das atividades superiores e mais importantes. Ao mesmo tempo, ocorre um desprestígio das atividades contemplativas e aristocráticas anteriores. A sacralização do trabalho, especialmente do trabalho manual e simples, de origem luterana, ilustra a transformação histórica de grandes proporções para toda uma redefinição da hierarquia social (o que nos interessa neste texto).

Por enquanto nos interessa o princípio da dignidade e sua importância jurídica e política no mundo moderno.

No ocidente passa a ser o compartilhamento de uma determinada estrutura psicossocial, que Taylor denomina de "princípio da dignidade", o fundamento implícito do reconhecimento social (SOUZA, 2015, p. 184-185).

Sem a efetiva incorporação das disposições sociais pressupostas no “princípio da dignidade”, como disciplina, autocontrole e pensamento prospectivo, não existe sucesso possível, seja na escola, seja no mercado de trabalho mais tarde. O estudo teórico e empírico de Jessé Souza sobre os excluídos no Brasil comprova essa realidade. Aqueles e aquelas que não têm a garantia mínima da próxima refeição na mesa não conseguem projetar o futuro. As considerações de Taylor sobre a dignidade, enquanto fundamento da autoestima individual e do reconhecimento social, remetem, portanto, à relação entre o compartilhamento de uma economia emocional e moral contingente à possibilidade de reconhecimento social para indivíduos e grupos.

## 1.2 Pressupostos da realidade concreta que atingem a todos nós

Jessé Souza faz uma observação na obra de Taylor com relação a três limites ou falta de clareza que percebe na mesma: a) como as fontes morais são institucionalizadas de modo a serem internalizadas pelas pessoas; b) como as fontes morais se tornam “corpo”, isto é, comportamento automático e pré-reflexivo; c) como as mesmas fontes morais que constituem a hierarquia social responsável pelo reconhecimento social e auto-percepção de autoestima de cada um de nós se transformam em mecanismo de legitimação de privilégios injustos.

Para responder a essas lacunas da obra de Taylor e aproveitar a genealogia da hierarquia implícita que comanda nosso cotidiano, dimensão mais rica da obra do autor, Jessé Souza recorre a dois estudiosos franceses: Foucault e Bourdieu.

Os dois conceitos, um em Foucault e outro em Bourdieu, respectivamente, que ajudam a esclarecer essas questões centrais são o de “poder disciplinar” e o de “habitus”.

O surgimento do poder disciplinar é percebido por Foucault no contexto da mudança da punição na passagem do que ele chama de “período clássico” para a época moderna. Foucault nota que dentro de um tempo histórico muito exíguo mudam as formas de punição de modo flagrante. Em vez da teatralização do suplício e do espetáculo público da punição temos, quase que de uma hora para outra em termos históricos, o advento do espírito contrário: punir passa a ser indecoroso e deve ser mantido em segredo (FOUCAULT apud SOUZA, 2015, p. 188-189).

Jessé Souza observa que a obra de Foucault *Vigiar e Punir*, um livro já clássico da teoria crítica contemporânea, não é apenas um livro sobre a prisão, mas também sobre uma articulação específica entre saber e poder que muda radicalmente a forma como se realiza a dominação e a legitimação da ordem social como um todo. O controle social passa a ser exercido agora não mais sobre o corpo, mas sobre a “alma” do criminoso. Essa nova “técnica do poder” se alastra por toda a sociedade, nas fábricas, nas escolas, nos hospitais, nos tribunais, assim como em todas as práticas sociais.

O projeto de Foucault trata de compreender como uma nova ideia e uma nova legitimação moral que se articula a ela (uma nova “hierarquia moral” no sentido de Taylor, portanto) constrói e transforma instituições de modo a fabri-

car um novo tipo de ser humano que corresponde a essa nova hierarquia. Esse novo tipo de ser humano é feito de corpos “dóceis e produtivos”, afinal o corpo só pode ser percebido como força útil se for simultaneamente submisso e produtivo. Ao mesmo tempo, a “docilidade” só pode ser conseguida se o “corpo não tiver consciência” de sua própria submissão.

Jessé Souza lança a pergunta: como essa “opacidade” é produzida? De diversas maneiras. Primeiramente essa tecnologia é uma espécie de “microfísica do poder” (título de outro livro de Foucault), de caráter difuso e de difícil percepção, que se atualiza em práticas institucionais e sociais concretas, mas que nunca ousam dizer de sua efetiva intenção e dinâmica. Esse modo de perceber o funcionamento do poder moderno é diametralmente oposto à forma dominante tanto para a consciência cotidiana quanto para as ciências afirmativas do mundo para as quais o Estado teria o monopólio do poder na sua relação com os cidadãos.

O poder disciplinar é “invisível”, escapa à consciência, já que é exercido como se fosse um benefício ao submetido. Termina por ser “naturalizado”. O dado principal é a instauração de um “procedimento” (e não do resultado) que propicie o conhecimento, a dominação e a utilização dos corpos. Esse procedimento inaugura um princípio de apropriação da força de trabalho em todas as suas virtualidades, tais como vigor, habilidade, rapidez, constância, de tal forma que se possibilite sua contabilização, apreciação e julgamento constantes. É interessante a observação de Jessé Souza (2015, p.193) sobre esse tipo de controle, que se torna possível tanto por meio da separação entre o trabalhador e os meios de produção

(analisada por Marx no contexto do mercado), quanto pela separação do burocrata dos meios de administração (analisada por Max Weber no contexto do aparelho estatal).

Os controles minuciosos do poder disciplinar são penetrados pelo “tempo”. É precisamente essa “penetração” de uma lei heterônoma no corpo que produz o “automatismo disciplinar”. E esse automatismo leva ao esquecimento da gênese da disciplina, naturalizando-a em “autocontrole”. Não existe mais inimigo externo que impõe seu arbítrio e, por isso mesmo, estimula a resistência contra ele. A imposição do controle externo, depois de internalizada e “incorporada”, passa a ser percebida como lei natural e “nossa”.

### 1.3 A problemática de uma “fronteira objetiva da dignidade humana”

“Digno” no mundo moderno é todo aquele passível de ser utilizado produtivamente pelas organizações do mercado e do Estado. Se isso acontece, essa pessoa é “útil” e o produto do trabalho dela contribui para o bem-estar social como um todo (SOUZA, 2015, p. 195).

Jessé Souza (2015, p. 196) vai construindo uma fundamentação em Taylor que trabalha com a figura de um leitor cético imaginário que provoca algumas questões do tipo: por que nos sentimos como sentimos e por que nós avaliamos a nós mesmos e aos outros segundo aquela hierarquia valorativa cujo vértice é o conceito procedural, isto é, procedimental, de dignidade? Para responder essa questão o autor aponta que é preciso caminhar do nível mais abstrato ao mais concreto. Recorre, em primeiro lugar, à reconstrução

histórico-hermenêutica empreendida por Taylor das fontes morais inarticuladas, redundando em uma “hierarquia valorativa” opaca à consciência cotidiana, apesar de percebermos seus “efeitos”, como já vimos. Em segundo lugar, utiliza a reconstrução histórica, filosófica e sociológica de Foucault para demonstrar que o produto principal do “poder disciplinar” é o sujeito plástico e remodelável que Taylor havia identificado como produto da noção procedural de “dignidade”. Jessé Souza utiliza os dois autores como complementares.

Ainda falta, porém, um terceiro elemento no esforço de responder à questão do cético leitor: esse elemento deve explicar de que modo a hierarquia valorativa reconstruída filosoficamente por Taylor e analisada por Foucault se dá nos sujeitos de modo “pré-reflexivo”.

Esta é, afinal, a questão central da sociologia como ciência: como a sociedade se “inscreve” em cada indivíduo e se reproduz a partir dele como se fosse “vontade livre” desse mesmo indivíduo? Descobrir isso equivale a penetrar um pouco mais no segredo mais bem guardado de todas as sociedades, que é sua estrutura de reprodução de privilégios injustos (SOUZA, 2015, p. 196-197).

Segundo o autor, quem compreendeu melhor como as “economias emocionais” levam a uma percepção e avaliação do mundo muito peculiar em cada caso se torna “carne” e “sangue” nos indivíduos agentes foi Pierre Bourdieu.

Na sociedade moderna os indivíduos acreditam que são “sujeitos” do próprio destino e que há igualdade de oportunidades para quem “realmente quer vencer na vida”. A ideologia da

meritocracia, que resulta desta crença ingênua, transforma constantemente privilégio social em “talento individual”. Como a dominação impessoal e opaca da sociedade disciplinar toma conta da “alma” - e por extensão do corpo - de cada um de nós e nos transforma a todos, em alguma medida variável, em “marionetes” de um drama que atualizamos todos os dias, mas cujo sentido último nos escapa? (SOUZA, 2015, p. 197)

O conceito de *habitus* em Bourdieu pretende dar conta deste bem guardado segredo. Ele desenvolve seu conceito por oposição a outras duas posições antagônicas na sociologia: por um lado o objetivismo, que pressupõe uma lógica que se impõe aos indivíduos sem que estes tenham participação; e por outro lado o subjetivismo, que “compra” a percepção ingênua dos atores sobre si mesmos – como seres “livres” que “escolhem” sua própria vida – para perceber que o trabalho emocional e cognitivo, especialmente na socialização familiar desde tenra idade, nos faz quem realmente somos.

Existe efetivamente, em uma dimensão mais óbvia, todo um sistema de sanções e prêmios inscritos objetivamente nas práticas institucionais - por exemplo, salário, prestígio, distinções, etc. - que permite estruturar em grande medida a experiência prática dos indivíduos e conduzi-la em certo caminho pré-determinado. (SOUZA, 2015, p. 198).

A noção de *habitus* é muito importante para a obra de Jessé Souza, e ainda vai revelar como a “instituição” está “instituída” a partir de “dentro” do sujeito e não apenas “fora” dele. Essa noção ainda explica um sistema de disposições durá-

veis inculcadas desde a mais tenra infância e que pré-molda e pré-decide possibilidades e impossibilidades, oportunidades e proibições, liberdades e limites de acordo com as condições objetivas. Neste texto não iremos aprofundar a obra de Bourdieu em Jessé Souza devido à existência de outro que se propõe a isso nessa publicação.

#### 1.4 A linha invisível da dignidade

Os efeitos das práticas institucionais às quais estamos todos submetidos podem ser tornados explícitos pela reflexão científica. A segunda fonte moral descrita por Taylor como “autenticidade” ou “expressivismo” foi utilizada por Bourdieu no seu estudo sobre as hierarquias opacas efetivas na sociedade francesa moderna. Para Bourdieu, a questão se tratava de perceber a luta de classes na França e a legitimação de privilégios injustos a partir da luta pelo monopólio da definição da “personalidade sensível”, ou seja, pela definição do “bom gosto” como fruto do “talento individual”. Essa definição fazia com que o acesso a todo tipo de recurso escasso aparecesse como “merecido” por aqueles que se percebiam e eram percebidos como “mais sensíveis” e, portanto, “melhores” seres humanos.

No Brasil, onde a luta pela “distinção social” também existe, é de modo mais intenso do que países como França ou Alemanha a “luta pela dignidade”, no sentido procedural explicitado anteriormente. De outra forma, antes da luta social pela “personalidade sensível”, no sentido da busca pela “autenticidade”, existe a luta pela “personalidade útil”, sob o manto da busca pela dignidade. Nem uma, nem outra são conscientes, mas seus efeitos são terríveis todos os dias em sociedades como a brasileira.

A palavra dignidade é controversa, uma vez que no senso comum quase sempre está ligada a valores substantivos como honestidade, altivez, honradez, etc. Mas a “dignidade moderna” (SOUZA, 2015, p. 202) está ligada não a valores substanciais como a “honra”, mas a um conjunto de qualidades e imposições para o comportamento “incorporadas”, em grande medida pré-reflexivas que formam, no entanto, uma economia emocional, moral e cognitiva singular e produto de dado momento histórico.

[...] apesar de sua invisibilidade enquanto elemento constitutivo de nosso comportamento prático, o termo “dignidade” é interessante precisamente porque materializa o “respeito” objetivo para todo aquele ou aquela que possui essas disposições e que, portanto pode contribuir como “produtor útil” para o bem geral sob as condições da competição capitalista (SOUZA, 2015, p. 202-203).

Para os propósitos da obra de Jessé Souza é o fato de que a linha invisível da dignidade pode ser tornada visível pelo trabalho empírico teoricamente informado e crítico. Em nível mundial a realidade dos excluídos é tornada invisível pela percepção liberal da sociedade, que universaliza as disposições de comportamento da classe média para todas as classes subalternas, permitindo “culpá-las” pelo próprio fracasso.

Jessé Souza afirma que estudos que se pretendem “críticos” e de “esquerda” têm a atitude ingênua de aceitar como verdade o discurso do oprimido sobre si mesmo. No entanto, a descrição do excluído abaixo da condição de “dignidade” sobre sua própria condição tende a negar subje-

tivamente a condição sub-humana que vive em seu cotidiano. O distanciamento reflexivo da própria condição só é possível para quem tem acesso à possibilidade de mudar a própria vida.

Essa “classe de desclassificados”, abaixo da linha da dignidade, é um fenômeno mundial. É a ausência da incorporação dos modernos capitais impessoais, tanto o econômico quanto o cultural, que reduz os indivíduos dessa classe a “corpos” que são vendidos “enquanto corpos”, a baixo preço para serviços desvalorizados. Não está se tratando aqui do famoso “exército de reserva” marxista, já que essa classe de despossuídos, pelo menos em grande medida, não pode exercer funções produtivas no mercado competitivo do capitalismo, pois lhe faltam pressupostos até mesmo para a incorporação de capital cultural e técnico imprescindível para o adequado desempenho nos setores intensivos em tecnologia. Exemplo disso é o caso brasileiro de poucos anos atrás, quando, apesar de haver milhões de pessoas desempregadas no país, foi preciso importar mão de obra estrangeira.

## 2. Jessé Souza e Axel Honneth

Axel Honneth, nascido em 1949, foi assistente de Habermas no Instituto de Filosofia da Universidade de Frankfurt, onde apresentou sua tese de livre-docência, cuja versão em livro é *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*, publicado em 1992. Em 1996, Honneth sucedeu a Habermas em seu posto na Universidade de Frankfurt. Em maio de 2001, Honneth assumiu também a direção do Instituto de pesquisa social.

A expressão “Escola de Frankfurt” surgiu apenas na década de 1950, após o Instituto (que havia deslocado sua sede para Genebra, Paris e

Nova York respectivamente durante o regime nazista) retornar à Alemanha. Além de Horkheimer, que foi figura central da “Escola de Frankfurt”, ao seu lado, como íntimo colaborador estava Theodor W. Adorno, que o sucedeu na direção do Instituto em 1958.

Falar em “Teoria Crítica”, no sentido original que lhe foi dado por Horkheimer em seu artigo de 1937, “Teoria Tradicional e Teoria Crítica”, significava abordar o campo teórico do marxismo. A partir dessa publicação, pode-se dizer que a expressão “Teoria Crítica” abarca toda uma tradição de pensamento que não se limita a descrever o funcionamento da sociedade, mas pretende compreendê-la à luz de uma emancipação ao mesmo tempo possível e bloqueada pela lógica própria da organização social vigente.

Se Honneth concorda com Habermas sobre a necessidade de se construir a Teoria Crítica em bases intersubjetivas e com marcados componentes universalistas, defende também, contrariamente a este, a tese de que a base da interação é o conflito e sua gramática, a luta por reconhecimento. É no jovem Hegel que Honneth irá encontrar os elementos mais gerais da “luta por reconhecimento” que lhe permitiram se aproximar da “gramática moral dos conflitos sociais”.

O tipo de luta social que Honneth privilegia em sua teoria do reconhecimento não é marcado por objetivos de autoconservação ou aumento de poder, concepção de conflito predominante na filosofia política moderna e na tradição sociológica. Antes, interessam-lhe aqueles conflitos que se originam de uma experiência de desrespeito social, de um ataque à identidade pessoal ou coletiva capaz de suscitar uma ação que busque restaurar

relações de reconhecimento mútuo ou justamente desenvolvê-las em um nível evolutivo superior.

Nos termos da “teoria do reconhecimento”, a experiência do amor, a começar pela identificação mimética entre as crianças e os seus provedores, é aquela em que a “abertura ao outro” dá-se do modo mais radical em comparação com as demais esferas de reconhecimento social.

A “autoconfiança”, como nos ensina o pensador alemão Axel Honneth, é aquele elemento que confere a quem o possui pelo simples fato de ter sido amado, a certeza do próprio valor, certeza essa que permite encarar derrotas e perdas como fatos transitórios e o enfrentamento de todo tipo de desafio e de dificuldades com confiança e esperança (SOUZA, 2018c, p. 52).

No livro de Jessé Souza intitulado *A ralé brasileira*, fruto de uma pesquisa teórica e empírica realizada entre 2004 e 2008, coordenado por ele e com a participação de doze pesquisadores, foi relatado que é comum a naturalização do estupro. Principalmente as mulheres são estimuladas a um início prematuro da vida sexual, permitindo que sejam facilmente instrumentalizadas sexualmente pelos pais, padrastos, tios, irmãos mais velhos (SOUZA, 2018c, p. 53).

Durante a produção da referida pesquisa todos os pesquisadores envolvidos ficaram chocados com a naturalização do abuso sexual dos mais velhos e mais fortes em relação aos mais novos e mais fracos, especialmente das meninas, mas também dos meninos. Esse tema é um tabu quase nunca veiculado pela mídia, o que apenas favorece sua perpetuação no tempo. Contexto semelhante já havia sido detectado por Florestan

Fernandes em estudo pioneiro na São Paulo dos anos 1950 (SOUZA, 2015, p. 206).

As feridas na autoestima e na autoconfiança dos indivíduos dessa classe que se encontra abaixo da linha da dignidade, resultantes dessa prática que se transmite de geração a geração cuidadosamente ocultada por um acordo silencioso entre vítimas e algozes, não são difíceis de serem imaginadas. Nesse sentido, é significativa a retomada feita por Axel Honneth da importância das relações afetivas e emotivas no interior das famílias como pressuposto para o exercício de toda função pública, seja como produtor útil, seja como cidadão. O abandono social e político das famílias marcadas pelo cotidiano da exclusão parece ser fator decisivo para a reprodução indefinida dessa classe social no tempo.

O fator fundamental ligado ao problema discutido acima é o não aprendizado de habilidades e capacidades fundamentais para a apropriação de capital cultural de qualquer tipo. O problema em jogo – a partir do relato de várias informantes sobre a instituição escolar que, quando crianças ficavam olhando o quadro negro durante horas sem nada aprender – era a ausência da incorporação afetiva da “capacidade de se concentrar”. Os indivíduos de classe média tendem a perceber a referida capacidade de concentração como uma “habilidade natural”, como se simplesmente nascêssemos com ela.

A capacidade de concentração pressupõe tanto disciplina da vontade quanto autocontrole e pensamento prospectivo, depende de estímulos e exemplos, além de um contexto social propício. O que as classes privilegiadas recebem desde o nascimento são as “armas” necessárias

para a luta da competição diária por todos os bens e recursos escassos. Os excluídos entram “desarmados” nessa luta. As pesquisas empíricas sobre as classes populares brasileiras, de Jessé Souza, mostraram que o “pensamento prospectivo”, ou seja, a consideração do futuro como mais importante que o presente, também é uma construção e um privilégio de classe. Assim, temos literalmente “classes com futuro” e “classes sem futuro” (SOUZA, 2015, p. 207).

Os contornos fluídos da “linha invisível da dignidade”, usando como exemplo empírico a sociedade brasileira contemporânea, puderam ficar mais claros nos estudos de Jessé Souza sobre a “nova classe trabalhadora”. Refere-se à efetiva ascensão social de cerca de quarenta milhões de brasileiros. O crescimento econômico beneficiou também os setores populares da sociedade brasileira, com políticas redistributivas, como Bolsa-Família, aliadas ao aumento real do salário mínimo e políticas de microcrédito, além de facilidades ao crédito de um modo geral. Políticas tópicas de acesso à educação superior para a população mais pobre fortaleceram a base da pirâmide social brasileira. Uma parte dos componentes dessa classe social foi formada precisamente por segmentos “superiores” da classe dos desclassificados sociais. Tal fato comprova que não existe classe condenada para sempre e que condições econômicas e políticas favoráveis podem desempenhar papel decisivo.

O que nos interessa aqui, trazendo à luz as questões apontadas por Honneth, é observarmos que, por exemplo, fontes importantes de “autoconfiança” individual e de solidariedade familiar baseada na socialização religiosa, temas nega-

dos por estudiosos conservadores, foram crescentemente importantes nas classes populares brasileiras. Nos estudos empíricos de Jessé Souza foi percebido que entre os batalhadores (nova classe trabalhadora) a religiosidade pentecostal era dominada pelas denominações mais “éticas”, ao contrário da “ralé”, na qual predominam as denominações mais “mágicas” do pentecostalismo, em que a “regulação racional da vida cotidiana” e a “crença na própria capacidade” passam a ser os valores máximos. Isso implica, nos melhores casos, na possibilidade de se conquistar tardiamente estímulos morais e afetivos que nas classes do privilégio são dados pelo horizonte familiar em tenra idade (SOUZA, 2015, p. 210).

A hierarquia valorativa dominante que pode ser exposta nos termos presentes na oposição “digno” / “indigno” não só transfere a culpa da “indignidade” de todos ao próprio indivíduo, mas também quebra e separa a classe como um todo, e dentro dela, cada família, cada vizinhança e, no limite, cada indivíduo em dois inimigos irreconciliáveis (SOUZA, 2015, p. 213).

A “ideologia da meritocracia” como bastião da violência simbólica típica das sociedades modernas, na medida em que procura preservar a ilusão de justiça e igualdades que perpassa todas as sociedades modernas centrais ou periféricas, também se torna visível, por exemplo, na maneira como o preconceito contra os “dispensáveis” ou “marginalizados” se atualiza nessas sociedades.

Essa é uma luta de classes extremamente importante e, ao mesmo tempo, invisível. Mesmo o marxismo não a vê, de tão acostumado a inquirir acerca da “mobilização” e de “setores sociais mobilizáveis” para a luta através de sin-

dicatos e partidos. As classes sem “consciência de si”, mas, por isso mesmo superexploradas, são invisíveis na sua dor e no seu sofrimento. E tornar a dor e o sofrimento visíveis é o desafio maior de qualquer ciência verdadeiramente crítica (SOUZA, 2015, p. 217).

Como vimos, Honneth trabalha com o conflito diferentemente da sociologia tradicional: seu olhar está voltado à recuperação da dignidade individual ou coletiva, ferida por diferentes formas de ataques. A autoconfiança e a autoestima das pessoas vêm da infância vivida com seus provedores. Jessé Souza destaca um segmento social historicamente relegado ao abandono e que está abaixo da linha da dignidade, o qual ele chama de “ralé brasileira”. O fracasso escolar das pessoas da ralé brasileira origina-se na ausência da capacidade de concentração, que não é uma habilidade natural, mas que depende de estímulos, exemplos e contexto favorável.

Nos estudos empíricos do autor e seus colegas comprovou-se que não existe classe social condenada. Com a ascensão social de quarenta milhões de brasileiros em recente período econômico favorável no Brasil isto foi demonstrado. A religião pode resgatar a autoconfiança individual e a solidariedade familiar que foram ausentes durante a infância, como confirmam os estudos empíricos de Jessé Souza.

## **Considerações finais**

No desenho geral que o autor faz da sociedade brasileira, dividida em quatro classes, com suas várias frações, quais sejam, a elite, a classe média, a classe trabalhadora precária e a ralé,

há uma sociologia que denuncia falsos conhecimentos científicos, que muitas vezes servem de sustentáculo à aparência de que todos são iguais em possibilidades de ter acesso aos escassos bens disponíveis. Sabe-se que o tempo livre da classe média, destinado ao seu preparo para vencer na escola e, posteriormente, no mercado de trabalho competitivo, se dá à custa daqueles que recebem salários vis para fazer os trabalhos rotineiros e corporais das casas daqueles, tais como limpeza, comida, cuidados com as crianças, etc.

Jessé Souza fundamenta-se em Taylor e Honneth, autores que vêm de países centrais, com a originalidade de trazer os conhecimentos deles para a realidade brasileira. Diferentemente do Canadá e da Alemanha, o Brasil possui um terço da sua população abaixo da linha da dignidade. Na Europa e na América do Norte as lutas são mais pelo que Taylor chama de autenticidade, ou seja, pela aceitação de uma alma sensível, e com isso o refinamento da estética, exemplificado por Jessé Souza pelo fato de poder beber um vinho de quinze mil reais, usar roupas de marca, ter carros de último tipo, etc. Ter o dinheiro para aproveitar essas regalias seria mero acaso.

No Brasil, a questão é a luta por dignidade, ou seja, a de produtor útil, isto é, de ter uma vida mínima, um acesso mínimo ao capital cultural que permita um serviço minimamente qualificado. O uso que o autor faz da obra de Honneth vai no sentido da identificação das crianças com seus provedores, da autoconfiança e autoestima formadas ou não nessa etapa da vida. Essa experiência, muitas vezes negativa nas classes dos desclassificados, devido ao abandono social e político de que são vítimas, tem repercussão na

sua vida escolar e, mais tarde, no mercado de trabalho competitivo.

Na teoria do reconhecimento vemos a intersecção dos dois autores com os quais Jessé Souza dialoga e se fundamenta. São importantes tanto os conceitos de dignidade e indignidade, isto é, produtor útil ou corpo resumido a feixe de músculos, desenvolvidos por Taylor, quanto os de autoconfiança e autoestima necessárias para armar as pessoas para escola, o trabalho e a cidadania, desenvolvidos por Honneth.

Se Taylor enxerga a dignidade da sociedade moderna na figura do trabalhador útil como importante fonte na hierarquia moral da sociedade capitalista, Honneth permite a Jessé Souza a percepção de que, mesmo entre os esquecidos da sociedade brasileira, existe a possibilidade de recuperar a autoconfiança individual e de solidariedade familiar baseada na socialização religiosa, e, assim, conquistar tardiamente estímulos morais e afetivos que, nas classes do privilégio, são dados pelo horizonte familiar em tenra idade

Taylor acena, desenvolvendo o pensamento de Hegel, e as exigências da razão para este, com a seguinte questão: qual seria então a forma de vida que o homem teria de alcançar para ser um veículo adequado do Espírito? Antes de tudo, essa forma tem de ser uma forma social. "*O Estado é a expressão real dessa vida universal que é a corporificação necessária (não seria inapropriado dizer a "base material" para a visão do Absoluto)*" (HEGEL apud Taylor, 1979, p. 96).

Mesmo que haja a ressalva de Souza em não destacar questões religiosas ou espirituais em sua obra, entendemos que, na importante intersecção desses dois autores neo-hegelianos, Taylor

e Honneth, e olhando para a experiência de vários dos países ocidentais centrais, que enfrentaram suas “ralés” com o cuidado do Estado para com elas, Jessé Souza está empenhado em construir uma visão social alternativa que dê suporte à esquerda brasileira para, através do Estado, desenvolver políticas sociais que rompam com os séculos de abandono dessas pessoas.

# 4

## **O CONCEITO DE CAPITAL ECONÔMICO, CULTURAL E SOCIAL EM PIERRE BOURDIEU COMO ELEMENTO CHAVE NO PENSAMENTO DE JESSÉ SOUZA**

*Flávio Antônio Manfrin<sup>1</sup>*

---

<sup>1</sup> Doutorando em Ciências Sociais. Mestre em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais. Especialista em Gestão Empresarial. Bacharel em Administração. Membro da Rede Catarinense de Pesquisadores em Educação – RCPE.

Este capítulo visa trazer uma síntese das contribuições de Pierre Bourdieu no conceito de capital econômico, capital cultural e capital social, bem como a importância desta conceituação no quadro teórico utilizado por Jessé Souza em sua sociologia.

## Capital Cultural

A sociologia de Jessé Souza retoma, de uma forma crítica, a leitura das relações sociais, em um processo histórico de formação da sociedade brasileira. Ele recorre aos conceitos instituídos por Marx relativos à ideologia espontânea capitalista e articula ideias filosóficas e sociológicas de Charles Taylor sobre ética e dignidade e de meritocracia de Axel Honneth. Entretanto, é no conceito de “*habitus*” de Pierre Bourdieu que o autor encontra a solidificação de sua base teórica, que lhe permite pensar como as influências e necessidades externas impactam na vida das pessoas e podem se impregnar nelas. Jessé Souza se apropria da noção da “mais valia simbólica” para analisar uma forma de neutralização da desigualdade na sociedade brasileira, estabelecendo a incorporação dos capitais sociais como aspectos determinantes na divisão de classes.

Com base nesses conceitos, que refletem os valores atribuídos às conquistas humanas, representadas pela apropriação de capital, Jessé Souza refere o que Bourdieu denomina de capital econômico, cultural e social. Para o autor, o capital cultural seria a essência representativa das conquistas e, por outro lado, o principal gerador das desigualdades.

É de consenso para o autor, apoiado em Bourdieu, que o capital cultural/educação é, de

certa forma, precedido pelo capital econômico, que permite a apropriação dos outros capitais. Para Bourdieu (1979), os fundamentos de apropriação do capital cultural surgem da compreensão das desigualdades observadas no desempenho escolar de alunos originários de diversos grupos sociais. Estão claramente caracterizadas, pela contração valorativa do fator econômico, em comparação com a representação do fator cultural, na explicação das disparidades no desempenho de cada um. Para Jessé Souza, a condição cultural se apresenta como imperativo de dominação, isolando as classes baixas na condição histórica de inferioridade. As prerrogativas sociológicas dos autores estabelecem uma interdependência do capital cultural como prerrogativa de disputa, estabelecida no campo antagônico das relações sociais.

Bourdieu identifica no contexto do ambiente escolar o campo determinante de identificação das disparidades de incorporação do capital cultural, no qual indivíduos provenientes de diversos ambientes, familiares e sociais, que representam o capital adquirido de suas convivências, têm evidentes vantagens perante outros indivíduos. Nesse ambiente se solidifica a condição de cada um dos indivíduos oriundos dos diversos ambientes sociais. O indivíduo ou grupo que se apresenta com uma condição cultural, nutrida pelo conhecimento de valores reconhecidos e institucionalizados como corretos, obteria a vantagem competitiva na disputa pela ascendência social. Essa mesma condição impede ascendência de indivíduos em condição cultural inferior, determinada pela condição social de marginalização, incorporada pelo *ethos* de inferioridade, situação que restringe a ascensão, pela impregnação deste estigma que lhe é atribuído.

Neste contexto, Bourdieu (1999) afirma que o capital cultural pode se apresentar em formas distintas, como incorporado, objetivado e institucionalizado. Jessé Souza ressalta a incorporação do capital cultural, relacionada ao conjunto de condições a que o indivíduo estaria submetido, assim como bens econômicos que comumente podem ser acumulados, quantificados e utilizados como forma de representação social e manutenção das relações sociais positivas.

Bourdieu (1999) também alerta em ter cuidado quando se refere ao desenvolvimento econômico, pois estaria precedido primariamente de fatores não econômicos, que seriam responsáveis pelo surgimento dos conceitos de capital cultural, econômico e social. Nestes conceitos, o capital cultural, especificamente, estaria representado como importante fundamento das relações sociais e na divisão de classes.

Nesse sentido, o capital cultural se solidificaria nas capacidades aliadas às oportunidades de incorporação às disposições duráveis, como gostos, domínios cognitivos e apropriações de valores, assimilados por determinados convívios, presentes na base familiar e social. O referido capital cultural também poderia se expressar em representações diversas: nas artes, na literatura, na intelectualidade e nos valores adquiridos pelas relações de convívio determinados pelo ambiente. A materialização das representações se apresentaria nas conquistas individuais e sociais formalizadas pela ocupação de um posto, na formação acadêmica, na política ou mesmo no magistrado.

Nesses termos, a divisão social se daria pela apropriação, em maior ou menor intensidade, do capital cultural, levando-se em consideração as

capacidades e oportunidades de cada um, bem como em que circunstâncias ele se apresentaria. Fato que poderá se apresentar em cada uma das instâncias da vida social, seja ela econômica, cultural ou social. Desta forma fica claro que não é na condição econômica que se definem as classes sociais, mas nas condições de apropriação e institucionalização do capital cultural por cada indivíduo ou grupo. Para Jessé Souza, é o capital cultural estimulado pela família que irá colocar os filhos em condição privilegiada de competitividade tanto na escola como na vida social. Nesse sentido, segundo o autor, as classes sociais são criadas na socialização familiar presente na criança até os cinco anos de idade. Por isso, a produção das classes são invisíveis, por considerar o mérito como resultado do esforço motivado pelo capital cultural adquirido.

Jessé Souza aponta que o Brasil possui uma singularidade na divisão das classes sociais. Seria a criação de uma classe abaixo da noção de dignidade humana, onde pessoas em extrema pobreza não recebem, desde a família, o estímulo e incentivo para ir bem na escola, que poderia proporcionar-lhes uma condição competitiva. Essas pessoas, pela miserabilidade de sua condição, mandam os filhos para a escola como uma obrigação impositiva do Estado, que lhes permitirá receber o auxílio do “bolsa-família”. Por outro lado, a classe média, com uma certa apropriação de capital econômico, pode proporcionar aos filhos o capital cultural necessário para a manutenção no grupo seletivo dos “bem-sucedidos”. Essa classe tem condições de comprar o tempo livre dos filhos com esportes, escola de línguas, artes, passeios, viagens, entre outros. Isto lhes permite, pelo exemplo da vida que levam, formar filhos vencedores.

## Aspectos da construção social brasileira

Assim, a busca pela interpretação da leitura crítica da sociedade brasileira estaria condicionada, no pensamento de Jessé Souza, à formação das classes sociais e como elas são percebidas, alinhando-se aos conceitos desenvolvidos por Bourdieu.

Jessé Souza se apropria da perspectiva de Bourdieu para explicar a formação da sociedade brasileira, a qual entende ser fruto de um processo histórico que foi marcado por imposições de uma elite burguesa tradicional, remanescente da sociedade escravagista, que, apropriada do capital cultural, determinante dessa condição, domina e explora a classe trabalhadora por meio da colonização das ideias. Esse distanciamento cultural impede a ascensão das classes sociais, ditas como inferiores. Nessa perspectiva desmistifica a visão, de outros sociólogos que o precederam e que, dando base à elite da sociedade escravagista, referem a construção social no Brasil como basicamente decorrente de influências externas.

Jessé Souza refere o denso processo, ocorrido na primeira metade do século XX, no contexto da criação da classe média agrícola, comercial e na elite industrial da era Vargas. Momento marcado por atrocidades contra o povo, que resulta nos primeiros movimentos de mobilização social. O enfrentamento de ideias e resistência à condição de dominação culmina com o momento histórico da Semana de Artes Modernas de 1922. É o momento em que a classe média intelectual aponta no cenário da sociedade brasileira que começa a redefinir os rumos do país, a partir do reconhecimento de que a desigualdade é um imperativo

que precisa ser vencido para estabelecer a construção social do Brasil.

Esses movimentos provocam o sentimento de nacionalidade que implicará na construção da identidade nacional. Trajetória que se inicia na consciência do escravo liberto que cria o conceito de brasilidade. Foi o momento em que se passou a enaltecer a força da miscigenação incorporada à vida cotidiana, das tradições culturais e costumes, valores que, aliados ao sentimento de liberdade e orgulho, irão contribuir com a base para uma nova sociedade, servindo de bandeira na luta contra as desigualdades. Jessé Souza denuncia o embuste teórico envolvido em todo este processo e realça a necessidade de recuperar a ideia de que o Brasil só é explicável a partir da pesada herança da estrutura escravocrata.

## **Capital econômico**

Para Jessé Souza a sociedade brasileira pode ser dividida em quatro classes. A classe alta é formada por industriais, banqueiros e comerciantes, e o que mais importa é o capital econômico, que prevalece na conquista dos outros capitais. A classe média, com pouco menos de dinheiro, valoriza o capital cultural como meio de suas conquistas. A classe baixa, composta por trabalhadores que recebem um salário mínimo ou pouco mais, se encontra em uma situação de desvantagem competitiva, pois sem o capital econômico encontra dificuldade em se apropriar do capital cultural. E por fim, a classe abaixo da linha de pobreza, a “ralé” que vive em condições precárias e depende do auxílio do Estado para sua manutenção. Esta dificilmente conseguirá chegar na condição de apropriação do capital econômico, cultural e social.

A disposição das classes no Brasil assim descrita é o reflexo do modelo econômico-financeiro imposto pela elite, que formou uma barreira de acesso aos bens de consumo entre ricos e pobres. Os ricos, por um lado, se consideram com direito ao acesso aos bens de capital, por “merecimento” e os pobres, por outro, por necessidade lutam pelo acesso mínimo aos bens de consumo. Nesse sentido, os detentores do capital econômico, a elite e também uma parcela da classe média, seriam os intermediários do sistema financeiro para homologar o espólio legal do Estado e do povo: – do Estado por meio das concessões, de anistia de impostos e dívidas das grandes empresas; – do povo por meio de juros absurdos e imorais. Desta forma, fazem a rapina nas possibilidades de melhorar a condição da população.

Entretanto, essa realidade parece estar mudando o desconforto da elite e da classe média alta. Nos últimos anos, percebe-se a ascensão do que, segundo Jessé Souza, foi denominado, erradamente, “nova classe média”, um segmento até então ignorado. Trata-se de uma classe que mesmo com baixo capital cultural, começa a despontar no cenário nacional. É a classe “trabalhadora”, que não traz, na bagagem, herança de berço, nem se apropriou de bens públicos. Essa nova classe impõe uma nova realidade preponderante que assegura a estabilidade econômica e política do Brasil. Segundo Jessé Souza (2003), na denominação errônea estaria implícito que essa classe “emergente” está conduzindo o desenvolvimento do país.

Segundo a realidade explícita nos índices de crescimento econômico brasileiro, nos últimos dez anos, essa nova condição não acabou com a

pobreza, apesar de ter reduzido significativamente o número de pessoas em condição abaixo da linha de pobreza. Ou seja, houve uma diminuição das disparidades entre ricos e pobres. Para Jessé Souza, esta “nova classe média” trabalha muito e acredita nos valores e princípios da educação - capital cultural - como meio de vencer na vida - representado pelo capital econômico. Seus valores foram sendo construídos sob égide da ética e da moral. Dá-se, de certa forma, um resgate de uma dívida social do Estado para com os mais pobres e marginalizados, que são denominados pelo autor como sendo a “ralé brasileira”.

Essa posição do referido autor alinha-se com Bourdieu, que não vê somente na família a possibilidade de formar indivíduos vencedores, mas também na emergência da condição social. Para Jessé Souza, essa classe “trabalhadora” atualmente é considerada o motor da economia, que na apropriação do capital econômico injeta no mercado o rendimento financeiro de suas conquistas, diferente da elite tradicional que mais se aproxima de um serviçal do capital especulativo. A classe trabalhadora fomenta a criação de novos empregos, gerando uma condição melhor para a ascensão das classes baixas, ao mesmo tempo que promove o desenvolvimento econômico e social da nação. Desta forma, criou-se a expectativa de poder vencer, mesmo com condições adversas.

Essa classe, formada nos ideais pós-fordismo, além de trabalhar muito, é altamente especializada, com boa remuneração e prima por momentos de lazer. Muitas dessas pessoas vieram da periferia e com pouco capital cultural, mas com muita motivação e vontade de crescer, ânimo evocado também pela contribuição das doutri-

nas das religiões protestantes quando afirma que “com Deus tudo é possível”. Por isso, para o autor, o capital econômico se faz com esforço e dedicação, mesmo que não tenha sido obtido por um modo cultural superior aos outros, mas que valoriza sua construção, assim como o capital social.

## Capital Social

No que refere ao capital social, Bourdieu (1980) vê na família a instituição mais importante para a sua construção, identificado sob dois aspectos: a) a construção do capital social no interior do seio social e sua rede de relações e vínculos, voltado à formação de valores e doutrinação; b) parte do princípio que a instituição familiar é indispensável para a construção do capital social extrafamiliar, ou seja, das relações fora do seio da família e dentro do contexto comunitário. Para Jessé Souza, a “ralé” não se encaixa nesse contexto, pois sem estrutura familiar não se poderia ter acesso ao capital social, uma vez que nessa condição, estaria fadada à miserabilidade, sem a mínima oportunidade de acesso a outros capitais (cultural e econômico), necessários para a obtenção do capital social.

Tal campo de conflito é reforçado pela própria definição constitutiva da sociedade brasileira, que para alguns está na linhagem das famílias tradicionais que perpetuam seu modo de vida e status social – afirmação que cria uma inquietação em outros. Dentre essas visões e mitos estão as de que: a) o Estado cria a sociedade; b) a sociedade brasileira foi marcada por influências externas, como o colonialismo, imperialismo, globalismo ou mesmo influências dos mercados externos; c) o Brasil é um país marcado pelo pa-

trimonialismo; d) frequentemente, é visto pela singularidade da “revolução racial” marcada por negros e imigrantes; e) além de tudo isso, o Brasil tem sido visto como um país que se destaca por sua “história incruenta”, com uma história de “revoluções brancas”, na qual floresce a “democracia racial”.

Jessé Souza critica severamente a corrente que busca na herança colonial e no patrimonialismo a explicação para desvelar os males da sociedade brasileira, afirmando que são os privilégios acumulados pelas elites e sua subordinação ao sistema financeiro, aliados ao racismo estrutural, em que a raça define a classe das pessoas, os responsáveis pela criação das desigualdades.

Deste modo, questiona o que chama de “sociologia de vira-latas” do povo brasileiro, que se mantém passivo no atual momento vivido pela sociedade brasileira. O que ocorre é a condição de “subcidadania” da maior parte dos brasileiros, evidenciada na pobreza moral e política que está na base estruturante da sociedade, onde o estímulo ao ódio entre as classes parte das divergências ideológicas que incitam a divisão do povo. Conhecida como a classe média tecnocrata, “coxinhas” enfrenta a classe trabalhadora, os assim denominados “mortadelas”, pela imposição de um modo de pensar. São campos que se reproduzem em outras instâncias, como a religião, na qual católicos e protestantes tentam impor, uns aos outros, sua forma de interpretação da fé e religiosidade. Também se reproduzem, com vigor, na disputa patrimonialista, no campo político pelo poder entre partidos políticos, instituições e corporações. Ou ainda, nas redes sociais, as quais se tornaram o mais amplo campo de disputa da atua-

lidade, onde se rotulam as pessoas pelas ideias, opiniões e ideologias.

Fenômeno que se evidencia a partir das investigações de corrupção da operação “lava jato” e nas manifestações contra a realização da copa do mundo no início do ano de 2014 e pelo *impeachment* de Dilma Rousseff (presidenta da República), em 2016. Em um contexto político brasileiro em que os ânimos afloram vivamente pela divisão das opiniões, ficam mais evidenciadas as relações impositivas dos poderes do Estado sobre a sociedade, mesmo que este se mostre motivado pelo “clamor popular”, quando parlamentares ignoram suas bases eleitorais e se submetem às pressões do governo, desconsiderando totalmente as consequências, políticas, econômicas e sociais advindas de suas decisões. Estabelecem-se fronteiras visíveis entre as classes sociais, tornando perceptível quem é quem na sociedade e no Estado. Os verdadeiros interessados pela instabilidade política e econômica, a elite financeira ou o sistema financeiro nacional e internacional, ficam ocultos, reforçando a ideia do patrimonialismo disfarçado, que promove o espólio dos bens públicos e dos direitos dos cidadãos.

Segundo Jessé Souza (2018), o capital financeiro não possui lealdade patriótica, tampouco compromisso com a situação social e econômica do país. Vivemos nas mãos do interesse dos donos do capital, ou seja, das instituições financeiras e de investidores, que, em momentos de crise econômica ou falta de atratividade lucrativa, migram para economias mais consistentes e seguras. Não são raros os casos, evidentemente, em que atuam no financiamento de campanhas eleitorais ou na manutenção do poder político, ou então na mídia

como ferramenta de manipulação da opinião pública, em benefício de uma minoria. Nessa situação arquitetada, a crise econômica gera vultuosos montantes e, com o controle da mídia, manipula toda a sociedade. Não menos oportuno é lembrar que a classe política abastada, mediante mecanismos de corrupção, legisla em benefício de algumas poucas corporações, que mantêm o controle sobre os poderes da República, podendo causar o caos social pela falta de investimentos na infraestrutura social, saúde, educação e assistência.

## Considerações Finais

Na concepção de capital econômico na sociedade brasileira, Jessé Souza, como vimos, se apropria do conceito de Bourdieu, que indica que o capital econômico é a capacidade de aquisição de bens que cada indivíduo ou classe de pessoas possui. Com esse conceito, expande a crítica para a forma com que cada uma das classes sociais brasileiras tem acesso ao capital econômico, bem como ao que cada uma das classes se submete, para acumulá-lo. Explica-se como se dá a dominação e opressão dos que mais têm em detrimento do esforço de quem pouco têm, sinalizando como um abismo que separa a elite dos demais vai sendo aprofundado.

Quanto ao capital cultural, este pode ser adquirido a partir do econômico, pois proporciona condições de acesso para sua aquisição, onde a família nutrida, bem alimentada e estruturada em valores morais passa para os filhos o exemplo para ser bem-sucedido, abrindo os caminhos para a vantagem competitiva privilegiada pelo acesso à educação. O capital cultural se reproduz com facilidade através das condições que as famílias

têm para comprar o tempo necessário do cultivo dos valores de sucesso na sociedade.

Na concepção de capital social destaca-se, baseado em Bourdieu os elementos que são necessários para sua apropriação, que estão nos benefícios obtidos pela participação nas redes sociais, assim como os ganhos obtidos em decorrência da participação nos grupos sociais. Também considera-se o trabalho dispendido para a conquista simbólica de benefícios que podem se transformar em benefícios materiais.

Para Jessé Souza, é preciso explicar o Brasil com base em sua realidade social, considerando um ambiente onde convivem classes sociais com objetivos e expectativas diferentes. Trata-se de um ambiente em que a elite se importa com aquilo que a favorece e lhe traz retorno, submetida aos domínios do sistema financeiro e dos interesses das grandes corporações, em detrimento do esforço da classe trabalhadora. Trata-se também de um ambiente no qual a classe média instruída se preocupa em preparar seus filhos para serem vencedores nesta sociedade, baseados na ideologia da "meritocracia". Refere-se ainda a um ambiente em que a classe operária tenta manter-se com o mínimo de recursos para sua subsistência e onde a classe miserável não tem perspectivas de ascensão para uma condição melhor de vida.

Cada uma dessas classes se torna, de certa forma, "corresponsável" na explicitação dos limites que as diferenciam das demais. São fronteiras invisíveis, que afetam a promoção da igualdade entre as pessoas, e se encontram impregnadas na maneira de "ser" e de "ter" de cada uma das classes sociais. Tem-se uma elite que se estabelece na reprodução e manutenção da classe média e

operária, a serviço de seu modo de vida. Por outro lado, a classe média, com seu capital cultural, tenta promover o combate às desigualdades, mas também vê, na ascensão do pobre, uma ameaça à sua condição privilegiada. Resta para a classe trabalhadora o sustento do sistema econômico capitalista, por meio do consumo em massa. E sobra ao miserável a pecha de autocrítica pelo fato de ser um fardo para o Estado.

É nesse campo de disputas que Jessé Souza, ancorando-se em Bourdieu, busca encontrar uma solução baseada no pensamento social alternativo, de solução nacional, como aconteceu nos países europeus como Alemanha, França e Itália, onde a redistribuição de renda aproximou as classes, promovendo um estado de bem-estar social. É uma condição que parte do capital cultural para a apropriação do capital econômico e social. No governo Lula ocorreu uma tentativa que ensaiou estabelecer uma aproximação por meio de programas sociais, mas que acabou deflagrando o ódio da elite e da classe média, com relação aos pobres, exatamente porque o capital cultural não estava suficientemente trabalhado.



# 5

## **LEITURA ANALÍTICO-REFLEXIVA DAS CLASSES SOCIAIS NO BRASIL NA CONCEPÇÃO DE JESSÉ SOUZA**

*Ronaldo Teixeira da Silva<sup>1</sup>*

---

<sup>1</sup> Doutorando em Ciências Sociais. Mestre em Teoria da Literatura. Especialização em Ciência Política. Graduado em Letras (Licenciatura). Professor, membro da Comissão Nacional de Língua Portuguesa do Ministério da Educação/ COLIP-MEC.

A melhor contribuição de Jessé Souza é a sua inquietação com os estudos sociológicos que o antecederam. Não queremos com isso diminuir o alcance de suas teses centrais, mas pretendemos, pelo menos, fazendo jus aos diálogos propostos, promover a interação de seus conceitos com a visão amadurecida de que necessitamos para compreender o Brasil, com suas classes dominantes e suas classes destituídas, termo empregado em “A Ralé Brasileira” pelo pesquisador José Alcides Figueiredo Santos.

Jessé Souza inova a leitura e a interpretação da sociedade brasileira quando toma como eixo temático de sua análise social a experiência da escravidão, contrapondo às análises que dão conta que a socialidade nacional origina-se de Portugal e das relações patrimonialistas dele advindas, incluindo aí, por efeito, o surgimento do “homem cordial” de Sérgio Buarque de Holanda.

O autor é contundente e não faz mediação com a tese de Holanda, talvez por compreender que, para construir o novo, antes é preciso desconstruir o velho. Relativizamos a crítica do autor, no entanto, por entender que a visão liberal de Holanda auxilia, senão a decifrar a gênese do homem brasileiro, no mínimo, a observar traços característicos da própria classe dominante, se assim desejarmos reduzir o conceito de cordialidade e aceitar o diálogo com Jessé Souza sem dele se tornar prisioneiro fiel. Além da oposição a Sérgio Buarque de Holanda, o autor ainda avança para a análise das classes sociais, ampliando o conceito de luta de classes de Karl Marx, ultrapassando a visão exclusivamente economicista. Logo, para aprofundarmos aqui o diálogo com Jessé Souza, nos basearemos em dois pontos centrais ao de-

bate: a classe social como conceito ampliado à luz dos capitais disponíveis; e a escravidão como elemento fundador do Brasil moderno e de suas relações de classe.

Começamos, contudo, por meio de um pressuposto marxista que não pode ser deixado de lado: a exploração do trabalho de uma classe pela outra é o que caracteriza a dominação. Daí, seguramente, a supremacia do viés econômico sobre o olhar cultural ou social como base de sua análise. Marx entendeu que o trabalho do indivíduo e o lugar que ele ocupa na produção definem a sua classe social. Importante sublinhar que o horizonte possível na segunda metade do século XIX era o da II revolução industrial, o que levou Marx a opor duas classes bem definidas: a dos trabalhadores e a dos proprietários dos modos de produção. O conteúdo economicista, assim, orientou a visão marxiana.

Jessé Souza amplia a noção de classe, afirmando que

Na base da nova hierarquia social moderna está a luta entre indivíduos e classes sociais pelo acesso a capitais, ou seja, tudo aquilo que funcione como facilitador na competição social de indivíduos e classes por todos os recursos escassos (SOUZA, 2017, p. 90).

E, respondendo à escassez, a classe social dominante esforça-se por manter os seus privilégios de modo permanente através do monopólio dos capitais econômico, cultural ou social. O autor define o econômico como o capital mais visível e importante; no entanto, chama a atenção para a necessidade desse capital se amparar no capital cultural porque este é indispensável para a repro-

dução do capitalismo. Afinal, se o conhecimento pode nos emancipar e abrir novas chances de sucesso, pode igualmente nos manter sob a tutela da dominação. O controle dos capitais é que circunscreve o poder e o domínio de uma classe sobre outra.

Isso fica mais evidente quando analisamos o terceiro capital, o social, que depende dos dois anteriores e se refere ao potencial relacional que o indivíduo estabelece com os seus pares. As relações pessoais abrem vantagem significativa na competição social do cotidiano. De certa forma, Jessé Souza recupera o que Émile Durkheim opunha a Marx: “Durkheim prevê, ao contrário de Marx, a fragmentação e decomposição das coletividades hierárquicas e uma multiplicação dos grupos ocupacionais” (WRIGHT, 2015, p. 174). É verdade, contudo, que Jessé Souza não avança ao limite do discurso de fundamentos de uma análise pós-classe, como antecipa Durkheim. O autor se preocupa, primordialmente, com o que ele designa “ralé”. Mais do que a análise de classes, em *A Elite do Atraso*, ele busca demonstrar e confirmar a sua tese sobre a formação de classes no Brasil, que ele julga ser diferente de outros países uma vez que abolição tardia da escravidão é o que conforma o cenário social brasileiro.

Mesmo se apoiando em Florestan Fernandes, o sociólogo Jessé Souza segue crítico e, ao analisar a interpretação deste grande estudioso, trata de acrescentar de que diverge e só acolhe parcialmente a hierarquia social proposta pelo mestre. O perfil de classes apresentado por Florestan resume-se: - na existência de uma aristocracia rural, os senhores de engenho que, aos poucos, vão trocando o campo pela cidade; - o estran-

geiro colonizador, de origem portuguesa, italiana, espanhola, alemã e holandesa, além dos segmentos mais cultos e instruídos, que se tornam novos incluídos pela força de trabalho e pelo conhecimento adquirido na escola formal; – e em uma plebe nacional composta por brancos originários do campo, uma mão de obra desqualificada.

Ao ler tal passagem, Jessé Souza confronta a tese, revelando ainda, na estrutura social, uma classe constituída por negros recém-libertos, mulatos, mestiços, que, em análise atenta da sociedade brasileira, seriam os herdeiros diretos da escravidão. Essa última classe, portanto, que não se encontra na hierarquia social, que presta os serviços de força ao conjunto da sociedade, que trocou o “trabalho estável de escravo” pelo trabalho eventual e contingente, é a classe destituída, a ralé, que se encontra na miséria do período de transição agrária para a indústria até os nossos dias. O autor observa isso muito objetivamente quando se refere à inexistência de ruptura entre o período da escravidão e o que se seguiu. O negro deixou de ser escravo oprimido pela força, mas passou a ser humilhado moralmente, vivendo pobre nas favelas enquanto o aristocrata rural deixou de ser senhor de engenho para ser o rico industrial, morador da cidade. Jessé Souza nos auxilia:

Como houve continuidade sem quebra temporal entre a escravidão, que destrói a alma por dentro e humilha e rebaixa o sujeito, tornando-o cúmplice da própria dominação, e a produção de uma ralé de inadaptados ao mundo moderno, nossos excluídos herdaram, sem solução de continuidade, todo o ódio e o desprezo covarde pelos mais frágeis e com menos capacidade de se defender. O resumo dessa passa-

gem dramática entre duas formas de escravidão pode ser visto deste modo: como a escravidão exige tortura física e psíquica cotidiana como único meio de dobrar a resistência do escravo a abdicar da própria vontade, as elites que comandaram esse processo foram as mesmas que abandonaram os seres humilhados e sem autoestima e autoconfiança e os deixaram à própria sorte (SOUZA, 2017, p. 83).

Assim, o autor quer evidenciar que, na transição do modelo econômico do campo para o modelo econômico da cidade, baseado na indústria, surgiu uma nova classe social, originária da condição de escravos, mas que, destituída de todos os privilégios e precarizada em suas necessidades, evoluiu para além da raça, agora envolvendo todas as cores. A ralé brasileira herdou todo o desprezo social, explorados que são na sua “tração muscular”, carregando lixo ou limpando-o, sempre com o uso do corpo, como ocorre também com as empregadas domésticas, exemplo citado pelo sociólogo.

Reside aí o pressuposto que nunca fez parte de nossas reflexões mais acuradas: a ação institucional religiosa, que tratou de separar a raça humana entre os que possuem espírito e os que somente detém o corpo, e, depois, a ação da mídia e da indústria de bens culturais, que incutiu nos homens e mulheres, especialmente camponeses e operários, a noção de cidadãos de primeira classe e cidadãos de segunda classe. De algum modo, aqui se dá a substituição da noção de raça para a noção de estoque cultural. Isto é: o racismo vai cedendo espaço para o culturalismo como forma de manutenção da dominação das referidas classes superiores.

E é esse culturalismo que consolida um viés conservador na classe média brasileira que, invariavelmente, promove acordos com a elite nacional sem ter a compreensão exata do efeito que tal aliança produz. Portanto, o autor é objetivo quando nos diz que o maior desafio para alterar a correlação de forças atual no Brasil passa pela reconquista da classe média, cooptada pelo discurso que estigmatiza os pobres, repetindo a tradição escravocrata brasileira.

O nosso autor tem insistido nessa tese - no livro *Elite do Atraso lembra de modo especial* - de quanto são caros os temas da saúde, da educação e da segurança para as classes destituídas. Observemos como a "ralé" se insere na nossa sociedade e o quanto, de fato, se evidencia a partir daí a sua condição de herdeira da escravidão.

Tomando primeiramente a saúde, já identificamos que as dificuldades impostas pelo desigual tratamento dado à elite, que pode recorrer, não só a planos de saúde, mas também a atendimentos priorizados pelo dinheiro e pela compra de serviços médicos, e à imensa maioria de brasileiros que dependem do Sistema Único de Saúde, conformam também um inusitado espaço em que a classe desfavorecida pelo poder econômico revela-se destituída de recursos e oportunidades, inclusive para viver bem e por mais tempo. Não parece ser um erro de análise afirmarmos que, em determinadas circunstâncias, o atendimento se animaliza, esvaziando-se de humanismo.

A ralé, pois, que é subnutrida e que tem saúde fragilizada, também pela falta de alimento, igualmente tem acesso limitado à escola. Talvez aqui, mais fácil seja lembrar do exemplo que Jessé Souza refere sobre o projeto de criação de

Centros Integrados de Educação Popular – CIEPS propostos pelo então Governador Leonel Brizola em suas duas gestões no Rio de Janeiro. A iniciativa de assegurar às crianças das favelas do Rio a educação de tempo integral, que incluía atendimento dentário, médico, com três refeições ao dia, além de escola regular e atividades culturais e esportivas extracurriculares, foi duramente criticada tanto pela mídia tradicional quanto por parte significativa de partidos políticos que consideravam um gasto exorbitante que comprometia o orçamento público. Ou seja: investir em educação para as crianças não é estratégia para o desenvolvimento sustentável do país. Os governos que sucederam a Brizola, a cada novo período, dilapidam o patrimônio físico dos CIEPS e determinam às crianças a regra da marginalidade social, impedindo que o Brasil se torne uma nação educada e soberana. Tristemente diferente, por exemplo, do entendimento dos franceses, em sua terceira república, quando transformam os camponeses embrutecidos pela guerra em cidadãos por meio de um alto investimento na escola republicana. O Brasil da elite do atraso segue, conceitualmente, compreendendo que educação é gasto e não investimento.

Ainda, para além do conteúdo que saúde e educação representam à cidadania integral, a segurança como tema reforça a estratificação da sociedade de classes do Brasil e a perversa distribuição de bens e serviços básicos do Estado. No país, temos hoje uma taxa de 29 homicídios por 100 mil habitantes enquanto que a referência da ONU é de 12 como taxa máxima aceitável a um país em desenvolvimento. Mais impressionante ainda será referir o número da taxa de homicídios de

jovens até 30 anos que simplesmente dobra para 60.<sup>1</sup> Números que não estão inscritos na realidade das classes médias e elite uma vez que o conflito se estabelece como norma na luta cotidiana da sobrevivência da ralé, herdeira inequívoca dos escravos. A insegurança aponta para o que expressa o grande pensador civilizatório, Norbert Elias, segundo Jessé Souza, que afirma ser a ruptura com a escravidão do mundo antigo o marco definitivo para o desenvolvimento europeu.

A ralé brasileira, a classe destituída, a dos excluídos, que perfazem um terço da população nacional, é fruto da herança escravocrata brasileira. E essa condição perdura porque a elite que se esconde em condomínios horizontais e verticais de luxo e passeia nos shoppings de bairros nobres segue exercitando a sua vocação imperial de julgar-se como única merecedora do resultado do trabalho da nossa gente. E o que Jessé Souza apresenta como desafio, aqui reiterado, que diz respeito à retomada da consciência coletiva e cidadã da classe média, fiel parceira do atraso elitista nacional, merece de nós uma reflexão.

O autor nos alerta:

A classe média sempre foi, desde meados do século passado, no Brasil, a tropa de choque dos ricos e endinheirados. É preciso compreender, no entanto, como isso se tornou possível. Como é possível se apropriar dos desejos, ambiguidades e insegurança da classe média para mantê-la servil, mesmo contra seus melhores interesses, e deixar as classes populares para a po-

---

1 Os dados são colhidos do Atlas da Violência, pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e do Fórum Brasileiro de Segurança Pública 2018: taxa de homicídios 30,6 no Brasil e 60,9 por recorte de idade, até 29 anos.

lícia truculenta? O uso sistemático da inteligência nacional e da imprensa que a veícula em proveito dos interesses da pequena elite endinheirada é a resposta (SOUZA, 2017, p. 115).

Antes de nos explicar como a classe média se vincula aos interesses da elite e como, a partir disso, ela reproduz tais interesses, disseminando-os e validando-os na sociedade, o nosso sociólogo incursiona pela tese consagrada e fundamental de Jurgen Habermas para o entendimento da sociedade moderna: a esfera pública, em relação ao Estado e ao mercado. “Afinal, é lá, na esfera pública, que a classe média é colonizada pelos interesses do dinheiro” (SOUZA, 2017, p. 115).

Enquanto o domínio sobre as classes populares dá-se pela violência material e repressão, na classe média o controle resulta pelo convencimento em um plano simbólico. A esfera pública, pois, conceito de Habermas, não é nem mercado, nem Estado, tampouco é o reino de necessidades na interpretação clássica da sociedade civil. Assim, o que Habermas chama de esfera pública passa pela redefinição dos lugares do público e do privado. Avança ainda mais quando observa que esfera pública não estatal nasce, como a expressão já revela, de um espaço apartado do Estado.

Importante também, contudo, referir que Jessé Souza identifica que, com o crescimento das cidades e o esvaziamento da sociedade aristocrática rural, em um momento inicial a esfera pública irá se institucionalizar com uma esfera pública burguesa. Isso fica caracterizado fortemente na literatura com a substituição da carta pelo romance de costumes e psicológico. O sociólogo da escravidão observa, com apurada honestidade intelectual, que não se trata de subestimar o poder da violên-

cia e do dinheiro e torná-lo inferior em influência no jogo social e político que o argumenta. Não há aqui ingenuidade, sublinha o nosso autor. A análise que faz, contudo, evidencia que, desde a modernidade o poder político tem de se legitimar discursivamente para além das formas de violência e do dinheiro. O novo, neste caso, é que a dominação social se torna mais complexa e a esfera pública definitivamente é uma nova instância de poder. E, mesmo nascida do ambiente da sociedade burguesa, a sociedade ideal, da liberdade, da igualdade e da fraternidade, evoluiu e

Já o século XIX, e mais ainda o século XX por oposição ao século XVIII, testemunha uma modificação estrutural da esfera pública: a ampliação do público que exige a consideração de seus interesses. As massas menos letradas do proletariado emergente que passam a pressionar pela efetivação de seus interesses de classe quebram por dentro a unidade da esfera pública burguesa. Com isso, a esfera pública deixa de ser um espaço de convencimento entre pessoas com interesse semelhante para ser, também, um espaço de pressão das classes que haviam sido aliadas do processo de esclarecimento (SOUZA, 2017, p. 121).

No momento em que a esfera pública ocupa o espaço devido na construção do pensamento da sociedade, ao longo da história dos dois últimos séculos, duas formulações tratam de interagir com tal esfera. Marx propõe confrontar todas as instituições burguesas, inclusive a esfera pública burguesa, a fim de, socializando os meios de produção, criar condições para instituir a esfera pública mesmo. E a outra reação clássica vem do

liberalismo econômico que encontra na noção de populismo um argumento para questionar a racionalidade das reivindicações da classe trabalhadora e dos excluídos.

No entanto, tendo estas duas formulações operado no seio da nossa sociedade, conflito e reflexão, é verdadeiramente o avanço da lógica da produção capitalista das mercadorias materiais para as mercadorias simbólicas que submete a esfera pública brasileira. A indústria cultural – expressão de T. W. Adorno – é a forma dominante tanto para reforçar o lucro como para induzir simbolicamente o pensamento médio da sociedade. Os produtos da mídia menos potencializam a emancipação e mais sublinham estereótipos e clichês já consagrados, mantenedores dos lucros e dos interesses do dinheiro. E esse exercício de convencimento é que vai produzindo justiça e verdade. Com esta compreensão, Jessé Souza pergunta:

Se toda a informação disponível para a sociedade moderna tende agora a ser mediada, de cima para baixo, por empresas capitalistas, não necessariamente interessadas no aprendizado de seu público cativo, mas em aumentar seus lucros, como garantir o acesso plural da informação? (SOUZA, 2017, p. 125).

Mais crítica se torna a resposta de Jessé Souza ao considerar o advento da televisão em 1945. Os EUA e os países europeus, contudo, trataram de estabelecer regras objetivas a fim de assegurarem o conteúdo público das emissoras. França, Alemanha, Inglaterra, Itália, Espanha e Portugal, preocupados no pós-guerra em fortalecer a democracia, impuseram controles, participação na gestão, criação de conselhos e associações com a finalidade

de tornar a televisão um espaço independente de concepções políticas, por exemplo, hegemônicas.

No Brasil, isso se deu de modo diverso. O lucro, os grandes negócios, as empresas e seus produtos e o apoio da principal rede do país aos inúmeros governos instalados com suas bênçãos é que pautam a construção cotidiana da opinião pública. E aí, de algum modo, como categoricamente afirma Jessé Souza, a esfera pública é colonizada pelo dinheiro. Nas palavras de Habermas: refeudalização da esfera pública. Ao lembrar de Habermas, o nosso autor conclui:

É incrível que, em um país onde se fala sempre em privatização do público como seu problema principal, nunca ninguém tenha sequer refletido seriamente acerca da privatização da opinião pública pelo interesse econômico. Enquanto a privatização do Estado por uma suposta elite estatal é o embuste do patrimonialismo como jabuticaba brasileira, a privatização do espaço público, que é real, é tornada invisível (SOUZA, 2017, p. 128).

O conceito de esfera pública nos possibilita compreender a leitura que o autor faz da classe média. Ao indagar a sua especificidade, quais os modos de lhe falar à mente ao coração, os seus medos e desejos, o autor propõe uma divisão em quatro frações: a profascista, a liberal, a expressivista e a crítica. Em todas, o moralismo atua com desenvoltura, mas a sua abordagem difere, sobretudo, quanto mais se distancia da ideia de que a moralidade é construída no tempo, na convivência e na experiência de diversos conflitos e soluções.

No caso da classe média profascista, há um distanciamento, um salto, não há construção,

o que existe é um conjunto de regras a ser seguido. O profascista é orgulhoso de sua sinceridade, considera-se capaz de dizer o que pensa e julga claramente a distinção entre bem e mal e, normalmente, o bem está muito flagrantemente representado por sua própria personalidade. Não raro, quando contrariado, reage com violência no lugar do debate, afinal conhece as regras e as persegue de modo inflexível.

A classe média liberal é a das pessoas que convivem com a certeza e possuem na categoria da segurança o seu suporte e a sua alavanca. Não tem criatividade alguma e não considera a vida como um espaço de experimentos, de invenção ou descobertas. É esta fração que melhor reproduz a hegemonia do capitalismo e de sua elite, tem um perfil tecnocrata, toma distância da sociedade e de seus problemas, apenas cumpre o que lhe é dado viver dentro rigorosamente da norma. As duas primeiras frações equivalem, segundo pesquisa iniciada pelo nosso autor, a 2/3 do total da classe média brasileira.

Já as outras duas, em menor número, tem um pretensio viés emancipacionista. A fração expressivista, na verdade, é a que toma partido das grandes causas como defesa dos animais, do meio ambiente, das minorias em detrimento, no entanto, da injusta miséria com a qual convive a classe destituída, assim, de alguma maneira, corroborando o discurso moralista da elite e distensionando a consciência nada humanista dos seus integrantes. A essa fração, Jessé Souza ironicamente chama de classe média de Oslo.

Com menos de 15%, a fração crítica é que está em contradição com as demais frações. Mais ilustrada, com mais discernimento e criticidade,

reflete sobre a sociedade em que se insere e invariavelmente se posiciona em luta constante contra a corrente dominante e a dominação da sociedade de classes. Como se observa, a classe média, mesmo em suas frações, não consegue verdadeiramente ser portadora de uma visão emancipadora do ser humano; antes é um elemento central de conservação dos ricos, a quem inveja, e dos pobres, a quem considera resultado da fatalidade que não lhe diz respeito.

Neste contexto, em que Jessé Souza consagra quatro classes sociais bem definidas – *a elite do atraso, a classe média e suas frações, a classe trabalhadora em crise e a classe destituída, ou seja, a ralé brasileira* –, impõe-se o debate necessário sobre o fundamento histórico para esse desenho da realidade social do país. E é neste fundamento que o autor seguramente dá a sua maior contribuição acadêmica: se não compreendermos a escravidão e a transição dessa à escravidão contemporânea, se não entendermos que a vida precarizada de um terço da população brasileira é a vida dos novos escravos, agora submetidos não à violência do açoite, mas à violência simbólica, perpetuaremos, no Brasil, o silêncio confortável da aliança entre a elite do atraso e a classe média conivente, que só decide gritar e elevar sua voz por meio de panelas ecoando dos bairros mais nobres em direção ao vento soprado para fazer morrer de frio os que, sem-teto, sem-terra e sem-política, continuam sem abrigo e sem voz diante da história de um Brasil de poucos.



# 6

## **JESSÉ SOUZA E AS CLASSES SOCIAIS NO BRASIL: UMA LEITURA ANALÍTICO-RELACIONAL**

*Adriano Luis Hahn<sup>1</sup>*

---

<sup>1</sup> Mestrando em Ciências Sociais. Graduado em Filosofia e Teologia.

## Introdução

Optando por uma leitura analítico-relacional sobre a concepção de classes sociais no Brasil, segundo Jessé Souza, dividimos este capítulo em quatro momentos: inicialmente, uma introdução da questão das classes sociais e sua compreensão por Jessé Souza; em segundo lugar, uma análise da “elite do poder”; o terceiro momento é dedicado à “classe média”; e o quarto aos novos escravos ou à “ralé brasileira” (SOUZA, 2017) e, por fim, uma conclusão. Embora a “classe trabalhadora” não possa ser confundida com a ralé, o nosso foco estará atento a esta última pelo simples fato de se tratar de uma classe “invisibilizada” e “esquecida”.

A nossa leitura é analítico-relacional e, à medida que desenvolvemos as características de cada classe social, também mostramos sua relação com as demais classes, procurando, porém, em primeiro lugar, refletir a partir da classe em questão. Por exemplo, se estivermos examinando a “ralé brasileira”, esta será a principal “protagonista” a partir da qual analisaremos o tema em andamento, sempre de forma dinâmica e compreendida em uma relação com as demais classes sociais.

Importante destacar que essa visão relacional entre as classes sociais, em que existe uma espécie de ‘pacto’ dos donos do poder, que buscam perpetuar as desigualdades, forjadas na escravidão, já aparece na capa da obra do autor (SOUZA, 2017). Em outros termos, o nosso modo de inquirir as classes de maneira interdependente é também a visão do autor, que não estuda uma camada social isoladamente, sem perceber como determinado estrato social está relacionado com outros grupos ou classes.

Compreender as classes sociais no Brasil, requer entender a sua dinâmica, isto é, suas interações, seus interesses, suas formas de criar laços com outros grupos, sua capacidade de organização, sua forma de agir ou reagir frente à realidade, sua maneira de oprimir ou ser oprimida, seus pactos sociais, suas atitudes de classe ou mesmo de criação cultural. Nesse sentido, podemos falar de atores sociais, que criam 'identidades' ou se identificam com um grupo, excluindo outros do seu círculo de poder.

Entretanto, é possível definir as classes sociais no Brasil em suas diversas camadas? De fato, delimitar os diversos grupos não é algo de fácil elaboração, pois as diferenças, dependendo dos critérios, podem multiplicar o número de classes sociais ou mesmo diminuir. Explicamos: se o critério usado para definir uma classe social for o econômico, certamente teremos um tipo de resultado de classes sociais. Entretanto, se considerarmos critérios culturais ou educacionais, teremos outro tipo de resultados, na configuração das classes sociais do Brasil.

Nessa reflexão, Jessé Souza nos ajuda a evitar os reducionismos, isto é, reduzir as categorias, como é o caso das "classes sociais", a critérios puramente econômicos, ou seja, pela renda ou ingressos mensais ou anuais. Nessa questão, o autor supera tal reducionismo, isto é, a redução de tudo ao "capital econômico", à dimensão financeira - *embora ela tenha o seu peso!* -, tão própria do liberalismo e marxismo (SOUZA, 2017, p.11-12). O autor inclui o que chama de "capital social", como são as relações com pessoas que ocupam cargos estratégicos na sociedade, e o "capital cultural", que é o conhecimento valorizado e suas diversas

formas e aquisição de capacidades, através de estudos teóricos e/ou técnicos.

A mudança de critérios ou a categorização em “classes sociais” não significa que elas são fruto de mera especulação intelectual, ou seja, como se fosse uma ideologia – *sentido negativo!* – desconectada da realidade. Elas podem ser encontradas de forma objetiva, isto é, independente da criatividade do intelectual ou escritor. Não é preciso ser expert para constatar que há muitos, na sociedade, em situação de miséria, de pobreza, de subalfabetização, enquanto que outros, relativamente poucos, têm acesso às Universidades, a bens de consumo, ao luxo, etc.

O que diferencia a classificação da sociedade em estratos sociais é o método usado, o que seria uma outra questão que não abordaremos aqui. Independente dessas diferenças de análise, de divisão das classes sociais e suas especificidades, iremos tratar da forma como Jessé Souza as entende, isto é, como as dividiu, a “identidade” e a relação de cada uma delas.

## **A “elite do poder”**

Quem é essa “nata” do poder? No prefácio de *A Elite do atraso*, (SOUZA, 2017) Jessé Souza fala dessa classe como o “poder real”, mas invisível aos olhos da maioria! Como assim, invisível? Acontece que justamente ser “invisível” é uma das estratégias ou características que garantem que permaneça no poder e o povo não perceba quem é o verdadeiro inimigo, do ponto de vista estratégico. Um exemplo disso é a divulgação ideológica de que a corrupção está no Estado e que o mercado é virtuoso. Ora, quem comanda o mercado é justamente esta “casta” endinheirada. Na mesma

lógica, temos a fragmentação do conhecimento, que impossibilita intervir no mundo, pois, para que haja mudanças, é preciso de conhecimento “real” e não superficial da sociedade (SOUZA, 2015, p. 7).

A outra característica dessa alta aristocracia é a posse de muito dinheiro, chamada, pelo autor, de “os endinheirados” (SOUZA, 2016, p. 59-60), mas também de classe dominadora e dominante. Seu “dinheiro” pode ser em forma de títulos, ações ou investimentos financeiros. Nesse sentido, a elite se concentra nas finanças, nos grandes bancos, nas grandes multinacionais e empresas. Com todo esse poderio econômico, não seria surpresa que ela tentasse comprar as demais classes sociais, principalmente a classe média, que possui a capacidade profissional para realizar o “jogo sujo” de seus interesses de lucro (SOUZA, 2017, p. 55).

Ligado a anterior, a elite brasileira tem a peculiaridade da “rapina”, isto é, de obter lucros a curto prazo e sem preocupação com a sociedade em geral. Lucrar é o imperativo, e, principalmente, a curto prazo, não importando se é por meio de golpes de Estado ou através de um mercado que ganha milhões. É uma elite sem projeto para o Brasil, de rapina selvagem, querendo privatizar suas riquezas para meia dúzia de donos (SOUZA, 2016, p. 42).

Outro aspecto é sua capacidade de estabelecer pactos ou alianças para governar ou permanecer no poder. Para ser efetiva, nesse sentido, precisa de alguma posse cultural, ou seja, não basta somente o dinheiro. A elite necessita do conhecimento que lhe garanta a dominação, isto é, que a classe média e demais aceitem as “regras do jogo”, apoiando a dominação. Para isso suceder, além de comprar as outras elites, ela precisa

da justificação ideológica, em que o sistema de dominação é apresentado como “bom”, e a posse de capital como algo inato, isto é, merecido (SOUZA, 2017, p. 59).

A classe dominante precisa justificar seus privilégios de modo que eles sejam vistos como “mérito”, como “justos” pelos demais. Nesse sentido, ela usa a “violência simbólica” (SOUZA, 2015 p. 5), em que o dominado é “convencido” a aceitar a dominação. Uma das formas é divulgar a ideia de que o problema do Brasil não é a concentração das riquezas em pouquíssimas mãos (1% de pessoas), mas a “corrupção apenas do Estado” (SOUZA, 2015 p. 6). Um meio eficaz usado pela elite do poder foi a construção de uma “ciência para seus interesses” (ciência social baseada no “culturalismo conservador” e no “economicismo”) realizada por especialistas e intelectuais que justificam os privilégios e injustiças imperantes no Brasil.

Existe uma dimensão a que provavelmente não damos tanta importância, mas que também serve para produzir distinções sociais, e assim, legitimar a superioridade de alguns em relação aos demais. Jessé Souza menciona o sociólogo Pierre Bourdieu, especificamente sua obra “A distinção: crítica social do julgamento”, em que analisa a presença de hierarquias morais da sociedade moderna que, por sua sutilidade, não são percebidas com facilidade pelo senso comum ou até mesmo por alguns intelectuais. Um exemplo disso é o gosto estético, que é construído e compartilhado socialmente, distinguindo os que têm “bom gosto” e “mau gosto”, isto é, ter bom gosto significa usar certas marcas de roupas, de carros, de vinhos etc. Um “detalhe”: são geralmente produtos caríssi-

mos, que um pobre dificilmente, ou melhor, nunca poderá comprar (SOUZA, 2016, p. 70).

Em relação às demais classes, essa elite atua no sentido de assegurar sua posição, isto é, de permanecer no poder, aumentando seu lucro infinitamente, legitimando sua dominação sobre as demais classes e comprando a classe média, que está apta para seguir as propostas desta elite que devora as riquezas nacionais e coopta o próprio Estado em seu benefício.

## **A classe média**

Numa visão ingênua (ou ideológica), é vista como a campeã da racionalidade, da honestidade, do trabalho e do progresso (SOUZA, 2009, p. 387). Possui a ilusão chamada de meritocracia, isto é, que aquilo que possui provêm do mérito, ou seja, como disposições “naturais” e de nascença (SOUZA, 2009, p. 389).

Entretanto, importante considerar que existem diferentes setores no interior da própria classe média, isto é, grupos mais críticos e outros mais conservadores. Não podemos reduzir a classe média a uma homogeneidade, pois ela abarca diversas categorias, sejam elas intelectuais, produtivas, industriais, profissionais liberais, em geral, como, por exemplo, juizes, professores universitários, profissionais da imprensa etc. (SOUZA, 2017, p. 83).

O nosso autor identifica quatro nichos ou frações na classe média: a fração profascista (cerca de 30%, com ódio aberto às classes populares); a fração liberal (cerca de 35%, que se considera o sustentáculo da democracia); a fração expres-

sivista (ou “classe média de Oslo”, cerca de 20 %, portadora, normalmente, de alto capital cultural) e, por fim, a fração crítica (em menor número, cerca de 15%, que muitas vezes está identificada e é sustentáculo das esquerdas) (SOUZA, 2017, p. 174).

Em nossa análise, pesquisamos a classe média com postura conservadora, isto é, em termos gerais: sua função e comportamento, seu ofício de reprodutora das desigualdades sociais, no sentido de que ela se comporta como “capataz” das elites, mantendo as injustiças sociais (SOUZA, 2017, p. 36), ou melhor, as estruturas que garantem a dominação sobre a classe trabalhadora e a ralé.

É a classe possuidora do capital cultural e parte do capital econômico, com o qual pode pagar os estudos de seus filhos, que vão adquirindo o conhecimento para depois assumir posições estratégicas de comando e poder (SOUZA, 2015 p. 65). Mesmo que não assuma o topo da elite, ela garante sua posição e dominação sobre as classes subalternas, para que não ascendam socialmente.

Desde cedo, ela consegue adquirir habilidades, como capacidades de concentração, estudo de línguas, vários incentivos como a leitura e o conhecimento que a torna uma classe preparada para o mercado. Nesse sentido, ela é privilegiada, pois enquanto que a classe trabalhadora gasta seu tempo cuidando dos filhos da classe média, a última usa o tempo livre para estudar mais e adquirir competências que garantam melhores empregos, geralmente de mando. Os filhos dessa camada social já chegam como “vencedores” na escola e, depois, no mercado; pois desde a tenra idade seus filhos recebem os estímulos emocionais e afetivos da própria família, como é o caso da concentração, da disciplina, do auto-

controle, do pensamento prospectivo etc. Entretanto, a classe média não reconhece ser “privilegiada” (ora, a classe trabalhadora não possui as benesses do conhecimento “hereditário” e tempo livre!), mas considera suas conquistas como mérito (SOUZA, 2015, p. 177), esquecendo de que ela somente pode se dedicar aos estudos ou trabalhos mais rentáveis pelo fato de que tem disponível um exército de trabalhadores que cuidam de seus filhos e realizam diversos serviços; tempo este que é roubado aos últimos em favor da classe média e da elite (SOUZA, 2015, p. 180).

Há um aspecto interessante: ela pensa que é elite, além de se considerar como moralizadora do Estado que ela considera corrupto, principalmente quando este Estado está sendo ocupado por um governo popular, que busca favorecer, ainda que timidamente, a classe trabalhadora e pobre (que precisa do Estado!). Por outro lado, a classe média, na sua maioria, é acrítica em relação ao mercado, que ela não percebe como principal fator de corrupção. Um dado curioso: a classe média no Brasil, diferente da europeia e estadunidense, “tira onda” de revolucionária, de transformadora e lutadora por um Brasil melhor (SOUZA, 2015, p. 190).

Em oposição a sua autopercepção de “heroína”, temos uma classe (além dos trabalhadores ascendentes) que é “feita de tola”, pois paga taxas altíssimas aos bancos, como também compra produtos caríssimos de péssima qualidade, sem dar-se conta que o mercado que defende é na realidade o seu algoz (SOUZA, 2015, p. 194). Por outro lado, é ela que concentra toda sua raiva no Estado demonizando-o, possivelmente porque este último pode favorecer as classes trabalhadoras, e quem sabe,

proporcionar-lhes a possibilidade de competir pelos espaços ou empregos que antes pertenciam a classe média (SOUZA, 2015, p. 195-196).

Um aspecto interessante da classe média conservadora é que ela sempre foi massa de manobra para derrubar governos identificados com as classes populares (ex: Vargas, Jango, Lula-Dilma), apoiando golpes em benefício de meia dúzia de poderosos (SOUZA, 2015, p. 200).

## A “ralé” brasileira

O conceito de “ralé” não visa humilhar as classes excluídas, mas chamar a atenção para o seu abandono, a sua invisibilidade e estigma, tornando-a visível. A ênfase não é a renda, que também existe, mas a socialização familiar. É o grupo que fica abaixo da própria classe trabalhadora que, embora excluída, não chega ao grau de humilhação do estrato da base piramidal.

Antes de analisar a “ralé brasileira” é preciso considerar que existe um discurso que busca justificar essa realidade. É a classe que podemos chamar de “subgente”, “sub-humana”, isto é, que não alcança os requisitos que a classificariam como “humana”, ou seja, aquilo que lhe daria “dignidade” do ponto de vista dos direitos. Essa classificação, importante frisar, não é natural, mas uma construção e mesmo consequência das injustiças sociais em suas diversas dimensões.

A “ralé”, não em um sentido pejorativo, mas enquanto classe que fica à margem praticamente de tudo, excluída e formando a base da estrutura social, ela pode ser vista como “os novos escravos” modernos, uma continuidade da escravidão no Brasil (SOUZA, 2017, p. 47). Ora, depois da abo-

lição da escravatura, o estrato social que envolve os ex-escravos foi abandonado ou mesmo invisibilizado. Libertos! Mas em que condições? O ex-escravo é lançado em um mundo competitivo para o qual não foi preparado, competindo inclusive com antigos ex-escravos e imigrantes (italianos e europeus em geral), pois os senhores de terras podiam escolher quem quisessem, sem se responsabilizar pela sua saúde, já que após a abolição (1888), a mão de obra começou a ser feita por “livres”, isto é, paga, ainda que o valor do pagamento fosse uma mixaria (SOUZA, 2017, p. 47).

Essa nova classe é constituída, basicamente, por negros libertos, mulatos e mestiços de toda ordem que, sem condições de competir, foram se estabelecer nas grandes favelas e, outra parte, nas lavouras de subsistência. É a marca da modernização seletiva e desigual brasileira!

Trata-se dos grupos de “desclassificados”, abandonados e desprezados pelo resto da sociedade. Este estrato social sequer consegue atender aos pressupostos e capacidades que determinam a “dignidade” (SOUZA, 2016, p. 69). Ora, “dignidade” é um conceito que no Ocidente assumiu duas formas de virtude: a) Trabalhador útil e produtivo, que contribui com seu trabalho para o bem comum; também está associado à ideia da meritocracia; b) Sensibilidade da personalidade expressiva, ou seja, expressão autêntica das emoções e sentimentos (SOUZA, 2017, p. 86). Porém, para ser um produtor útil, é preciso internalizar a disciplina, o autocontrole e o pensamento prospectivo. Fica a pergunta: a “ralé” consegue assimilar esses pressupostos psicossociais? Caso a resposta seja negativa, significa que ela não alcança os requisitos necessários para ter “dignidade”.

É importante deixar claro que essa condição de “indignidade” é uma produção social, ou seja, a sociedade cria essa realidade, excluindo a todos os que não possuem o desempenho ou capacidades requeridas na esfera do trabalho e nas exigências em geral. Neste sentido, além de ser a classe mais esquecida, ela também é culpabilizada por sua condição, isto é, a “vítima” recebe a culpa de seu fracasso ou condição social, por não alcançar o “sucesso” social (SOUZA, 2016, p. 69).

Ser considerado “gente” ou “ser humano” não é um dado natural, mas uma construção social - baseado em consensos sociais compartilhados - pois a eficácia da igualdade jurídica formal depende da universalização desses consensos (SOUZA, 2017, p. 88). Entretanto, muitos dos miseráveis estão distantes de atender aos ditos requisitos de “dignidade” e, por isso, segundo esta lógica, são “não gente” ou são “subgente”. Não é à toa que as classes mais abastadas culpabilizam a “ralé” por seu fracasso.

Além do peso de uma vida dura, difícil, de subemprego (sem falar do desemprego), do tempo gasto em trabalhos pesados e físicos, existe toda uma discriminação em relação a essas pessoas. Ora, é essa classe que realiza os trabalhos mais desprezados. As poucas - ou nenhuma! - perspectivas de ser útil ou ter algum sucesso aumentam ainda mais ou se transformam na marca crônica do sofrimento da “ralé” brasileira.

## Conclusão

A sociedade brasileira está estruturada de tal modo que uma elite do poder domina o conjunto todo, econômica, política e socialmente. Ela, enquanto possuidora de muito dinheiro, compra

as demais classes, especialmente a classe média que faz o serviço para as elites, mantendo a estrutura de injustiça social, isto é, fazendo com que a classe trabalhadora e a “ralé” brasileira fiquem no seu lugar. Dito de outro modo: que não ascendam, que não cresçam social, político e economicamente. Que as bases não queiram subir na escala social, que não queiram competir com os que estão acima deles, mas que sejam os seus “eternos escravos”, realizando os trabalhos braçais básicos, servindo a classe média e, por sua vez, a elite do poder. Para as classes abastadas a pior coisa que pode acontecer é o surgimento de um governo popular que tenha a “má intenção” de favorecer as classes empobrecidas com políticas públicas, ou, um governo que coloque o “povão” na lista do orçamento. Então, surge, por parte das elites, o discurso da corrupção no Estado e nos governos populares e a falsa ideia da virtude do mercado.

A permanência das injustiças sociais constitui uma ameaça para a verdadeira democracia e para os direitos humanos. Sem justiça social, dificilmente superaremos a violência, em suas diversas formas. Não há paz sem justiça! E, para que haja justiça, é preciso conhecer as diversas formas e expressões das injustiças sociais. A luta contra elas requer várias frentes, que não são unicamente materiais, mas também culturais e simbólicas.



# 7

## **O BRASIL “SEM JEITINHO”: UMA LEITURA PARA ALÉM DO “MITO NACIONAL DA BRASILIDADE”**

*Ana Paula da Costa Krumel<sup>1</sup>*

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Ciências Sociais. Mestra em Ciências Sociais e graduada em Pedagogia. Docente no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Sul-Riograndense.

O avanço efetivo do conhecimento se dá, com a “superação de paradigmas” envelhecidos mais do que pela mera adição de conhecimentos dentro do contexto de paradigmas superados (Jessé Souza).

Este capítulo fará uma apresentação da crítica elaborada por Jessé Souza aos conceitos e desdobramentos contidos na literatura de autores brasileiros que contribuíram para a construção do caráter de singularidade do povo brasileiro. Os autores e obras, respectivamente que foram analisados por Jessé Souza e que serão apresentados nesse texto são: **Gilberto Freyre** – *Casa Grande e Senzala* (1987); **Sérgio Buarque de Holanda** – *Raízes do Brasil* (1993); **Raymundo Faoro** – *Os donos do Poder* (2012) e **Roberto DaMatta** – *Carnavais, Malandros e Heróis* (1997) – *A casa e a rua* (2009) – *O que faz o Brasil, Brasil?* (1986).

As obras de Jessé Souza que sustentam as interpretações contidas nesse texto são: *Ralé Brasileira Quem é e como vive* (2009), *A tolice da inteligência brasileira* (2015), *A radiografia do golpe* (2016) e *A elite do atraso* (2017).

O autor apresenta como crítica a Gilberto Freyre a sua criação do ‘mito nacional’, caracterizando-o como um ‘conto de fadas para adultos’ que transformou forçosamente o mestiço em virtuosidade positiva, negando conflitos e constituindo o brasileiro como um povo que não tem ‘diferenças’.

Referente ao termo ‘homem cordial’ na obra de Sérgio Buarque de Holanda, Jessé Souza critica a apresentação que o autor faz do homem brasileiro como um indivíduo repleto de simpatia, calor humano, cordialidade, o que acarretaria uma aversão ao conflito, constituindo o núcleo da identidade do povo brasileiro.

Com relação à tese de Raymundo Faoro, Jessé Souza analisa o conceito de patrimonialismo brasileiro herdado de Portugal, o que, em sua análise potencializou a crença liberal clássica de que a ação estatal acarreta, invariavelmente, o amortecimento das forças vitais de uma sociedade, pois o Estado, com uma nova roupagem, ou nas palavras de Faoro “vinho novo em odores velhos”, evita o aparecimento de formas autônomas de organização social. A ideia chave da obra é a de que o Estado se torna um interventor impedindo o florescimento de uma sociedade livre, ou seja, impede o livre comércio.

Com relação a Roberto DaMatta, o nosso autor é particularmente direto em suas críticas. Segundo ele, DaMatta repete as banalidades e truísmos do senso comum permeados de preconceitos dos sociólogos brasileiros e apresenta que existem sociedades 'sem jeitinho', ou seja, sem influência de relações poderosas decidindo o destino das pessoas concretas. Segundo DaMatta:

Nos Estados Unidos, na França e na Inglaterra, somente para citar três bons exemplos, as regras ou são obedecidas ou não existem. Nessas sociedades, sabe-se que não há prazer algum em escrever normas que contrariam e, em alguns casos, aviltam o bom-senso e as regras da própria sociedade, abrindo caminho para a corrupção burocrática e ampliando a desconfiança no poder público. Assim, diante dessa enorme coerência entre a regra jurídica e as práticas da vida diária, o inglês, o francês e o norte-americano param diante de uma placa de trânsito que ordena parar, o que - para nós - parece um absurdo lógico e social (DaMATTa, 1986, p. 99).

Jessé Souza propõe uma crítica à ideia central de DaMatta referente ao Brasil como o país do “jeitinho”, que dá acesso às relações pessoais poderosas que compõem o “capital social brasileiro”. No Brasil o que acontece de fato, na visão de Jessé Souza, é uma apropriação de “capital cultural” pela classe média às custas dos excluídos que são forçados a vender sua força de trabalho por preço mínimo. Esta dinâmica aprofunda os privilégios de nascimento.

### **O racional civilizado versus o afetivo primitivo**

Jessé Souza inicia a obra *A tolice da inteligência brasileira* apresentando que as sociedades avançadas são tidas como mais racionais e moralmente superiores, e o oposto são as sociedades atrasadas, afetivas e passionais, consequentemente “corruptas”, personalistas.

A divisão das sociedades em polos apresenta uma visão determinista e excludente na análise de sociedades distintas, estabelecendo o binarismo das sociedades modernas. Um polo opera no nível racional, universal, civilizado, desenvolvido: primeiro mundo. O outro opera no nível afetivo, personalista, particularista, primitivo, atrasado: terceiro mundo.

As noções de personalismo/patrimonialismo justificam uma suposta singularidade cultural e social pré-moderna na América Latina.

O “jeitinho brasileiro” seria uma herança da pré-modernidade. A sociedade brasileira seria comandada pela hierarquia do “capital social” e de “relações pessoais”, ou seja, os fundamentos das relações pessoais se constituem pelo personalismo, pelo favor e pela proteção e o patrimonialismo se-

ria a vida institucional que tem como fundamento uma “elite estatal” que também é pré-moderna.

As noções de personalismo e patrimonialismo criaram a tese da “singularidade cultural brasileira” como um povo com características únicas e incomparáveis.

Jessé Souza propõe analisar as teorias sociais brasileiras que tentam explicar o atraso do Brasil a partir: do “**patrimonialismo**”, como o impedimento do país de modernizar-se e tornar-se competitivo, da “**singularidade cultural brasileira**” pensada de modo absoluto, como se fôssemos um povo com características únicas e incomparáveis – para o bem e para o mal –, constituindo-se como uma segunda pele para todos os brasileiros e do “**mito nacional**” como o encontro de raças, que surgiu da inversão que Freyre propôs da fórmula “racista científica” que condenava a nação de mestiços, ou seja, o autor rompe a herança ibérica de uma identidade nacional com o emblema de “mestiço” e, a partir de *Casa Grande e Senzala* a identidade passou a ser um elemento de sucesso e a miscigenação como virtude cultural.

A crítica que Jessé Souza propõe ao “mito da brasilidade” é o uso da miscigenação racial no Brasil como redutor de todas as diferenças, especialmente as diferenças de classe social. A inversão do “racismo científico” proposto por Freyre gerou uma “fantasia compensatória”, que nos define como uma sociedade mais generosa e mais humana, em detrimento de sociedades mais ricas e democráticas. Acredita-se que há um tipo humano brasileiro que apresenta uma atitude emocional fortemente inclinada para práticas personalistas, sensualistas e sentimentais. Essa tese compõe a autoimagem do brasileiro. O mito da brasilidade

se constitui simbolicamente enquanto ideologia que justifica uma posição de dominado.

## **O humano brasileiro - civilização singular**

Na visão de Jessé Souza, Sérgio Buarque ao constituir o conceito de “homem cordial” na obra *Raízes do Brasil*, utiliza-se da ideia de Freyre de que o Brasil produziu uma “civilização singular”. Ele inverte o diagnóstico positivo defendendo que essa “civilização” e seu “tipo humano”, o “homem cordial” são na verdade, ao contrário de nossa maior virtude, nosso maior problema social e político. O homem cordial, na interpretação de nosso autor, é emotivo e particularista, divide o mundo entre amigos que merecem privilégios e inimigos que merecem a força da lei. O Estado dominado pelo homem cordial se tornou o conceito mais importante da vida intelectual e política brasileira. A herança da singularidade histórica e cultural brasileira resulta em um mercado virtuoso e um Estado corrupto. O mercado passa a ser o reino da virtude por excelência. O autor propõe um questionamento: Se somos “homem cordial”, por que esse traço, que é decisivo do povo brasileiro, se manifesta apenas quando está no Estado e não é percebido no mercado?

Para o autor, os sociólogos brasileiros associam os Estados Unidos às virtudes do mercado e o Brasil ao traço irreparável da corrupção, sendo a corrupção um vício incrustado no Estado. Para ele, o Estado e mercado não podem ser vistos independentemente.

Buarque de Holanda expõe que faltou ao Brasil uma burocratização aos cargos do Estado, para que esses se profissionalizassem e seguissem regras racionais, impessoais e não mais relações

familiares infiltradas no poder do Estado. O senso de responsabilidade transmitido pela família enraizou-se e a prática do patriarcado mantém-se arraigada no povo brasileiro, sendo oposta às exigências de uma sociedade de homens livres e de inclinação cada vez mais igualitária.

Jessé Souza entende que o fundamento implícito em *Raízes do Brasil* é a oposição entre o “homem cordial” como um tipo de homem brasileiro e “o protestante ascético” como um tipo de homem norte-americano. O “homem cordial” como corolário do “mito nacional” é um indivíduo emotivo que guia suas escolhas por preferências afetivas e pessoais e o “protestante ascético” é um indivíduo racional, guiado por considerações impessoais e comunitárias. O autor ressalta que a criação do “homem cordial” como um indivíduo despossuído de classe para explicar o homem brasileiro é um mecanismo simplista para entender o ser social, pois é necessário reconstruir as pré-condições militares, políticas, econômicas, tecnológicas e também culturais das relações desiguais entre as classes e sociedades. O problema é quando o “mito nacional”, como ocorre no caso brasileiro, passa a ser a base da própria concepção pretensamente científica da sociedade como um todo.

O autor critica a aceitação da condição de colonizado proposta pelos sociólogos brasileiros expondo que há um racismo velado que compara sociedades superiores com sociedades inferiores, não mais pelo racismo aberto, mas pelo racismo meritocrático. O que resulta é a imagem do “protestante acético” como homem racional dotado de positividade, contrário ao “homem cordial” como homem emotivo dotado de inferioridade.

Assim, ele expõe a sua crítica apresentando que, a partir da obra de Buarque de Holanda, abriu-se a possibilidade de articular de modo convincente uma concepção de mundo liberal como uma alternativa para toda a nação. Dialogando com Jessé Souza, achamos extremamente perigosa essa afirmação, pois reduz a um autor e sua obra o movimento de convencimento liberal no Brasil. Assim como Jessé Souza defende o potencial histórico para uma análise sociológica da sociedade brasileira, acreditamos que também se aplica ao entendimento do tempo histórico da elaboração do conceito de “homem cordial”. A obra *Raízes do Brasil* foi escrita na década de 1930 e não podemos eliminar da análise a situação que vivia o Brasil na república velha, com os centros econômicos do país ditando a ocupação da presidência na política café com leite, constituindo uma república oligárquica.

Jessé Souza justifica a sua crítica ressaltando que Buarque de Holanda esconde as verdadeiras razões da desigualdade e da justiça social, ao estabelecer o “homem cordial” no Estado que age em favor de seus benefícios. Na sua análise, temos uma literatura que enfatiza o secundário e reprime o essencial, que é a real condição dos conflitos de classe em favor da questão da corrupção estatal como o núcleo dos problemas sociais, encobrendo a corrupção do mercado, pois em uma sociedade capitalista é preciso dizer que não há privilégios como os de sangue para que ela possa se reproduzir.

O importante a ser analisado no diálogo com Jessé Souza, proposto nesse texto, é o fato de que foram feitas distintas leituras e interpretações do que seria o “homem cordial”, o que faz com que

as críticas e o alcance dessa ideologia sociológica sejam analisados com implicações da flexibilidade histórica, e não de maneira fixa, sem reconstrução de sentidos, pois, mesmo que não faça parte da vontade e intenção do autor, não há controle sobre como foi interpretada sua escrita, nem mesmo as condições sobre as quais foram utilizadas.

Como exemplo citamos o fato de Cassiano Ricardo<sup>2</sup> ter publicado, na revista *Colégio* nº 2, uma interpretação da cordialidade como uma “técnica de bondade”, e que esta teria sido desenvolvida durante a colonização portuguesa na América. A reação de Sérgio Buarque de Holanda foi uma carta ao poeta, incorporada na 3ª edição de *Raízes do Brasil* (1956), esclarecendo que a cordialidade tinha tanto a ver com bondade quanto inimizade, pois bondade não exclui inimizade e possui como antítese a maldade e não o ódio. Cordial precisa ser entendida no seu verdadeiro sentido e não apenas no sentido epistemológico. Cordialidade se relaciona a coração, sede de sentimentos.

O “toque de midas” para Jessé Souza, referente à ideologia expressa por Buarque de Holanda, é o fato da associação por “baixo dos panos” e sem alarde, entre mercado e sociedade como um todo, nos “convidando” a nos sentir tão virtuosos, puros e imaculados como o mercado. Desse modo, os partidos doutrinariamente liberais perma-

---

2 Cassiano Ricardo (Cassiano Ricardo Leite), poeta, jornalista e ensaísta, nasceu em São José dos Campos, SP, em 26 de julho de 1895, e faleceu no Rio de Janeiro, RJ, em 14 de janeiro de 1974. Se a sua obra poética é tida como de importância na literatura brasileira contemporânea, a de prosador é também relevante. Historiador e ensaísta, Cassiano Ricardo publicou em 1940 um livro de grande repercussão, *Marcha para Oeste*, em que estuda o movimento das entradas e bandeiras. Disponível em: <http://www.academia.org.br/academicos/cassiano-ricardo/biografia> Acesso em: nov. 2017.

necem submetidos a representar interesses de uma elite muito pequena, universalizando interesses particulares ao demonizar a intervenção estatal como corrupta e ineficiente.

## **O estamento patrimonial**

A tese de uma ação demoníaca do Estado contraposta à ação intrinsecamente virtuosa do mercado é desenvolvida por Faoro no livro *Os donos do poder*. Este autor entende que o Brasil herdou a forma do exercício do poder político de Portugal, tornando-se um país pré-moderno porque reproduz a forma patrimonialista de exercício do poder.

Em Portugal, no século XIV, devido às conquistas de territórios e à incorporação de terras do inimigo à propriedade pessoal, o patrimônio do rei era três vezes maior que a do clero e da nobreza e, devido à concentração do patrimônio, também a justiça estava concentrada na Coroa, e controlava o clero e a nobreza. A transformação da economia natural em economia monetária permitiu a arrecadação de imposto e o pagamento de serviços militares em dinheiro e não mais em terras, o que evitava o desenvolvimento de tendências descentralizadas. Para Faoro, esta herança constituiu-se em um “estamento patrimonial”, que seria uma camada social que forja uma solidariedade a partir de um estilo de vida comum. Jessé entende que Faoro cria a imagem de um estamento incrustado no Estado, como se a elite que toma o poder representativo no Brasil estivesse lá até hoje no Estado e não no mercado, usando da posição de poder do Estado para perpetuar seus privilégios.

O enfraquecimento da nobreza e a nascente burguesia forneceu a estrutura para uma comu-

nidade dentro do Estado que fala em nome próprio, tendo a “honra” como princípio primeiro do estamento. Para Faoro, na sociedade capitalista há um resíduo de “estamento patrimonial”, e este resíduo de governabilidade de outras épocas fragiliza a atividade do livre mercado, que é a base para o capitalismo e para a democracia. O autor refere-se a um livre mercado sem o controle do Estado.

Para Jessé Souza a ideia de Faoro possibilita encontrar um culpado para as mazelas e o atraso brasileiro. A estrutura do pensamento de Faoro não segue a categoria de Weber de patrimonialismo como algo que é histórico e dinâmico, pois se utiliza de um patrimonialismo estático e a-histórico.

A ideia central de Faoro é que o “estamento patrimonial” se transmuta em Estado interventor: sempre que temos Estado, temos um estamento que controla em nome de interesses próprios, impedindo o florescimento de uma sociedade civil livre e empreendedora. A tese do patrimonialismo e da corrupção apenas estatal produz a ilusão de que se compreende o mundo e as causas das misérias sociais, pois cria o “culpado” pessoalizado e naturalizado no Estado.

Ao tornar a sociedade tão virtuosa quanto o mercado, a ideia do patrimonialismo oferece “boa consciência” a todos que podem se imaginar perfeitos, sem fazer parte de uma sociedade que humilha, desqualifica e não reconhece grande parte de sua população, já que “todo o mal” tem endereço certo.

O Brasil não herda de Portugal sua estrutura social na análise de Jessé Souza: o que existe é uma construção falsa da história que transforma bandeirantes caçadores de índios em protestan-

tes ascéticos. Constrói uma ideia-força do liberalismo conservador brasileiro. O mercado estimula conflitos políticos como o “mensalão”, “lava jato”, que passam longe de qualquer discussão racional dos conflitos sociais e políticos verdadeiramente em jogo.

O combate à corrupção estampado pela mídia e que se transforma em luta por justiça como sendo vontade de todos os brasileiros possibilita universalizar o tipo mais mesquinho e particular de interesses.

Jessé Souza ressalta, em suas análises, que as ideias do Estado e da política corrupta servem para que se repasse as empresas estatais e as riquezas nacionais a baixo custo para a apropriação privada. Essa sim seria a “corrupção real”: uma corrupção legitimada e tornada invisível por uma leitura distorcida e superficial de como a sociedade e seus mecanismos de poder funcionam.

## **O brasileiro de duas caras**

O autor, ao analisar a obra de DaMatta *A casa e a rua*, tributa a ele a ausência de uma análise sociológica que leve em conta à estratificação social da sociedade brasileira. DaMatta apresenta dois espaços para o exercício da cidadania. Um é o espaço da casa, que confere ao indivíduo um status de supercidadão, pelo fato de neste espaço ele ter direitos sem deveres. O segundo é o espaço da rua, que confere ao indivíduo um status de subcidadania, pelo fato de neste espaço a própria cidadania ser definida por determinações negativas, deveres e obrigações.

Para Jessé Souza ao equalizar esferas de ação a espaços específicos, torna-se a ação de-

pendente do espaço social. Na realidade social brasileira os grupos oprimidos enfrentam situação de subcidadania permanente, independente do espaço em que se encontram. Não se referir à condição de classe dos grupos sociais cria uma ilusão de “espaços” com positividade própria.

A ideia de espaços distintos para o exercício da cidadania contribui para as práticas de higienização urbana, como se partes centrais das cidades fossem espaço de cidadania da classe média, e as partes periféricas das cidades fossem espaço de cidadania da *ralé*. Todos felizes, cada um no seu quadrado!

### **Concluimos...**

A tese fundamental nas obras de Jessé Souza é a de que a percepção da sociedade brasileira é dominada por uma interpretação que se traveste de científica e que constitui um “paradigma” específico da brasilidade como um coletivo de indivíduos que “deixa a desejar”, pois assume características personalistas que o impedem de atingir a civilidade.

Para os sociólogos interpretes do Brasil, nosso “caráter singular” nos impede de atingir a ordem e a disciplina, o que seria um dado natural nas sociedades do primeiro mundo. Essa interpretação se sustenta porque a sociedade brasileira foi elaborada pelas diretrizes inventadas pelo Ocidente para caracterizar o modelo de civilização.

A substituição de raça pelo estoque cultural de um povo reproduz os piores preconceitos e cria distinções naturalizadas e imutáveis, iguais ou piores que a cor da pele. O culturalismo exerce a função de garantir superioridade para os países em situa-

ção de domínio e, desse modo, legitima a própria dominação. Torna-se fácil expropriar riquezas de povos que se acham inferiores e desonestos.

# 8

## **A SUBGENTE, A SOCIEDADE INVISÍVEL E A LINHA DA “DIGNIDADE” NA LEITURA DE JESSÉ SOUZA**

*Jean Fábio Santana<sup>1</sup>*

---

<sup>1</sup> Mestrando em Ciências Sociais. Graduado em Filosofia e Teologia.

Um dos temas mais categóricos e constantes no pensamento do sociólogo Jessé Souza (2018) é, sem sombra de dúvidas, a situação de desfavorecimento, abandono, delinquência e invisibilização à qual se vê submetida, cotidianamente, a *classe popular* no contexto socioeconômico do Brasil. Em várias ocasiões ele afirma que no processo de modernização brasileiro foi constituída uma classe inteira de indivíduos, não só sem capital cultural e sem capital econômico em qualquer medida significativa, mas também desprovida das condições sociais, morais, afetivas e culturais que permitam essa apropriação.

O autor identifica essa *classe popular* – desfavorecida, abandonada, invisibilizada e delinquente – em parcelas da população brasileira (não) percebida fragmentariamente todo dia na luta entre bandido e polícia no tema da criminalidade em geral, na dependência dos serviços do SUS e da escola pública inoperantes, na composição da mão de obra sem qualificação, nas situações de delinquência social, no tema do conservadorismo das igrejas evangélicas, entre outras realidades de marginalização e precariedade. É a essa classe de marginalizados que o citado sociólogo irá denominar de “ralé” estrutural, não com intenção de ofender essas pessoas tão sofridas e humilhadas, como sempre diz, mas para chamar a atenção, provocativamente, para o nosso maior conflito sociopolítico, que é o abandono social e político de toda uma classe de indivíduos em situação de precarização. Ainda a respeito desse tema afirma o autor que:

É essa classe social, que é sempre esquecida enquanto uma classe com uma gênese e um destino comum e só

é percebida no debate público como um conjunto de "indivíduos" carentes ou perigosos, tratados fragmentariamente por temas de discussão superficiais, dado que nunca chegam sequer a nomear o problema real, tais como "violência", "segurança pública", "problema da escola pública", "carença da saúde pública", "combate à fome" etc. (SOUZA, 2018, p. 27).

Em se tratando da gênese dessa classe de marginalizados, ou seja, da "ralé brasileira", Jessé Souza aponta que ela é "fruto, antes de tudo, ainda que não unicamente, do abandono dos ex-escravos" (SOUZA, 2017, p. 74), os quais, quando em condição de libertos, foram abandonados à sua própria sorte, ou melhor, parafraseando esse autor: "ao seu próprio azar". É fato incontestável e registrado na história do Brasil, o deliberado descuido por parte das classes dominantes da época, em relação à população negra escravizada e que foi dita libertada, por meio da assinatura da Lei Áurea, no ano 1888. Foi uma falsa libertação por que se sabe que não houve nenhum tipo de política socioeconômica para garantir uma forma de amparo aos negros pseudolivres.

A história oficial diz que, com a abolição da escravatura e com o advento do trabalho livre, ocorreram muitas mudanças sociais em que as relações de trabalho se transformaram e o escravo, ao se emancipar, transformou-se em negro livre e assalariado, passando a participar do mundo do trabalho como trabalhador livre, vendendo sua força de trabalho de acordo com os ditames da nova ordem competitiva que se instaurava.

Mas a "real realidade" foi que esse grande contingente de pessoas se viu sem perspectivas de

trabalho, de educação e de inclusão social. Passou-se a uma nova forma de escravidão que era a de depender da boa vontade dos fazendeiros e industriais para explorar, dentro de outro sistema, a sua força de trabalho. Tratando dessa questão, Jessé Souza observa que “ter libertado os negros sem nenhuma ajuda ou amparo, equivale a uma condenação eterna” (SOUZA, 2017, p. 75). E é o que encontramos nos dias de hoje, quando uma grande parcela da população brasileira atual que vive, na pele do seu cotidiano, a escravidão do subemprego, o chicote da fome e a senzala transfigurada nas situações das periferias e favelas.

Em nossos tempos, os membros da *classe dos miseráveis* são os que padecem as mazelas de um sistema social excludente, capaz não somente de desinteressar-se por sua situação socialmente vulnerável, mas também de gerar tal situação em vista da realização das suas vaidades (poder, dinheiro, privilégios). Se na época da dita abolição da escravatura no Brasil “o ex-escravo é jogado dentro de uma ordem social competitiva que ele não conhecia e para qual não havia sido preparado”, como nos diz Florestan Fernandes (apud SOUZA, 2017, p. 75), agora são os pobres a serem lançados em “um modelo de desenvolvimento que exclui legiões de seres humanos das oportunidades de participação não só nos frutos da riqueza, mas até mesmo na produção da riqueza” (MARTINS, 2008, p. 10).

Aqui entra a questão do tema da “*meritocracia*” que podemos considerar como filha dos ideais, da lógica e do discurso do *economicismo*, que reduz todos os fatos sociais à dimensões econômicas ao falar das dinâmicas socioeconômicas do Brasil contemporâneo, tematizado e combati-

do por Jessé Souza, como podemos acompanhar no parágrafo que segue:

Na verdade, tudo na realidade social é feito para que se esconda o principal: a produção de indivíduos diferencialmente aparelhados para a competição social desde seu "nascimento". Afinal, a produção de indivíduos "racionais" e "calculadores", os tais que são pressupostos em toda análise economicista da realidade, não é um dado "natural", "caído do céu", como pensa o economicismo dominante, o qual, aliás, é bom que se repita, não é "privilégio" de economistas. No entanto, toda a legitimação do mundo moderno como "ordem justa" depende desse "esquecimento". A legitimação do mundo moderno como mundo "justo" está fundamentada na "meritocracia", ou seja, na crença de que superamos as barreiras de sangue e nascimento das sociedades pré-modernas e que hoje só se leva em conta o "desempenho diferencial" dos indivíduos. Afinal, se alguém é 50 vezes mais produtivo e esforçado que outro, nada mais natural e "justo" que também tenha um salário 50 vezes maior e 50 vezes mais prestígio e reconhecimento. Todas as instituições modernas tomam parte nesse teatro da legitimação da dominação especificamente moderna. O mercado "diz", ainda que não tenha boca: eu sou "justo", porque dou a remuneração "justa", verdadeiramente equivalente ao desempenho. O Estado também "diz" o mesmo: eu faço concursos públicos abertos para todos, e o melhor deve vencer. Nada mais "justo" do que isso (SOUZA, 2018, p. 28).

Dentro desse contexto – que sabemos falacioso – da propaganda prática de promoção de oportunidades iguais para todos os cidadãos brasileiros, geradas pelo mercado e pelo Estado, e onde se insere a dinâmica da meritocracia, deixa-se oculto o fato de que:

Existem precondições 'sociais' para o sucesso supostamente 'individual'. O que todos escondem é que não existe o "talento inato", o mérito "individual" independentemente do '*bilhete premiado*' de ter nascido na família certa, ou melhor, na classe social certa (SOUZA, 2018, p. 28).

Nesse ponto de nossa reflexão, tomando como referência as premissas e afirmações apontadas nesse texto, é pertinente afirmar que reconhecemos haver uma dinâmica de instrumentalização do Estado, do capital econômico, do capital cultural e dos recursos humanos, por parte de uma "elite" brasileira, que, em detrimento da geração de uma *subclasse* no Brasil, procura aumentar sempre mais sua fortuna e seus privilégios, tendo como capacho a *classe média*. Uma elite do capitalismo:

que se expande à custa da redução sem limites dos custos do trabalho, debitando na conta do trabalhador e dos pobres o preço de progresso sem ética nem princípios, privatiza ganhos nesse caso injustos e socializa perdas, crises e problemas sociais (MARTINS, 2008, p. 11).

O certo é que, como afirma José Martins,

na medida em que hoje o objetivo do desenvolvimento econômico é a própria economia, podemos defini-lo

como um modelo antidesenvolvimento: o desenvolvimento econômico é descaracterizado e bloqueado nos problemas sociais graves que gera, mais do que legitimado nos benefícios socialmente exíguos que cria e distribui (MARTINS, 2008, p. 13).

É nesse contexto que se dá a gestação e a manutenção de grupos de indivíduos que vivem em uma condição socioeconômica de *subgentes*, em uma realidade de subcidadania, em um processo de invisibilização e, por fim, envoltos por conjunturas sociais que exigirão deles equilibrar-se, *constantemente*, na frágil linha de vida cotidiana e social que garanta uma situação de dignidade ou indignidade humano-existencial. É nesse contexto, ainda, onde os “processos econômicos e o sistema econômico nutrem a exclusão” (MARTINS, 2008, p. 11) que se vê aprisionada a “ralé” estrutural, a qual vive o “renascimento de formas de diferenciação social que imputam a determinadas pessoas lugares sociais não participativos, excludentes, como se elas não pertencessem ao mesmo gênero humano das demais” (MARTINS, 2008, p. 15).

### **Aumentando a lente sobre a questão da subgente, sua situação de invisibilidade e sua luta por se manter na linha da dignidade**

Quem é essa subgente?

Acolhendo as inferências do próprio Jessé Souza (2018) a esse respeito, podemos dizer que essa *classe de subgente* é formada por aqueles indivíduos da sociedade que, privados de todas as oportunidades materiais e simbólicas de reconhecimento social, estão sempre a um passo da

delinquência do abandono e da invisibilidade social. Isto porque, na disputa pelo usufruto dos bens materiais e imateriais produzidos e distribuídos pela lógica do mercado financeiro – em um horizonte economicista – encontram-se, esses indivíduos, subjugados a situações de impossibilidade afetiva, emocional, moral e existencial de incorporação dos pressupostos indispensáveis à apropriação tanto de capital cultural quanto de capital econômico. De modo mais concreto ainda,

Essa é a classe, que compõe cerca de 1/3 da população brasileira, que está abaixo dos princípios de dignidade e expressivismo, condenada a ser, portanto, apenas “corpo” mal pago e explorado, e por conta disso é objetivamente desprezada e não reconhecida por todas as outras classes que compõem nossa sociedade. Essa é também a razão da dificuldade de seus membros construir qualquer fonte efetiva de autoconfiança e de estima social, que é, por sua vez, o fundamento de qualquer ação política autônoma (SOUZA, 2018, p. 137).

Sobre essa subgente, podemos dizer, ainda, ser ela essa grande parcela da população brasileira cercada pela força da invisibilidade social, analítica e política, por parte da elite dominante, em nossa sociedade contemporânea, que prega a implementação da igualdade, da integração e da justiça para todos, em um falso discurso que não passa de verborreia demagoga e oportunista. Pois, como nos fala José Martins,

A sociedade da promessa da integração no princípio do contrato e da igualdade vem se firmando como a sociedade da incerteza e do medo.

Não o medo da violência que mata. Esse é um medo menor, bem pensadas as coisas, porque em princípio decorre de ações que tem visibilidade e que, tecnicamente, podem ser resolvidas. Mas, o medo de se tornar ninguém e coisa alguma, de ser descartado e banalizado, o medo daquilo que não se vê. Isso é de fato, por inteiro, exclusão social (MARTINS, 2008, p. 20).

Ainda nesse contexto, esse mesmo autor nos ajuda a afirmar que

(...) a pobreza de fato excludente é apenas o polo visível de um processo cruel de nulificação das pessoas, descartadas porque já não conseguem submeter-se à contínua ressocialização que apenas faz delas instrumentos de um processo social de produção de riquezas que passou a usar as pessoas como se elas fossem apenas matéria-prima da coisa a ser produzida, como se fossem objeto e não mais sujeitos (MARTINS, 2008, p. 20),

Subjugada por todo um emaranhado de poder, essa classe [*da subgente*]

é explorada pelas classes média e alta: como 'corpo' vendido a baixo preço seja no trabalho das empregadas domésticas, seja como dispêndio de energia muscular no trabalho masculino desqualificado, seja ainda na realização literal da metáfora do 'corpo' à venda, como na prostituição (SOUZA, 2018, p. 29).

Por fim, a subgente é essa classe explorada no contexto de nossa sociedade (parafrazeando

uma música popularizada por Elza Soares)<sup>1</sup>, como a carne e a força mais barata do mercado.

Assim, a partir de tudo o que foi dito até aqui, é importante que se anote que a classe formada por indivíduos que compartilham uma vida de *subgente* tem “rostos sociais” (empregadas domésticas, porteiros de prédios, profissionais do sexo, lavadores de carro, etc.) e “lugar geográfico” (as periferias e favelas das cidades).

Os indivíduos da condição de *subgente* se personificam nas Leninhas da vida que em suas condições precárias de pobreza e quase nenhuma formação escolar, faz da profissão de empregada doméstica o principal meio para obter renda, como nos relatam Maria Teresa Carneiro e Emerson Rocha, na segunda parte da *Ralé Brasileira*.

Os indivíduos da condição de *subgente* também se personificam nos Albertos da vida, apresentado por Fabrício Marciel e André Grilo, no mesmo livro de Jessé Souza, *A Ralé Brasileira*. Ali encontramos a descrição do senhor Alberto, um homem casado, de 34 anos, apresentado como uma pessoa visivelmente simples, de temperamento brando e pacato, acompanhado de uma aparência que não pode negar sua condição de classe precária e de sua inserção no mercado de trabalho desqualificado como vigia e lavador de carros em uma área bem movimentada do centro da cidade onde mora.

Contudo, durante o contato com essa temática da *subgente* e da *ralé brasileira*, sob a perspectiva da reflexão de Jessé Souza, sentimo-nos

---

1 Música A Carne, composta por Marcelo Yuca / Seu Jorge / Ulisses Cappelletti e gravada por Elza Soares, na qual encontramos o refrão que diz: “A carne mais barata do mercado é a carne negra”.

impelidos a ampliar a lente do olhar reflexivo para uma característica inegável, presente na grande maioria dos indivíduos que se encontram em situação de precariedade socioeconômica. Essa característica é a disposição de lutar, com muita criatividade, afino, humildade e jogo de cintura, para, no mínimo, e de acordo com as possibilidades do seu entorno, não cair em uma situação de maior indignidade humana, além da já existente.

Dizemos isso, não comungando com a concepção dos que sustentam o discurso “politicamente correto” e transformam em ato heroico e religiosamente virtuoso, a postura de luta e resistências do povo da ralé, para, logo em seguida, destinar a essa mesma população de *subgentes* a responsabilidade de sair ou continuar em tal situação de miserabilidade estrutural gerada pelo capitalismo industrial de ontem e financeiro de hoje. Sentimos o apelo de evidenciar um pouco mais essa característica de luta e resistência presentes nos indivíduos da ralé para, primeiramente, comprovar que não podem ser eles considerados um povo omissos e coadjuvante no cuidado de suas vidas, mas também para provar à nossa sociedade elitista e meritocrática que se essas pessoas se encontram onde estão, isso tem muito mais a ver com o cerceamento de oportunidades sociais, educacionais, afetivas, políticas e econômicas, do que por incapacidades humanas, físicas e intelectuais. A esse respeito, são contundentes as palavras de Sandoval Rocha ao falar dos usuários do Bolsa-Família alvos de sua pesquisa de mestrado, como podemos ver a seguir:

[...] esses grupos humanos não se renderam ao comodismo e ao pessimismo imobilizador, mas vivem numa

constante “luta pela vida”. Nessa luta, manifestam-se como protagonistas e sujeitos, que tomam em suas mãos seus próprios destinos, lidando com diversidades impostas por uma sociedade competitiva e desigual. A vida cotidiana destas pessoas porta um dinamismo subjetivo, marcado tanto pelas circunstâncias sociais desfavoráveis quanto pelas expectativas de um futuro melhor, que implica em superar a situação de pobreza, alcançando melhores padrões de vida (ROCHA, 2012, p. 17).

Seguindo a proposição acima, consideramos justo insistir no fato de que, como Sandoval Rocha, inúmeros outros pesquisadores que tem se debruçado sobre a realidade das populações em situação de pobreza em nosso país, usando o Programa Bolsa-Família<sup>2</sup>, como instrumento de pesqui-

---

2 O Bolsa-Família é um programa que contribui para o combate à pobreza e à desigualdade no Brasil. Ele foi criado em outubro de 2003 e possui três eixos principais: – Complemento da renda, onde todos os meses as famílias atendidas pelo Programa recebem um benefício em dinheiro, que é transferido diretamente pelo governo federal. Esse eixo garante o alívio mais imediato da pobreza; – Acesso a direitos a partir dos quais as famílias devem cumprir alguns compromissos (condicionalidades), que têm como objetivo reforçar o acesso à educação, à saúde e à assistência social. Esse eixo oferece condições para as futuras gerações quebrarem o ciclo da pobreza, graças a melhores oportunidades de inclusão social; – Articulação com outras ações por meio das quais o Bolsa-Família tem capacidade de integrar e articular várias políticas sociais a fim de estimular o desenvolvimento das famílias, contribuindo para elas superarem a situação de vulnerabilidade e de pobreza. Desde 2011, o Bolsa-Família faz parte do Plano Brasil Sem Miséria, que reuniu diversas iniciativas para permitir que as famílias deixassem a extrema pobreza, com efetivo acesso a direitos básicos e a oportunidades de trabalho e de empreendedorismo. A gestão do Bolsa-Família é descentralizada, ou seja, tanto a União, quanto os estados, o Distrito Federal e os municípios têm atribuições em sua execução. Em nível federal, o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) é o responsável

sa, nos apresentam a mesma constatação de ver indivíduos extremamente pobres protagonizando a configuração de uma nova realidade de vida digna para si e para os do seu entorno, a partir do acesso a tão poucos recursos materiais viabilizados pelo dito Programa do governo brasileiro.

Para nós, mesmo tendo que lidar com a impossibilidade de desenvolver esse tema nesse trabalho, é importante salientar a existência de inúmeros e verificáveis resultados positivos que os estudos sobre o Bolsa-Família tem mostrado quando se trata do tema da capacidade de engajamento e envolvimento político-comunitário dos indivíduos empobrecidos, a partir do momento que oportunidades lhes são dadas. Nesse aspecto, o *modus operandi* da grande maioria dos beneficiários do Programa Bolsa-Família é um testemunho concreto que nos ajuda a comprovar que os pobres são capazes de criatividade, protagonismo e proatividade. Esse fato nos ajuda também a afirmar que os pobres são, enquanto seres humanos, possuidores de capacidade para protagonizar suas vidas, tornando o que é potência em ato, como diria nosso velho filósofo Aristóteles, quando as condições circundantes o permitem. Por isso, quando as condições de participação e atuação lhes são oferecidas, acontece, empiricamente, o que nos relatam Milena Pereira e Fernanda Ribeiro, em outro trabalho de pesquisa sobre o Programa Bolsa-Família.

---

pelo Programa, e a Caixa Econômica Federal é o agente que executa os pagamentos. O Programa Bolsa-Família está previsto em lei – Lei Federal nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004 – e é regulamentado pelo Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, e outras normas. Fonte: <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e>. Acesso em: 16 ago. 2018).

No Areal, são as mulheres [beneficiárias do Bolsa Família] que estão mais visíveis e atuantes no presente, assim como algumas delas parecem ter assumido a tarefa de perpetuar a memória da rua. São elas que estão presentes nos cursos e atividades desenvolvidos pela associação comunitária, que tomam conta das crianças na rua etc. Diferente das análises que constataam a baixa participação política das beneficiárias (Suárez; Libardoni, 2007), observamos que, antes da existência do PBF, as mulheres do Areal já participavam de reuniões com gestores públicos, a fim de solicitar melhorias para o local. Pode-se dizer que práticas de exercício da cidadania (Rego, 2008) estão na rotina de muitas das mulheres há mais de uma geração (PEREIRA; RIBEIRO, 2013).

Realidades e testemunhos, como o citado acima, são também constatados em cada texto dos colaboradores de Jessé Souza na segunda parte do livro *A Ralé Brasileira*, em que a partir de algumas etnografias são apresentados aspectos sobre a vida, lutas, dificuldades e êxitos de personagens pertencentes às realidades de marginalizações sociais encarceradoras de indivíduos em condições de *subgente*, porém valentes e insistentes em lutar por uma vida de gente.

Os dois testemunhos que selecionamos apresentam uma expressividade especial uma vez que nos ajudam a ratificar um pouco mais sobre essa questão da luta e resistência de indivíduos sociais em condição de *subgente*, na busca de construir e encontrar realidades onde se possa viver como gente e evitar ser tragado por realidades e situações que os levem para situações de indignidade humana mais profunda ainda.

# 9

## **ESCRAVIDÃO COMO CHAVE DE LEITURA DO BRASIL ATUAL, ATRAVÉS DO PENSAMENTO DE JESSÉ SOUZA**

*Isabel Cristina de Vargas<sup>1</sup>*

---

<sup>1</sup> Mestranda em Ciências Sociais, Bacharel em Psicologia. Pesquisadora na área de Economia Solidária e Feminismo Interseccional.

De acordo com o pensamento de Jessé Souza é preciso utilizar outros caminhos para pensar a sociedade brasileira, é preciso pensar o Brasil desde o ano zero de sua estruturação social. Segundo o autor, somente através de uma renovação do pensamento social será possível compreender e explicar as desigualdades do país, pois a interpretação dominante se apoia na ideia de que nossas raízes estão em uma herança colonial portuguesa, que contribuiu para a construção de um Estado corrupto (SOUZA, 2017).

Jessé Souza reforça que não é a corrupção atribuída ao Estado que é a causa de todos os males e das desigualdades no Brasil, contrariando o pensamento hoje dominante e que lança raízes em interpretações simplificadoras e equivocadas que afirmam que somos frutos da herança portuguesa e do patrimonialismo. O autor acredita que a realização de uma análise, realmente crítica, do culturalismo racista, exercido pela elite conservadora e liberal, permitirá compreender a formação da sociedade brasileira de forma abrangente (SOUZA, 2017).

Para Jessé Souza, a sociedade brasileira continua com os mesmos traços da sociedade escravocrata do passado, na qual o extermínio aos pobres é visto como "política pública". O autor recusa a ideia de que recebemos uma "herança maldita" dos nossos colonizadores europeus. O que é verdade é que o desenvolvimento da sociedade brasileira ocorreu de forma particular, com o estabelecimento de relações sociais diferentes daquelas dos colonizadores.

De acordo com Jessé Souza, o pensamento social brasileiro se baseia na efetiva negação da escravidão como nossa semente societária e, ao

longo de sua obra ele procura reconstruir os principais elementos da gênese escravista, assim como sua influência até hoje (SOUZA, 2017, p. 13).

A escravidão no Brasil assumiu a forma de instituição total, com características peculiares e constituindo-se como a gênese das relações sociais que estão estabelecidas até hoje, neste país (SOUZA, 2017). São características sem precedentes e que nos diferenciam de outros países do restante da América e que marcam as relações de classe e gênero que atualmente conhecemos no Brasil (SOUZA, 2017).

Jessé Souza, citando Gilberto Freyre, aponta que o tipo de escravidão que se estabeleceu no Brasil ganhou suas peculiaridades ao misturar características das *plantations*, comuns no continente americano, e da escravidão familiar sexual moura e muçulmana. Destacou ainda que a prática de escravidão voltada ao trabalho doméstico, sem uma finalidade de cunho econômico-industrial, foi baseada em valores mouros ou maometanos (SOUZA, 2017, p. 28).

Outra especificidade que Jessé Souza (2017) aponta no tipo de escravidão estabelecido no Brasil, pelos portugueses, é o fator do sadismo, ou segundo ele, sadomasoquismo. O autor desenvolve a ideia de sadomasoquismo na escravidão brasileira, na tentativa de explicar um movimento de aproximação e de distanciamento simultâneo nas relações que se estabeleciam entre senhores e escravos, sendo a aproximação física e o distanciamento emocional.

O distanciamento emocional impede o contato com os anseios e traumas do outro, tornando-se um dos principais elementos para a condição de não humanidade do escravo negro. Segundo

o autor, em termos morais e psíquicos essa forma específica de escravismo tem consequências importantes para nossos propósitos. Ela implica, na prática, em uma complexa gradação de espaços de reconhecimento seletivo de necessidades e desejos dos dependentes do senhor, em uma hierarquia cujo ápice é determinado pela maior ou menor proximidade em relação às preferências afetivas do senhor (SOUZA, 2000, p. 256).

A condição de não humanidade dos escravos não permitia que eles acessassem algum direito ou tivessem participação social, portanto, a eles era negado qualquer tipo de dignidade ou reconhecimento. Segundo o autor (SOUZA, 2017), essa tendência permanece até os dias de hoje, determinando os que devem servir e os que devem ser servidos.

Durante o período de escravidão, o Brasil não possuía instituições intermediárias, o que permitiu que o componente "família" se tornasse o elemento principal para seu funcionamento (SOUZA, 2017). Trata-se da família patriarcal como o reflexo da sociedade, composta pela família nuclear, pelo senhor dono das terras, dono dos escravos domésticos e da lavoura, bem como pelos filhos ilegítimos. Nesse cenário, o patriarca é a figura central e tudo funciona de acordo com seus "mandos e desmandos".

Em diferentes épocas e sociedades, os indivíduos são condicionados pelas ações de instituições como a família, a escola, o trabalho. Segundo o autor (SOUZA, 2017), no Brasil, a escravidão foi a instituição que exerceu forte influência sobre todas as outras, perpetuando suas práticas até hoje, pois a maior parte da população segue sendo explorada pela elite através do trabalho bra-

çal, em ocupações exaustivas e de remuneração baixa.

A decadência do modelo escravagista, que culminou com sua abolição em 1888, tornou o Brasil o último país da América do Sul a modificar sua organização social. Porém, as novas práticas sociais desenvolvidas nos séculos seguintes compartilharam e compartilham o mesmo viés, com privilégios e concepções de classes sob forte influência do sistema anterior.

A herança escravocrata teria contribuído para a perpetuação da condição de sub-humandade de grande parcela da população. Segundo o autor, a classe média é o instrumento que a elite utiliza para explorar a classe trabalhadora e disseminar o ódio aos pobres. A discriminação e o ódio secular às classes populares é a principal singularidade na formação da sociedade brasileira (SOUZA, 2017).

A libertação dos escravos não passou de uma revolução social de branco para branco (SOUZA, 2015), visando a ampliação de cenários mais competitivos e buscando uma nova organização nacional que se articulasse com os interesses de uma economia de mercado. Nessa transição do modelo escravagista para o sistema competitivo, uma grande parcela da população foi abandonada à própria sorte, tendo que enfrentar as novas circunstâncias sociais e econômicas.

A integração de pessoas negras e de alguns brancos – agregados e dependentes do trabalho braçal no meio rural – às novas práticas sociais não ocorreu, gerando a marginalização dessa população. O abandono da população escravizada, após sua libertação, ajuda a explicar a situação

social, política e econômica do país atualmente (SOUZA, 2017).

A sociedade brasileira, assim como o seu mercado de trabalho, estruturou-se sob a cultura da desqualificação da população negra. Mesmo durante o processo de industrialização das cidades, o Estado usou estratégias para atrair a vinda de trabalhadores estrangeiros, fazendo com que a população negra não fosse inserida nos postos de trabalhos das fábricas (FERNANDES, 1978).

Acerca disso, Jessé Souza ressalta que,

O escravo, esse vai ser abandonado e ficará desprovido de acesso às benesses do novo sistema que se institucionaliza a partir de então. Quem ocupa os novos empregos abertos pelo desenvolvimento de manufaturas e maquinário faturas, é o mulato e depois o europeu imigrante. O negro, vítima de preconceito e do seu próprio abandono, não teve nem terá acesso mais tarde ao lado menos sombrio dos novos tempos (SOUZA, 2000, p. 265).

O Brasil pós-abolição manteve uma organização social estruturada sobre diversas formas de opressão, porém não mais dos senhores sobre os escravos, mas daqueles que se julgavam portadores de valores europeus contra pobres, índios e africanos (SOUZA, 2017, p. 38). Segundo este autor (2017), é a nova hierarquia moral capitalista que autoriza o preconceito e a violência contra os marginalizados em detrimento dos privilégios da elite.

A constituição de uma sociedade baseada na dinâmica do mercado econômico não considera a inclusão social dos marginalizados, pelo contrário, utiliza a exclusão de muitos para atender as necessidades de poucos. Os excluídos pre-

cisam adaptar-se e tornar-se produtivos, para que sua força de trabalho possa ser explorada pelas classes superiores (SOUZA, 2017).

O autor analisa a sociedade brasileira contemporânea a partir de quatro classes sociais, considerando seus desmembramentos, ou frações. São elas: a elite ou “os endinheirados”, a classe média, a classe trabalhadora semiqualficada, também denominada como “batalhadores”, e a “ralé” de novos escravos, ou seja, aqueles que vivem em condições abaixo da dignidade humana (SOUZA, 2017).

Quando propõe a definição das classes sociais no Brasil, Jessé Souza (2017) ultrapassa os limites econômicos, agregando o capital cultural e o capital social como marcadores de pertencimento de classe. Nessa definição, os privilegiados que herdaram o capital econômico de mão beijada também têm o acesso livre ao capital cultural e ao capital social beneficiando, principalmente a classe média que irá reproduzir os privilégios de que é portadora, nos seus filhos.

Jessé Souza utilizou a denominação “ralé” (SOUZA, 2009) para nomear os indivíduos, que atualmente são na maioria mestiços, mas que recebem, da elite e da classe média, ódio e desprezo semelhantes aos que recebiam os escravos negros. Contudo, a pobreza que caracteriza a classe denominada pelo autor como ralé não considera só a total escassez de capital econômico, mas diz respeito também à escassez ou inexistência de capitais sociais, bem como capitais culturais, que corroboram para a permanência das desigualdades sociais.

Segundo Jessé Souza, aqueles que compõem a ralé:

[...] são seres humanos a rigor dispensáveis, na medida em que não exercem papéis fundamentais para as funções produtivas essenciais e que conseguem sobreviver nos interstícios e nas ocupações marginais da ordem produtiva. Este tipo humano, como o do escravo, também, espalhou-se por todo o território nacional e representava, em meados do século XIX, cerca de 2/3 da população nacional (SOUZA, 2003, p. 121-122).

Os integrantes da “ralé de novos escravos” ocupam os postos de trabalho que exigem exclusivamente capacidade física, o que faz com Jessé Souza compare a sua situação ao trabalho escravo, onde os escravizados eram explorados em sua “tração muscular” (SOUZA, 2017, p. 60). São pessoas que têm o acesso à educação negado e que a única mercadoria a ser vendida no mercado de trabalho é a capacidade muscular.

Além da exploração, as classes populares são manipuladas pela mídia, que à serviço dos endinheirados, degrada o poder de voto da população, atacando governos com perfil popular, atacando projetos de redistribuição de renda, apoiando medidas que interfiram nos direitos sociais e trabalhistas. O conta-gotas midiático, sem imparcialidade, segue pingando na cabeça da população a ideia de que a elite, possuidora da razão, da moral e dos bons costumes é fundamental para o desenvolvimento do país.

Segundo o autor, a elite econômica do século XXI segue com as mesmas características da elite escravagista, que, juntamente com a classe média, mantém um pacto antipopular marcado pela exploração e desqualificação da ralé (SOUZA, 2017).

De acordo com Jessé Souza (2017), as instituições modernas brasileiras têm suas raízes no escravismo, onde os mais ricos seguem cultivando enormes fortunas de forma predatória e às custas dos explorados. Assim, a classe média, juntamente com a elite de origem escravocrata, apoia a política de privatizações e sucateamento do aparelho estatal, aumentando suas fortunas.

A classe média, de posse dos capitais econômico, cultural e social, compra a mão de obra semiqualficada, e proporciona para si e aos seus descendentes o tempo livre e o acesso aos meios de produção de conhecimento e à intelectualização etc. Neste contexto, a ralé é considerada burra e preguiçosa, pois não alcança a ascensão social através do mérito pessoal (SOUZA, 2017).

Segundo o autor (SOUZA, 2017), o desprezo às camadas populares, no Brasil de agora, se manifesta através da classe social e não somente pela cor da pele, embora o ódio aos negros continue sendo fator importante para compreender a sociedade atual. Jessé Souza afirma que a nossa “ralé” atual, que é de todas as cores de pele, é o inadaptado à competição social, que herdou o ódio e desprezo que se devotava ao negro, antes. (SOUZA, 2017, p. 58).

As elites são consideradas superiores às classes mais pobres, pelo senso comum, pois a população empobrecida é vista como incapaz de ascender às outras classes. O argumento da meritocracia está incorporado no pensamento do brasileiro, que não leva em consideração as condições sociais dos indivíduos e se concentra em defender o desempenho individual como fundamental.

Em suma, Jessé Souza (2017) entende que nunca se deu a devida atenção a esses assuntos e

faz uma crítica consistente ao passado escravista do Brasil. Segundo ele, essa herança reproduz, na atualidade, um tipo de sub-humano de todas as cores. E que estes precisam existir para a manutenção da classe média e da elite, que se julga mais capaz e com direito de explorar estes desvalidos.

# 10

**IDEOLOGIA, IDENTIDADE E  
ALIENAÇÃO: UM OLHAR SOBRE  
PROCESSOS CHAVES NA SOCIEDADE  
BRASILEIRA, EM DIÁLOGO COM O  
PENSAMENTO DE JESSÉ SOUZA**

*José Ivo Follmann<sup>1</sup>*

---

<sup>1</sup> Doutor em Sociologia, mestre em Ciências Sociais e graduado em Ciências Sociais, Filosofia e Teologia. Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos.

Este capítulo visa um exercício reflexivo como nota marginal a um grande debate. É uma reflexão sobre concepções que venho trabalhando desde os anos 1980 e 1990, referindo ideologias, processos de identidade e processos de alienação. É um exercício despretensioso orientado para ser um diálogo para um entendimento mais apurado das contribuições dos estudos de Jessé Souza, também dentro desses recortes conceituais.

Posso dizer, voltando à analogia referida na “apresentação” deste livro, que enquanto fui avançando na leitura dos textos e na escuta das falas de Jessé Souza, o “meu coração ardia” como que na gostosa sensação de estar encontrando uma chave importante para avançar na discussão teórica sobre o conceito de ideologia e, sobretudo, os conceitos de processos de identidade e processos de alienação como categorias sociológicas centrais.

O capítulo quer ser uma resposta, ao menos parcial, a provocações que me foram feitas, uma vez que em minha trajetória sociológica estas categorias teóricas sempre foram muito caras para mim. Em minha dissertação de mestrado trabalhei uma concepção de “ideologia orgânica”, inspirando-me muito, naquela época, em Antonio Gramsci e, mais tarde, a partir de minha tese de doutorado desencadeou-se em mim um interesse crescente em aprofundar a questão das “identidades”, ou mais propriamente os “processos de identidade” e “processos de alienação”, como categorias, no meu ponto de vista, chaves para um bom estudo sociológico.

Quando no mestrado, em inícios da década de 1980, desenvolvi uma pesquisa sobre a questão da ideologia na Igreja, tive oportunidade de apro-

fundar-me no pensamento de Antonio Gramsci e também tive importante interlocução direta com Florestan Fernandes e Octávio Ianni, que foram, na época, meus professores. Especificamente, a sociedade de classes no Brasil e as categorias de ideologia e de intelectuais orgânicos me chamavam muita atenção. Assim, apropriei-me, a meu jeito, de concepção operacional de ideologia e de "ideologia orgânica".

Uma década depois, ao longo de meus estudos de doutorado, nos quais me dediquei mais especificamente a aprofundar a importância do sujeito individual nos estudos sociológicos, deixei-me mobilizar bastante pelo pensamento sociológico de Guy Bajoit, Alain Touraine, Claude Dubar e, posteriormente, Alberto Melucci. Com contribuições desses autores e outros, fui construindo, a meu jeito, uma concepção operacional de "processos de identidade". Depois, ao longo dos anos tal concepção foi complementada com a ideia de "processos de alienação".

Segundo Jessé Souza, vivemos em uma sociedade que conseguiu trazer até nossos dias com muito sucesso e praticamente intacta a marca ideológica da estrutura escravocrata, gestada ao longo de quatro séculos. A estrutura mental de uma sociedade dividida entre senhores e escravos, entre cidadãos e não cidadãos, entre os que "naturalmente" merecem ser incluídos e os que "naturalmente" são excluídos transita tranquila, acobertada e dissimulada pela ideologia de um povo alegre e pacífico e do mito da democracia racial. Nem mesmo a violência que desponta hoje por todos os lados parece alertar suficientemente para este tremendo embuste ideológico que caracteriza a sociedade de classes, que é o Brasil, e que mar-

ca todo processo vivido por nossa sociedade. As classes dominantes no Brasil efetivamente tiveram sucesso na sua elaboração ideológica.

Vivemos em uma sociedade estrutural e mentalmente alienada com relação à sua própria história, a qual foi sistematicamente falseada. Pode-se dizer que a história do Brasil é um complexo encadeamento de sucessivos processos de alienação. Ou seja, a história do povo brasileiro está mais para processos de alienação do que para processos de identidade. Talvez se possa dizer que frases como essas sintetizam um dos principais motivos das ricas reflexões de Jessé Souza.

Evidentemente, é uma reflexão que parte do pressuposto de que a cidadania é verdadeiramente construída na medida em que os sujeitos encontram condições de desenvolver os seus projetos de vida na sociedade, ou seja, em que a sociedade é o resultado ao mesmo tempo de processos individuais e de processos coletivos de identidade.

Novas chaves de referência foram se delineando para o enriquecimento e aprofundamento do jeito como venho ensaiando caminhos para a compreensão da sociedade brasileira. Jessé Souza tornou-se para mim importante referencial e recurso teórico tanto para melhorar minhas reflexões sobre ideologia, como no estudo dos processos de alienação, que é o contraponto de processos de identidade.

Este capítulo está dividido e composto por dois títulos: O primeiro título é "*As concepções de ideologia orgânica, processos de identidade e processos de alienação*". Nele retomo basicamente formulações que concebi, tanto em minha pesquisa de mestrado sobre posicionamentos

ideológicos como em minha pesquisa de doutorado sobre processos de identidade. Na sequência, o segundo título é “*As contribuições de Jessé Souza para aprofundar este debate teórico e prático*”. Sob este título tento compor alguns pontos de contribuições desse autor, que em minha opinião melhor contribuem para a compreensão dos processos ideológicos e dos processos de identidade e de alienação na sociedade brasileira.

Proponho aqui uma breve e, talvez, demasiadamente pretensiosa discussão sobre os processos de identidade e de alienação no espelho do embuste ideológico do falso culturalismo, da ideologia economicista, da meritocracia perversa e outros pontos já longamente tratados em outros capítulos desta publicação, me “ancorando” no espelho das contribuições de Jessé Souza.

## **1 – As concepções de ideologia orgânica, processos de identidade e processos de alienação**

### 1.1 Ideologia orgânica

Em 1985 publiquei o texto “Igreja, Ideologia e Classes Sociais” que havia sido o resultado de minha pesquisa de mestrado em sociologia (FOLLMANN, 1985). Em uma de suas passagens conclusivas, temos o seguinte texto síntese:

A sociedade de classes que se constituiu no Brasil não conseguiu desfazer-se de seu passado de escravismo e caracteriza-se pela peculiaridade inerente às demais formações socioeconômicas vítimas de um capitalismo “incrustado” (rapinante, predatório e violento) como uma sociedade onde “umas classes são mais classes que as outras”. As-

sim, a luta de classes no Brasil, na medida em que foi se delineando, caracterizou-se por uma grande assimetria entre, de um lado, a gigantesca força material, repressiva e persuasiva das classes dominantes que, pouco a pouco, foram se configurando nisso que hoje são a burguesia empresarial (agrícola, industrial, comercial e financeira) e a burguesia gerencial (estatal e privada) e, de outro lado, a privação e o desamparo legal das classes dominadas que também vem se afirmando, com dificuldade, compondo-se em numerosos contingentes populacionais que somam o proletariado e o subproletariado rural e urbano (FOLLMANN, 1985, p. 168-169).

As categorizações que compus, naquela época, muito influenciado por meus mestres Florestan Fernandes e Octávio Ianni, recebem obviamente novas carnes e nova vida com as atuais contribuições e avanços propostos por Jessé Souza, como podemos constatar em diversos outros textos desta publicação.

Mas quero puxar também o registro da ideologia. Elaborei como ponto de partida uma concepção de "ideologia orgânica", onde trabalhamos a ideologia como:

[...] conjunto orgânico de ideias, valores e normas em função prático-social referente à estrutura básica de determinadas formações socioeconômicas. A estrutura básica em uma sociedade capitalista é uma estrutura essencialmente antagônicas gerando classes sociais em contradição (FOLLMANN, 1985, p. 25).

A ideologia: tanto pode ser o conjunto de ideias, valores e normas organizado pelos e para os dominadores com vistas a acobertar e escamo-

tear a existência da contradição entre as classes (em direção à garantia da continuidade das classes), como pode ser o conjunto de ideias, valores e normas organizado pelos e para os dominados com vistas a desvendar e tornar patente a contradição entre as classes (em direção ao término das classes) (FOLLMANN, 1985, p. 26).

Em um esforço de operacionalização daquela noção de ideologia, dividi, dentro da finalidade da pesquisa então em pauta<sup>2</sup>, o seu direcionamento em dois: conservador e transformador, apontando respectivamente em cada um dos direcionamentos, por um lado, posições modernizantes e reacionárias e, por outro, posições reformistas e revolucionárias. Apoiado nessa concepção de ideologia e detalhamento operacional e considerando a estrutura de classes, a hipótese cultivada na época foi a abaixo explicitada:

No debate ideológico, entre os dois extremos (constituídos reacionários por um lado e revolucionários por outro), podemos perceber a ampla margem dos que se dividem entre a ideologia conservadora modernizante e a ideologia transformadora reformista. A revolução burguesa no Brasil sempre se caracterizou, paradoxalmente, por um misto de conservadorismo modernizante e reacionário... Na medida em que as forças transformadoras se manifestaram na sociedade, cresceu também a força da ideologia conservadora modernizante a partir das classes dominantes" (FOLLMANN, 1985, p. 66)

Mesmo que em Jessé Souza não encontremos, obviamente, passagens que favoreçam interlocução direta com este tipo de abordagem, en-

2 O tema da pesquisa eram os "diferentes posicionamentos ideológicos na Igreja Católica no Brasil".

tendi ser pertinente mencioná-la aqui como uma formulação que bebeu fortemente da influência do vigor das lutas populares que estava sendo retomada, sobretudo pelo viés das Comunidades Eclesiais de Base – CEBS, área com a qual eu tinha mais familiaridade naquela primeira metade da década de 1980. Era um contexto em que o referencial e luta de classes, mesmo em ritmo acelerado de perda de força, ainda se fazia presente com certo vigor em formulações de setores da Igreja.

## 1.2 Processos de identidade e processos de alienação

Na primeira metade dos anos 1990, novos ingredientes sociais haviam se somado para ampliar as minhas preocupações teóricas e práticas. Foi quando, sem deixar a concepção de classes, de lado, fiz um esforço teórico por entender o lugar e a importância do sujeito (individual) para o estudo da sociedade. Nos diálogos e reflexões que se encadearam durante e depois da realização da tese doutoral, cultivei com cuidado a formulação de uma concepção de “processos de identidade” que pudesse ser operacional nos estudos da sociedade.

Isso foi em grande parte decorrência de interlocuções havidas em momentos de assessorias prestadas a organizações de Igreja e de movimentos populares. Na pesquisa para o doutorado (1990-1993), um caminho operacional para abarcar os aspectos essenciais relacionados com identidade, que se mostrou útil, foi o de se colocar os projetos, os motivos, as práticas e as trajetórias vividas, em permanente relação tanto no nível do

individual como no nível do coletivo e da interação entre estes dois níveis, concretizando-se nas diferentes esferas de sociabilidade ou dimensões da vida social. Eu repetia para mim mesmo: “O ser humano é um ser de projeto”!

Em 2012 fui provocado para escrever um artigo sobre processos de identidade e processos de alienação (FOLLMANN, 2012). Foi uma oportunidade de síntese de algo que eu vinha acumulando desde a década de 1990. De fato, a concepção da identidade ou identidades sempre está associada, em primeiro plano, a ideias de singularidades diferentes, de alteridades e de processos alternativos e, ainda, a processos de oposição. Isso está correto, mas pode desviar a nossa atenção de uma questão chave que são os processos de “des-identidade”. Ou seja, a autonegação (ou esvaziamento) da própria identidade é algo fundamental e deve ser colocado no centro de nossas atenções. É o que denomino de processos de alienação. O exercício de reflexão para construir o conceito de processo de identidade nos ajuda a não deixarmos este aspecto inverso de lado.

Quem muito me inspirou foi A. Touraine (1993). Esse autor, quando trata deste tema em sua teoria sobre os movimentos sociais, nos reporta à seguinte reflexão: “os movimentos sociais (...), o da classe superior e o da classe popular, (...), não estão em relação de igualdade, não estão na situação de dois cavaleiros (nas mesmas condições) se opondo em um torneio. A situação de conflito é, também, em seu início, uma relação de dominação.” Ele conclui: “a consciência popular pode ser dominada pela alienação; ela o é quando não se forma um movimento social” (TOURAINÉ, 1993 apud FOLLMANN, 2012, p. 83).

Também foram para mim muito sugestivas as reflexões feitas por T. Evers (1984), quando ele, em seus estudos sobre os movimentos sociais na América Latina, contrapôs à ideia de identidade a ideia de alienação. T. Evers fez dessa oposição um dos pontos centrais em artigo no qual se interrogava sobre o “novo” dos “novos movimentos sociais” na América Latina.

Como apontei anteriormente, trata-se de reflexões que alimentam um pressuposto, ou seja, que a cidadania é verdadeiramente construída na medida em que os sujeitos encontram condições de protagonizar os seus processos individuais e coletivos de identidade.

O ser humano, quando se percebe apenas como sujeitado a projetos de outrem, não suporta, ou seja, não se realiza e não desenvolve a sua autoestima enquanto sujeito. Também não se pode falar em construir processo de identidade dos outros ou para os outros. Para nós, um processo de identidade não existe a não ser na forma de manifestação da capacidade autônoma dos indivíduos e grupos na construção de sua história (FOLLMANN, 2012, p. 84).

No mesmo texto, duas páginas adiante, eu pontuava: “São processos que se dão tanto para outrem como para si mesmo, tendo por resultado sempre uma ‘costura’ de uma parte, entre o que é ‘herdado’ e o que é ‘almejado’ e, de outra parte, entre o que é ‘atribuído’ e o que é ‘assumido’” (FOLLMANN, 2012, p. 86). As análises que Jessé Souza apresenta sobre a ‘subcidadania’, a ‘ralé brasileira’ e, mesmo os ‘batalhadores’, nos demonstram a tremenda distância, ou seja, o evidente estado de alienação, frente às reais condições de protagonizar esta ‘costura’.

É oportuno que lembremos toda a complexidade envolvida nos processos de identidade. Eles acontecem na “permanente interação entre os sujeitos, diferenciando-se e considerados diferentes uns dos outros ou assemelhando-se e considerados semelhantes uns aos outros, e carregando em si as trajetórias vividas por estes sujeitos, em nível individual e coletivo e na interação entre os dois, os motivos pelos quais eles são movidos (as suas maneiras de agir, a intensidade da adesão e o senso estratégico de que são portadores) em função de seus diferentes projetos, individuais e coletivos.” (FOLLMANN, 2001, p. 59; 2012, p. 87).

Como todo conceito, também este aponta para um ideal-tipo e, no seu oposto, para a ausência deste ideal-tipo. As análises de Jessé Souza, ao tentar uma leitura totalizante da sociedade brasileira, tendem a mostrar com muita argúcia esta ausência de reais condições de processos de identidade.

## **2 - As contribuições de Jessé Souza para aprofundar este debate teórico e prático**

É preciso desconstruir a imagem alienada/falsa que construímos de nós mesmos no Brasil. É condição para retomarmos o caminho da verdade no cultivo de autênticos processos de identidade. Creio que este debate sobre processos de identidade e processos de alienação no horizonte das contribuições e da chave de leitura de Jessé Souza tem condições de contribuir nisso.

Como reflete Jessé Souza, nós somos vítimas de uma mídia “uno cromática” que impede o aprendizado democrático, expressando-se

como um verdadeiro câncer que impede ou sufoca o aprendizado social. Mas fiquemos alertas, pois de fato os jornais e os meios de comunicação em geral não se caracterizam por criar ideias. Eles apenas as distribuem. A mídia ajuda a reproduzir permanentemente ideias e concepções estabelecidas pelos produtores do conhecimento para o bom e harmonioso funcionamento da sociedade. Sobretudo, por exemplo, é fundamental que as explicações e legitimações com relação à tremenda concentração de renda e de poder que marcam a nossa sociedade consigam chegar a todos. Logo, como reporta Jessé Souza, as elites dominantes, além de serem privilegiadas e dominantes, necessitam sentir-se legitimadas em seus privilégios de dominantes.

Se prestarmos atenção aos ambientes de sociabilidade em geral, sobretudo o berço familiar, de amizade e da informalidade do convívio no lazer e no trabalho, onde ideias que temos da sociedade vão sendo reproduzidas, teremos também, com evidência, essa sensação. Aliás, parece que tudo se encaixa de uma forma absurdamente lógica. Pois é exatamente no horário em que a maioria dos brasileiros e brasileiras se reúne em frente à TV, em clima de busca de descanso depois de um dia estafante, que é posto um jornal nacional, transmitido pela rede televisiva mais poderosa, alimentando as mentes e os corações em um momento em que as pessoas se encontram mais indefesas. É um horário "nobre" de reprodução da ideologia dominante.

Como já foi apontado à sociedade em outros capítulos desta publicação, a nossa identidade de brasileiros e de Brasil tem nome e data de construção: Gilberto Freyre, 1920. Somam-se

à obra deste sociólogo, que sem dúvida tem um estilo sedutor e de fácil sintonização nos diferentes segmentos da sociedade, outros pensadores de renome igualmente criticados por Jessé Souza, como já foi apontado em outros textos desta publicação. São eles Raimundo Faoro, papa do patrimonialismo brasileiro, Roberto DaMatta, papa de jeitinho brasileiro, e tantos outros a respeito dos quais o autor nos alerta devido aos usos deletérios que brotam de seus aportes teóricos.

Independente de concordarmos com a formulação radical de Jessé Souza, o cerne da sua assertiva sempre foi claro: a elite cultural ou intelectual está a serviço da elite econômica e é força institucional criadora da legitimação da estrutura dominante. A partir da leitura de Jessé Souza pode-se dizer que na história brasileira criou-se, pelo braço, ou melhor, pela cabeça da elite intelectual - o autor dá destaque à Universidade de São Paulo - USP -, um verdadeiro "caldo de cultura" do qual os fazedores de opinião, mídias, empresários, políticos, governantes, artistas, líderes religiosos e outros se servem permanentemente reproduzindo na mente e no coração do povo brasileiro, fórmulas prontas legitimadoras do que aí está. Trata-se de leituras totalizadoras prontas, através das quais as desigualdades, os racismos, as exclusões são legitimadas ou tornadas invisíveis.

Segundo Jessé Souza, a esquerda brasileira e seus intelectuais nunca foram aptos e hábeis suficientemente para produzir ou criar uma leitura que fosse totalizante e totalizadora de verdade e que pudesse se contrapor às leituras que são do gosto das elites dominantes. Talvez a chave que o próprio Jessé Souza oferece possa ser, até certo ponto, "redentora" neste sentido. Talvez a partir

do novo impulso que as suas contribuições estão conseguindo instaurar se possa estabelecer sinergia intelectual suficiente para retomarmos as muitas e dispersas tentativas frustradas e subjugadas, somando o esforço de uma plêiade de mentes ilustres e que heroicamente se insurgiram contra os cacoetes dominantes. Me ocorrem, por exemplo, os nomes de Alberto Guerreiro Ramos, de Darcy Ribeiro e do próprio Paulo Freire, entre tantos outros.

Vivemos, hoje, na sociedade brasileira, como Jessé Souza muito bem aponta em diversas passagens de seus textos, um clima de ódio ao pobre, uma verdadeira cultura de ódio ao pobre. Trata-se de ódio a segmentos da população que teriam tido “indevidamente” – *por uma política considerada absurda e equivocada* – o seu caminho facilitado para o acesso a benefícios e a espaços que nunca antes podiam ser imaginados. Ou seja, ousou-se romper com a velha estrutura mental preservada, intacta desde o longo período de escravidão. Na verdade, o ódio ao escravo, no período da escravidão, foi transposto hoje para o ódio ao pobre. No Brasil de hoje, mata-se mais pobres do que se mata, por exemplo, na guerra da Síria. Note-se que a maioria dos pobres é de população negra. Não se trata, portanto, só de um esquema mental que não mudou. As próprias relações étnico-raciais concretas não se alteraram.

Vivemos em uma sociedade na qual nunca, efetivamente, se criaram condições de verdadeira democracia intelectual, ou seja, as condições para análises científicas revolucionárias saírem das margens e da periferia são pífias frente às condições daqueles que se submetem a reproduzir a fraude científica e o discurso conciliador na reprodução do senso comum e da ideologia das classes

dominantes ou elite do poder. É o que analogamente acontece em todo o tecido social, como já repetimos anteriormente: as reais condições do exercício cidadão são pífiás e tendem a reduzir-se a segmentos sempre mais minoritários. Ou seja, os processos de alienação tendem a se sobrepor aos processos de identidade.

A ideologia da meritocracia talvez possa servir como exemplo. Jessé Souza chega a dizer que não merece o nome de cientista quem defende a meritocracia tal como é cultivada no Brasil, pois é óbvio que a desigualdade vem do ventre materno e não da escola. As pessoas são olhadas de cima para baixo. O que incomoda hoje a classe média é que se ousou, em nível de poder executivo central, olhar para a ralé, olhar de baixo para cima. Houve empenho por promover a inclusão, o acesso aos benefícios. Pela primeira vez em 500 anos se conseguiu mexer com um velho e tático “acordo” de classes, fazendo com que diminuísse verdadeiramente a desigualdade. Tal fato mexeu muito com a classe média elitizada. Aliás, sempre continuando com o pensamento de Jessé Souza, dá-se hoje uma verdadeira criminalização do próprio princípio da igualdade. Parece que o fato de ter-se questionado a “linha da dignidade”, não tem perdão. Ousou-se tornar visível o que é real, mas que deveria ser mantido na invisibilidade... Quem ousou fazer isto, merece ser jurado de morte!

As cotas raciais, as políticas de inclusão são um dos maiores combustíveis que levaram ao golpe de 2016. É o que Jessé Souza defende em sua obra “Radiografia do Golpe”. Existe, no imaginário criado brasileiro, um verdadeiro espantalho ou factóide fantasioso colocando o Estado e os polí-

ticos que o representam como sendo o segmento que concentra todas as perversidades da sociedade. O Estado é demonizado ao extremo e seria o grande vilão, trazendo em si o próprio “vício de origem”, como foi visto em outro texto que reflete sobre a tese do patrimonialismo.

No entanto, sem que busquemos isentar os agentes políticos de suas perversidades, nós sabemos que as evidências são bem outras, pois toda vociferação contra os políticos oculta, de fato, as verdadeiras elites endinheiradas para usar adjetivação do gosto de Jessé Souza, orquestradas, sobretudo pela elite financeira e do mercado internacional. Trata-se de uma “elite do saque”, pouco ou nada interessada no real desenvolvimento do país e na sadia participação da sociedade.

### **3 - Em que sentido podemos ter nas contribuições de Jessé Souza pontes sólidas para entre os processos ideológicos e os processos de identidade e de alienação?**

Para ser breve, fazendo a síntese da síntese de uma resposta que poderia ser complexa, segue a conclusão a que cheguei.

Se retornarmos à ideia de ideologia orgânica das classes dominantes e das classes dominadas, a leitura de Jessé Souza permite que, por analogia, afirmemos que na sociedade brasileira impera, por um lado, uma ideologia orgânica das classes dominantes tremendamente consistente e que, por outro lado, é visível a ausência de uma ideologia que possa ser orgânica no lado das classes dominadas. É impressionante o grau de hegemonia (dominação das mentes e dos co-

rações) que a ideologia dominante conseguiu ter nesta sociedade e a impressionante fragilização a que estão reduzidas as ideologias das classes dominadas.

Isso faz com que na estrutura social brasileira tudo se organize e se mova de forma a favorecer os processos de identidade dentro e a partir das classes dominantes. A grande maioria da população brasileira vive, predominantemente, processos de alienação. Isso é constatável nos discursos “non sense” que pautam a meritocracia para combater o sistema de cotas de inclusão até as pequenas práticas de socialização acomodada que acontece nas famílias que “sabem qual é o seu lugar”.

A produção e ampla difusão de leituras e análises que mostrem a realidade a partir de baixo, ou seja, na perspectiva daqueles que são os sempre desfavorecidos na sociedade se faz urgente e talvez seja um caminho de redenção do Brasil como uma sociedade democrática de verdade e não segundo os mitos e embustes até hoje aprendidos e difundidos. Hoje, quando falamos que a história da sociedade brasileira pode ser resumida como uma história complexa de sucessivos processos de alienação, podemos invocar o nome de Jessé Souza como o referencial mais apropriado para respaldar esta assertiva.



# 11

## **REVISITANDO OS CONCEITOS DE BRANQUIDADE E BRANQUITUDE NO ESPELHO DA OBRA DE JESSÉ SOUZA, A ELITE DO ATRASO: DA ESCRAVIDÃO À LAVA JATO**

*Adevanir Aparecida Pinheiro<sup>1</sup>*

---

<sup>1</sup> Doutora em Ciências Sociais, mestre em Ciências Sociais e graduada em Serviço Social. Coordenadora do NEABI - Núcleo de Estudos Afrobrasileiros e Indígenas e Professora da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos.

Nosso ponto de partida, voltado para a reflexão e aprofundamento sobre as contribuições de Jessé Souza, está na sua obra *A Elite do Atrás: da escravidão à lava jato* (2017). O estudioso nos apresenta um arcabouço de ideias refrescantes para pensarmos além de seus pensamentos. A sua obra é um convite para o que poderia ter sido contemplado para além dela, por meio de um olhar diferenciado, buscando acrescentar novos elementos na travessia do abismo ideológico brasileiro por ele retratado. Por isso, nos animamos a visitar os conceitos de branquidade e da branquitude, com os quais já trabalhamos em outros momentos, refletindo-os no espelho desta obra.

Os pontos que encontramos como passo dinamizador de nossas intervenções encontram-se muito bem explicitados nas páginas 9 e 10 do livro, quando o autor apresenta os três eixos demarcadores de suas dimensões referenciais no percurso de sua exposição teórica.

Em um primeiro eixo de reflexão o estudioso aponta para a tomada da experiência da escravidão como referência para todo o processo de sociabilidade brasileira. Para o autor,

É tomar a experiência da escravidão, e não a suposta abstrata continuidade com Portugal e seu "patrimonialismo", onde não existia a escravidão, como a semente de toda a sociabilidade brasileira. Muitos falaram de escravidão como se fosse um mero "nome", sem eficácia social e sem consequências duradouras, inclusive Sérgio Buarque e seus seguidores. Compreender a escravidão como conceito é muito diferente. É perceber como ela cria uma singularidade excludente e perversa. Uma sociabilidade que tendeu

a se perpetuar no tempo, precisamente porque nunca foi devidamente compreendida nem criticada (SOUZA, 2017, p. 9).

O segundo eixo de construção de seu referencial é superar a superficialidade economicista na compreensão das classes sociais. Segundo o autor:

O principal aqui é evitar compreender as classes de modo superficial e economicista, como o fazem tanto o liberalismo quanto o marxismo. Ao perceber as classes sociais como construção sociocultural, desde a influência emocional e afetiva da socialização familiar, abrimos um caminho que esclarece nosso comportamento real e prático no dia a dia como nenhuma outra variável (SOUZA, 2017, p. 9-10).

Já no terceiro eixo ponto o autor fala sobre o diagnóstico mais aprofundado sobre o momento atual. O estudioso assevera que,

Se os dois pontos anteriores são importantes, sua eficácia deve ser comprovada por um diagnóstico do momento atual mais profundo e mais veraz que o do "racismo culturalista", como podemos definir o paradigma que estamos criticando. Este é o convite que faço ao leitor. Adentrar o espaço de uma aventura do espírito que visa libertá-lo das amarras invisíveis das falsas interpretações críticas. Esse é, afinal, o primeiro passo para que, enfim, não mais repitamos a nossa triste história da exclusão recorrente e golpes de Estado, mas que juntos possamos construir algo verdadeiramente novo (SOUZA, 2017, p. 10).

O estudo do livro de Jessé Souza, provocou-nos, em um primeiro momento da leitura um olhar muito detalhado e, pode-se dizer, mais clínico sobre o tema em debate. A maneira como o autor entra na dinâmica da situação ideológica e atual da problemática brasileira muito nos tocou e ajudou a melhor entender o processo como um todo.

Entendemos que para um bom entendimento das relações de classe e dentro delas, das relações étnico-raciais (ou relações de raça), é importante termos consciência da distinção entre branquidade e branquitude, pois a marca racial está no cerne da questão social brasileira, como a própria obra de Jessé Souza pontua. O problema é que quando se fala dessa marca racial, normalmente toda carga de reflexão é colocada para o lado dos negros e pouco se fala dos brancos. Às vezes parece que na cabeça dos intelectuais, o problema racial existe porque existem os negros, quando é exatamente o contrário. É fundamental que a nossa atenção de estudo se volte para os brancos. Diversos autores e autoras já sinalizam esse fato. Destacamos, de modo especial, Maria Aparecida Bento (2003) com o conceito de "branquitude normativa". Também são chaves as contribuições da australiana Vron Ware e do sempre lembrado sociólogo negro brasileiro Guerreiro Ramos com o conceito de "patologia social do branco". Inspirando-nos, nestes autores e outros, abordamos a distinção entre "branquidade" e "branquitude", ou seja, para uma percepção mais próxima da realidade vivida pelos brancos na sociedade, temos, ao menos, duas grandes categorias de brancos: aqueles que são branquidade e que não estão nem aí com a questão racial, vivem como se ela não existisse, não tem o

mínimo de consideração com os diferentes, isto é, a única consideração que tem é o desprezo. Há aqueles que são branquitude, que reconhecem o problema, reconhecem o diferente e assumem atitude frente à questão.

A visão apresentada por Jessé Souza, apesar de não explicitar esse tipo de reflexão sobre os brancos, nos fez ampliar o nosso horizonte intelectual e pessoal, dentro desse debate. A sua leitura nos animou a refletir de uma forma mais cuidadosa os conceitos de branquitude e de branquitude, assim como os trabalhamos ultimamente. Entendemos que refletimos no espelho dos três eixos que Jessé Souza explicita em sua obra, só o que contribui para avançarmos.

## 1. O tempo da escravidão como referência

O primeiro eixo apontado pelo autor já nos deixa em estado de alerta social e racial, sobretudo quando ele trata da problemática da “escravidão”. Parte principalmente de um olhar de quem possui o “feeling”<sup>2</sup> da temática negra espalhada no país brasileiro. O autor vai pelo caminho das “pedras” e, aos poucos, vai adentrando nos corredores do debate sobre a escravidão, ideologicamente centrado no que realmente quer falar.

Escravidão como ponto partida, isso está posto no primeiro eixo apresentado pelo autor. Logo em seguida, ele já aponta para Sérgio Buarque na crítica de que não percebe a ação das classes sociais, contribuindo para a criação do “brasileiro genérico”.

2 O conceito e definição da palavra “feeling”: Capacidade de sentir uma situação, percepção, sensibilidade, sentimento. Significa sentimento, intuitivo, pressentimento, presságio suspeita. <https://www.google.com.br/search>. Acesso em: 22 jun. 2018

Nesse pontuamos sobre o que atinge nossa visão sobre a representatividade deste alerta social e racial. Se o autor fala da escravidão, qual a representatividade dessa classe social a que se refere? Essa escravidão é ocasionada por quem? Foi ação de brancos eurodescendentes sobre africanos. Os descendentes desses africanos escravizados continuam hoje sofrendo os efeitos de todo aquele período de escravidão de seus antepassados. No Brasil houve todo um processo de políticas de branqueamento. De afirmação da branquidade.

Parece-nos que tal aspecto não está suficientemente ressaltado pelo autor Jessé Souza. É uma temática, de certa forma, contornada ou não suficientemente focada, tanto por Jessé Souza como pelos teóricos que ele critica. Buscamos, em Buarque de Holanda (1995)<sup>3</sup>, e não encontramos em suas posições ideológicas algo que pudesse ampliar nossa compreensão definidora da representatividade da temática dos brancos de forma mais visibilizada. Neste sentido, Jessé Souza também parece tangenciar o tema de forma implícita na sua obra em estudo. Jessé Souza critica, em Buarque de Holanda, o “brasileiro genérico”, mas não se dá conta que ele mesmo, de certa forma, também deixa margem a que se pense em uma espécie “brasileiro pobre genérico”, quando diz que o ódio das elites com relação aos pobres hoje é o mesmo ódio que havia contra os negros no período da escravidão. Mesmo que, em diversas oportunidades de seu texto, ele busque esclarecer que os negros se encontram amplamente representados no meio dos pobres, não é suficien-

3 Holanda, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

temente incisivo em mostrar a pesada carga histórica que pesa especificamente sobre os negros. Quando se fala nesta transposição da estrutura da escravidão na consciência social brasileira, como o autor pensa as nuances entre branquitude e branquidade, ou, ainda, a branquitude normativa, assim como pensada por Maria Aparecida Bento, como referíamos acima?

A partir das ideias de Jessé Souza, despertamos sempre mais para ampliarmos nosso horizonte na perspectiva desse "feeling" voltado para indagações sobre a forma intelectual e obscura dos autores aqui em debate. Do nosso ponto de vista, temos a ideia de que os autores mais renomados nas academias não se deram conta de voltar seus olhares e percepções para a problemática da brancura. Tal problemática sempre esteve presente nas diversas rodas das classes sociais, já desde o contexto da escravidão ligada a todo processo da "eugenia". Por outro lado, abrilhantava essas classes sociais com um teor sempre sorrateiro da problemática da brancura.

## **2. A luta de classes**

No segundo momento, o autor em estudo, ou seja, Jessé Souza, fala da importância da percepção da classe privilegiada. De acordo com o autor é preciso evitar compreender as classes de modo superficial, economicista, afirmando como faz o liberalismo e o marxismo (SOUZA, 2017, p. 9). A escravidão, como foi celeiro da exploração econômica sobre os corpos africanizados, foi também para os europeus um império de capital humano sobre este sujeito negro. Este celeiro de capital humano sobre os negros africanizados tornou ainda mais forte o tesouro de mercadoria, sendo

que ainda hoje vivem sob o prisma da subordinação e dominação da branquidade eurocêntrica.

O autor faz uma busca teórica no sentido de subscrever a história da escravidão e de forma sutil vai deixando de lado a temática da branquidade sem se deixar observar ou ser observado pela sua própria etnia racial. Esse foi um marco que talvez não se perceba em um primeiro momento. Ao perceber as classes sociais como construção sociocultural, o enfrentamento dos debates coloca o autor diante de um paradoxo da escravidão dos escravizados e o tipo de classe que o escraviza. Um paradoxo porque não debate a representatividade da classe social apresentada e a que sujeito se refere entre os próprios brancos. Esses sujeitos são da branquidade normativa? Da branquitude? Ou da branquidade?

O autor é pródigo na descrição das “nossas classes dominadas” e destaca nelas o fator raça, com muita vivacidade e lucidez. Assim temos este rico texto, em sua obra:

Embora a dominação agora seja de classe e não de raça, a raça e o ódio e covarde preconceito racial continuam contando de um modo muito importante. A nossa ‘ralé’ atual de todas as cores de pele é o inadaptado à competição social que herdou todo o ódio e desprezo que se devotava ao negro antes (SOUZA, 2017, p. 99).

Mas onde está a fonte do “covarde preconceito racial”? Como está constituído este grupo de endinheirados? A elite é também de “todas as cores”? O fato de serem brancos está suficientemente refletido? Como eles se veem como brancos? Como está a sua consciência com relação à tremenda dívida histórica com relação

aos descendentes dos negros escravizados? São questões que a nosso modo de ver, deveriam ser mais aprofundadas.

Após ampliar a leitura da obra de Jessé Souza e perceber as repercussões de suas falas, fomos também operacionalizando as diversas fases de reflexões e entendimentos voltados para as apresentações e desafios postos diante da repercussão da obra nas redes sociais e sobretudo na mídia. Deste ponto de vista, pode-se dizer que o autor alcançou seu sucesso nas repercussões da mídia no que tange às críticas a classe elitizada do Brasil. De outro lado, a sondagem teórica que enfatizamos aqui neste texto é a visibilidade a contento da temática da referencialidade da tipagem da classe tão debatida pelo autor.

De alguma forma, assevera o autor que “o quadro geral da sociedade de classes que se cria depois escravidão...” (SOUZA, 2017, p. 75). No entanto, não se manifesta sobre o tipo de classe que atuava sobre a escravidão, o que seria de uma autocrítica teórica em torno da euro-referencialidade e não simplesmente o teor empírico da realidade. Entende-se, deste ponto de vista, que desde a escravidão a classe branca escravocrata parece ter sido sempre protegida pelos pensadores e teóricos. Desde aquela época até os dias de hoje. Está visto que o que imperava ao longo da escravidão em termos da visão de conforto e protecionismo da brancura e do recorte eurocêntrico, continua imperando em diversos sentidos ainda hoje.

### **3. Crítica ao racismo cultural**

Jessé Souza critica fortemente o “racismo culturalista” implícito em autores por ele analisa-

do e coloca em relevo a sua guia de orientação com a tese do “racismo de classe”, que, segundo ele, impera no Brasil. Esta chave de leitura do autor é muito poderosa e consistente. Concordamos plenamente, mas lamentamos a ausência de uma explicitação maior do fator racial enquanto tal. Corre-se o risco de ler o “racismo” de Jessé Souza como um “racismo genérico” ou como uma espécie de mera analogia ao racismo do tempo da escravidão. Quando ele diz que o mesmo ódio que se tinha contra o negro escravizado é repetido contra o pobre de hoje, o risco de tornar mais uma vez os negros reduzidos à invisibilidade é enorme. O mesmo se pode dizer com relação às “elites dominantes” que odeiam o pobre. Quem são essas elites? Quem as compõe em sua maioria? Trata-se de uma branquidade longamente cultivada e autolegitimada em seus privilégios. Este cultivo da branquidade e sua legitimação foi, em grande parte, contribuição de intelectuais equivocados ou acovardados que, serviçais às políticas de branqueamento ou defendendo falsas teses de “miscigenação bem-sucedida” e de “democracia racial”, acabaram por contribuir para sufocar ainda mais as condições de participação dos negros na sociedade.

Aliás, chama muito a atenção que Jessé Souza, em nenhum momento, coloca a si próprio, as suas raízes étnico-raciais dentro do seu debate. Trata-se de uma opção pessoal, evidentemente e deve ser respeitada. Nós, no entanto, defendemos a ideia que um debate teórico tem muito a ganhar quando os próprios debatedores explicitam melhor a sua trajetória pessoal e militante. Assim, quando nos textos de Jessé Souza aparece a questão das relações étnico-raciais, em muito se pode-

ria ter avançado se o próprio autor se posicionasse como branco eurodescendente ou como negro afrodescendente ou o partilhamento dos dois...

Talvez o “pecado original” que o autor refere (SOUZA, 2017, p. 51) ao falar de Gilberto Freyre e da formação social brasileira, mencionando as obras “Casa Grande e Senzala” e “Sobrados e Mocambos” pudesse ser ampliado para algo que, de certa forma, perpassa todos os acadêmicos brasileiros onde, com raríssimas exceções, se repetem e propagam de mil formas os preconceitos do racismo culturalista e que estão embebidos até a raiz por um sistema visivelmente embranquecido.

A riqueza da obra de Jessé Souza é muito grande. Os três eixos direcionadores do desenrolar de sua reflexão são bem abrangentes e nos dão uma ideia de análise totalizadora da realidade brasileira. O que, no entanto, nos intrigou um pouco foi o fato de não termos tido respostas suficientes às questões que vínhamos formulando sobre o branco na sociedade. A história da sociedade brasileira foi marcada profundamente em sua identidade por todo um conjunto de políticas de branqueamento que foram se sucedendo até nossos dias. O Brasil acabou se concebendo como uma sociedade branca. Ou, então, mestiça, com uma radical referencialidade branca europeia. Como se explica isso, quando estatisticamente a maioria dos brasileiros tem em suas veias correndo o sangue africano? O que fez com que a branquidade tomasse conta da alma brasileira? Por que a intelectualidade brasileira não se insurge contra isto? Até parece que a própria academia tem pacto firmado com as elites brancas. Jessé Souza nos conduz muito bem para esse horizonte de interrogações, mas acaba ficando a meio caminho

neste ponto. Nós até nos arriscaríamos a dizer que estaria faltando um quarto eixo de atenção, além dos três que são os direcionadores de sua obra. Este quarto eixo poderia ser algo como: o branco brasileiro, quem é e como se comporta?

# 12

## **JESSÉ SOUZA E AS INTERPRETAÇÕES DO GOLPE DE 2016**

*Thiago Vieira Pires<sup>1</sup>*

---

<sup>1</sup> Doutorando em Ciências Sociais, bolsista PROSUC/CAPES. Mestre em Ciências Sociais e graduado em Ciências Sociais (Licenciatura).

No conjunto de suas obras recentes – *A tolice da inteligência brasileira: ou como o país se deixa manipular pela elite* (2015), *A radiografia do golpe: entenda como e por que você foi enganado* (2016) e *A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato* (2017) – Jessé Souza tem se dedicado à reflexão crítica sobre – entre outras questões – os processos sociais que resultaram no golpe jurídico-parlamentar-midiático que levou à deposição – via processo de impeachment – da Presidenta Dilma Rousseff, no ano de 2016.

Nas conclusões da obra *A elite do atraso*, Jessé Souza (2015, p. 221) aponta para dois temas que se sobressaem em sua tese central sobre as relações entre o economicismo e culturalismo conservador, a saber: a “nova classe média” e as “jornadas de junho” de 2013. Interessa-nos, especificamente, o ponto que envolve as “jornadas de junho” de 2013 por se tratar de um eixo fundamental da interpretação crítica do autor sobre os processos sociais que levaram ao golpe de 2016.

O autor parte da constatação que a soma entre o economicismo e o culturalismo conservador resulta em uma percepção equivocada das reais condições da luta de classes e da política entre a sociedade, onde as manifestações de junho de 2013 figurariam como um exemplo da “opacidade da percepção das relações entre as classes no Brasil no mundo da política” (SOUZA, 2015, p. 239). Para Jessé Souza (2015, p. 239), a “grande fraude” das “jornadas de junho” se manifesta no equívoco (premeditado) de que o “vilão” seria o Estado, enquanto a “sociedade” – engajada e politizada – figuraria como “mocinho”. Essa seria a narrativa que se construiu midiaticamente, fortalecendo o ideário do “pacto conservador brasileiro contemporâneo”.

Para esclarecer este ponto central, temos que analisar o que quase nunca chama a atenção de ninguém entre nós: a “sociedade” brasileira e seus conflitos de classe essenciais. É certo que, no início das manifestações em São Paulo e outras capitais do Brasil, o tema da mobilidade urbana associado às demandas de melhor educação e saúde, sob a pressão de estudantes tanto da classe média quanto da periferia das capitais, dominou a pauta de reivindicações. É certo também que as manifestações se irradiaram, de modo tópico e passageiro, para favelas e para a periferia não estudantil. Nos primeiros dias, uma aliança entre estudantes e “batalhadores” da classe trabalhadora precária [...] foi a grande responsável por uma pauta de reivindicações em consonância com os interesses das classes populares. No entanto, o dia 19 de junho – fato comprovado pelas pesquisas do IBOPE feitas com os manifestantes em dimensão nacional – foi um ponto de inflexão fundamental que ajuda a esclarecer a força narrativa e institucional do pacto conservador brasileiro contemporâneo. Foi a partir deste dia que as manifestações se tornaram massificadas e ganharam todo o apoio da mídia nacional, assumindo a “classe média verdadeira” – os 20% mais escolarizados e de maior renda segundo a pesquisa – de modo claro e incontestado o protagonismo do movimento. (SOUZA, 2015, p. 239-240)

A partir da citação acima estabelecemos o nó argumentativo que nos serve de base para este capítulo de “diálogo com Jessé Souza”. Optamos por iniciar com essa abordagem, presente na conclusão da primeira das três obras tomadas

como referência, por entender que esse é o núcleo argumentativo de onde se estruturam as críticas de Jessé Souza dirigidas ao processo golpista que, segundo ele, se inicia em 2013. No entanto, a nossa contribuição para esse diálogo parte justamente da problematização da premissa apontada acima. O nosso objetivo, portanto, é apontar críticas e desenvolver argumentos contrapondo essa tese sobre o papel das manifestações de 2013 para o processo golpista.

Quando o autor afirma, a partir de dados coletados pelo IBOPE – resultantes de uma pesquisa de metodologia no mínimo questionável desde o ponto de vista das Ciências Sociais e encomendada pela própria Rede Globo para o seu programa semanal de maior audiência –, que as manifestações se tornaram, a partir de então, massificadas com o apoio da mídia e compostas – “de modo claro e incontestante” – pela “classe média verdadeira”, ignora ou não menciona notáveis diferenças entre os públicos manifestantes de 2013 e os que passaram a ocupar as ruas a partir de 2015, vestidos de verde e amarelo. O equívoco central, desde a nossa percepção, é apontar de maneira determinista a “hegemonia da classe média”, pertencente ao extrato dos “20% mais escolarizados e de maior renda”, nas manifestações de 2013, tendo como base dados empíricos/estatísticos resultantes de pesquisas realizadas em apenas duas cidades brasileiras – São Paulo e Rio de Janeiro –, como se ambas representassem a “síntese” do que foi 2013.

Além disso, Jessé Souza incorpora em sua leitura um casuísmo que parece renegar os antecedentes sócio-históricos desse evento. Apenas para citar um exemplo, podemos lembrar dos

diversos ataques promovidos pelo governo/Estado – que tinha o Partido dos Trabalhadores como “gestor” – contra populações pobres e periféricas, dos grandes centros urbanos, do campo e da floresta, através das obras do PAC – na construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, violando Direitos Humanos de milhares de coletividades indígenas e ribeirinhas, nas obras para Copa do Mundo de Futebol que desalojaram milhares de famílias, na aprovação do “novo” Código Florestal para atender a “bancada ruralista”, etc.<sup>2</sup> Isso significa dizer que o autor incorpora na gênese de sua análise a noção questionável de que as jornadas de 2013 – na melhor das hipóteses – seriam “um raio em dia claro” ou o resultado de “expontaneísmos expontaneísmos” sem conexão com a luta de classes que se passa ao largo da institucionalidade e dos grandes centros decisórios.<sup>3</sup>

Como vários autores têm apontado (CAVA, 2013; MARICATO et al., 2013; CAVA e PEREIRA, 2016; SOLANO e ORTELLADO, 2015; BRINGEL, 2016; BUCCI, 2016; GOHN, 2017), as manifestações de 2013 se constituem em um evento singular na história e na cultura política brasileira. Um processo que,

---

2 Para ampliar o exemplo que citamos, ver o artigo de Eliane Brum, publicado em 28 de fevereiro de 2018 no portal *El País* sob o título “Esquerda, direita e o embargo da memória: Como no Brasil atual o original e o realmente novo são silenciados para que os discursos viciados possam ser mantidos para a ocupação do poder”. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2018/02/26/opinion/1519658924\\_002382.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/02/26/opinion/1519658924_002382.html)>. Acesso em: 20 mar. 2018.

3 Para ampliar essa noção sugerimos a leitura da entrevista com Rodrigo Nunes, publicada em 20 de junho de 2018 no *Portal IHU* sob o título ‘Junho de 2013 aconteceu, mas não teve lugar’. Entrevista especial com Rodrigo Nunes. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/580060-junho-de-2013-aconteceu-mas-nao-teve-lugar-entrevista-especial-com-rodriigo-nunes>>. Acesso em: 23 jun. 2018.

frente a sua dimensão e importância, ainda foi pouco estudado e continua – em grande medida – incompreendido. Seus significantes, significados e consequências seguem em disputa, sobretudo nas Ciências Sociais. Partimos do pressuposto que as manifestações de 2013 têm em sua gênese – ao contrário das de 2015 – um acúmulo organizativo de setores da sociedade que estão posicionados “abaixo e a esquerda” no espectro político. Movimento que remete ao Fórum Social Mundial de 2005, quando surge o Movimento Passe Livre (MPL) e, com ele, discussões sobre democracia direta, horizontalidade organizacional, direito à cidade, etc. (MARICATO, et. al., 2013).

De nossa parte, nesse diálogo, entendemos que foi a partir do resultando desse acúmulo de anos que em 2013 emergiu um processo de aprofundamento democrático – ou de democracia direta – que ganhou expressão nacional no que ficou conhecido como “jornadas de junho” de 2013. É importante ter presente, sob pena de, ao não fazê-lo, respaldar e reproduzir o centralismo acadêmico e político do “centro do país” – talvez uma das grandes críticas de fundo do argumento de Jessé Souza em suas obras recentes –, simbolizado pela importância atribuída às experiências de São Paulo e Rio de Janeiro, que as manifestações de 2013 tiveram origem na cidade de Porto Alegre. Foi ainda nos meses de janeiro e fevereiro de 2013 que as Assembleias Horizontais e Autônomas<sup>4</sup> realizadas pelo Bloco de Lutas pelo Transporte Público de Porto

4 Um material que ajuda a entender essa dinâmica é o documentário “Morar na casa do povo” de Josep Juan sobre a ocupação da Câmara de Vereadores de Porto Alegre em julho de 2013. Disponível em: <<https://vimeo.com/225479423>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

Alegre<sup>5</sup> serviram de referência organizacional para coletivos e grupos de todo o país.<sup>6</sup>

Por mais que seja crível que a mídia tenha atuado de forma coordenada e que, em alguma medida, setores de classe média se somaram às manifestações, isso não significa dizer que a mídia se apropriou das pautas e, muito menos, que a classe média era hegemônica nos protestos. Basta re-lembrar que a pauta da corrupção construída midiaticamente se originou de uma divisão, criada pela própria mídia, que contrapunha “bons” e “maus” manifestantes, ou “pacíficos” e “vândalos”.<sup>7</sup> Da mesma forma e na

5 Para mais detalhes ver: <<https://pt-br.facebook.com/Bloco-deLuta-peloTransportePublico/>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

6 Como exemplo pode-se consultar matéria publicada no portal *Sul21* em dezembro de 2013, em que uma “retrospectiva” das manifestações de 2013 em Porto Alegre demonstra, mesmo que de forma um tanto geral e episódica, certa diferença de construção, organização e desenvolvimento em relação às narrativas vindas das experiências de São Paulo e Rio de Janeiro. Como já afirmado, muitas vezes os exemplos desses dois estados são tomadas como referência hegemônica das análises – tal como nos parece ser o caso de Jessé Souza –, desconsiderando outras experiências contrastantes, como é o caso de Porto Alegre. Para acessar a matéria: <<https://www.sul21.com.br/cidades/2013/12/retrospectiva-2013-o-ano-que-nao-terminou/>>. Acesso em 12 maio 2018. Para ilustrar o que as “jornadas de junho de 2013” ainda suscitam, recomendamos a leitura da análise de junho de 2013, realizada cinco anos depois, pelo mesmo portal *Sul21*. Disponível em: <<http://junho2013.sul21.com.br/junho-de-2013-ascensao-e-queda-do-bloco-de-luta/?ModPagespeed=off>>. Acesso em: 26 jun. 2018.

7 Uma interpretação baseada em relatos de diferentes estados demonstra que o movimento de “endireitamento” – no sentido de levar à direita a pauta de reivindicações – se deu de forma mais ou menos coordenada pela mídia de massas. As interpretações sobre o impacto midiático no rumo das manifestações de 2013 seguem até o presente em forma de disputa interpretativa e narrativa. Para mais detalhes ver: <<http://passapalavra.info/2013/06/79726>>. Acesso em: 13 maio 2018; <[https://brasil.elpais.com/brasil/2015/01/15/opinion/1421362752\\_961392.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2015/01/15/opinion/1421362752_961392.html)>. Acesso em: 13 maio 2018.

mesma linha, não há como desconsiderar todo aspecto repressivo que se abateu sobre manifestações e manifestantes, diga-se completamente distinto do tratamento oferecido pela polícia aos manifestantes “verde e amarelo” de 2015. Esses, “democráticos”, enalteciam o combate à corrupção com camisetas da CBF e, aos gritos de “Intervenção Militar, Já!”, se colocavam contra os “Direitos Humanos dos criminosos”.

É justamente pela importância do conjunto da contribuição de Jessé Souza para a Ciência Social brasileira que se faz fundamental problematizar a base argumentativa do autor sobre as manifestações de 2013 estarem na origem do movimento golpista que levou ao impeachment da Presidenta Dilma Rousseff e aprofundou a crise social e política que se instaurou no país a partir das eleições de 2014. Ao desenvolver com fluência invejável os conceitos de Pierre Bourdieu – como os de “Capital”, nos aspectos “econômico, social e cultural”, por exemplo –, Souza parece não perceber as nuances que as ruas de 2013 carregavam em si. Nuances essas que apontam justamente para uma possível percepção por parte de setores das manifestações – compostas por trabalhadores e classes oprimidas de maneira geral – sobre a incapacidade do sistema capitalista em cumprir as “promessas” que o argumento da meritocracia carrega em si (retroalimentando de diferentes formas à exploração e opressão). Nesse mesmo sentido, pode-se pensar o impacto que a percepção da incapacidade de haver democracia em um sistema baseado na manutenção de “privilégios injustos” – expressão utilizada pelo próprio autor – causa em uma massa de “batalhadores”.

Um fator que corrobora com esse argumento é a própria depredação de “símbolos do capitalismo” durante as manifestações de 2013 e a consequente repressão por parte das forças policiais encarregadas de manter a “ordem”. É fato incontestável que a grande diferença entre as manifestações de 2013 e as de 2015 e 2016 – que levaram ao impeachment da Presidenta Dilma Rousseff – foi justamente a existência de episódios de “violência” (contra manifestantes e contra símbolos do capitalismo) nas primeiras, e a ausência nas que se seguiram em 2015 e 2016 (inclusive, muitas delas ganhavam apoio das forças de segurança policial como diferentes fotografias das manifestações daqueles anos demonstram). Entendemos, utilizando os próprios argumentos que Jessé Souza nos oferece (SOUZA, 2009), que as manifestações de 2013 foram muito mais substanciadas pela revolta de setores dos “batalhadores e da ralé” do que pela “classe média” nos termos desenvolvidos pelo autor.

Em síntese, estamos afirmando que o desenvolvimento do argumento sobre os atores do golpe feito por Jessé Souza está consequente com os fatos ocorridos após as eleições de 2014, e o “alvo” da crítica – a classe média – está correto. Contudo, os atores reais e hegemônicos das manifestações de 2013 – os batalhadores –, bem como as suas pautas mais concretas (SOLANO; ORTELLADO, 2015) – demandas por serviços públicos eficientes e consolidação de direitos historicamente negados ou parcialmente atendidos –, não são devidamente considerados por Souza. Inclusive, em alguns momentos sendo equivocadamente analisados pelo autor e “colocados no mesmo bloco” das demandas da “classe média de ver-

dade".<sup>8</sup> Assim como fez a mídia de forma intencional, colocando as pautas de acesso à direitos no mesmo bojo da luta contra a corrupção – buscando criar uma falsa harmonia através do entrecruzamento de pautas –, Souza reproduz de forma equivocada e, aparentemente, não intencional.

A classe média que foi em massa às ruas a partir do dia 19 de junho e que foi a responsável pela mudança de pauta das demandas por melhor transporte, escolas e saúde, típicas das classes populares, em favor das suas demandas centralizadas nas denúncias de corrupção – sempre estatal e personalizada –, na verdade agiu tanto como “tropa de choque” dos interesses dos endinheirados quanto em interesses próprios. O tema da corrupção, lá longe em Brasília, ajuda a reproduzir também seus próprios privilégios de classe. [...] A ressaca da frustrante “primavera brasileira” foram as últimas eleições presidenciais de 2014 vencidas por pouco pelo partido do governo. Nelas, mais uma vez os setores conservadores das classes médias, os mesmos que saíram às ruas em 2013, exerceram papel de protagonista. Lograram inclusive contaminar parte importante das classes trabalhadoras ascendentes com

8 Segundo Souza (2015, p. 249): “Essa classe média é a sócia menor do modelo de sociedade para 20% da população e ocupa os cargos de prestígio do mercado superfaturado e monopolizado. Essas frações são a “tropa de choque” do 1% de endinheirados não só porque a defendem na prática nos tribunais, nas salas de aula, nos jornais e em todas as dimensões do cotidiano em que a defesa dos privilégios dessa pequena minoria e de seu sócio menor está em jogo. Ela também é quem sai à rua, como vimos anteriormente, como nas manifestações de junho de 2013 – sequestrando as demandas populares do início das manifestações em nome da eterna corrupção só da política – para defender os interesses da classe de endinheirados que as explora.”

seu discurso, incensadas pela mídia do “Petrolão”. Juntando os dois momentos, as Jornadas de Junho de 2013 e a eleições presidenciais de 2014, notamos uma guinada conservadora clara na política brasileira (SOUZA, 2015, p. 244-245).

Infelizmente, Jessé Souza acaba corroborando com a noção de que há uma ponte entre 2013 e as manifestações de 2015 e 2016 que se seguiram da vitória de Dilma Rousseff nas eleições de 2014. Segundo o autor (2016, p. 87), “existe uma linha clara de continuidade entre as glorificadas e midiaticamente manipuladas manifestações de junho de 2013, as assim chamadas ‘jornadas de junho’, e o golpe de abril de 2016”. Esse argumento também está presente em diferentes segmentos da academia (ALONSO, 2017), da esquerda eleitoral (HADDAD, 2017) e da “ex-esquerda” governista (GENRO, 2013 e 2014). Tal argumento está associado, de alguma forma, a narrativa do Partido dos Trabalhadores que ainda não foi capaz de fazer a autocrítica de seus inúmeros equívocos enquanto governo e “gestor” do Estado brasileiro durante 13 anos.

A linha argumentativa na qual prevalece a ideia de que “as raízes do golpe de 2016 nasceram de sementes plantadas em junho de 2013”<sup>9</sup> estabelece vínculos improváveis (para não dizer impossíveis) entre o quadro de ascenso conservador que toma a cena nacional a partir de 2015 com

9 Argumento utilizado por Jessé Souza em entrevista ao programa “Na sala de visitas com Luis Nassiff”, e publicado em reportagem de Lilian Milena no portal “Jornal GGN” de 06 de setembro de 2016. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/559796-para-jesse-souza-golpe-nasceu-em-junho-de-2013>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

as manifestações de 2013, quase que imiscuindo o conservadorismo da classe média que vai à rua “contra a corrupção e pela saída de Dilma e do PT”, com a luta pela ampliação de direitos que se viu de forma latente em 2013. O próprio Jessé Souza (2016) parece em alguma medida reconhecer as diferenças mais salutares entre os ciclos de manifestação, mas tende a caminhar em direção a conexão linear e encadeada dos movimentos (2013-2015-2016), mesmo argumentando em favor da interpretação que joga luz sobre as intencionalidades da grande mídia de massas, o aludido pelo autor como “Partido político da elite do dinheiro” (SOUZA, 2016).

Os jovens da periferia estavam tendo acesso às universidades, mas os empregos disponíveis eram precários e de baixa produtividade. Ao menos em parte, a insatisfação podia já anteciper um fenômeno acontecido na Europa do pós-guerra que universalizara o acesso à escola e à universidade, incluindo também as classes populares. É um fenômeno que Pierre Bourdieu chamava de “inflação do diploma”, para mostrar que o diploma, do mesmo modo que a moeda, quando produzido em quantidade excessiva e posto em circulação, já não vale o que valia antes para outras gerações (SOUZA, 2016, p. 88).

De alguma forma, parece-nos que o objetivo de fundo expresso na narrativa de Souza (2016) é legitimar a “ignorância e o desconhecimento” dos atores sociais e políticos de 2013 sobre o que “de fato” estava em jogo nas manifestações. Não há em sua narrativa espaço para a crítica devida ao governo petista que ajudou a criminalizar e ar-

refecer o que de melhor havia nas manifestações de 2013. A responsabilidade do Partido dos Trabalhadores na repressão é inegável e não pode ser esquecida por nenhuma análise que se pretenda criticamente séria como, por exemplo, na aprovação de legislação “antiterrorista” e de “organizações criminosas” que, antes de tudo, tinham por objetivo enquadrar os movimentos sociais mais radicalizados e não alinhados com o governo de turno e seu Partido. Poderíamos elencar ainda todas as violências reais e simbólicas que antecedem 2013 que estão presentes nas já referidas remoções forçadas de populações tradicionais para construção de obras de infraestrutura no marco do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) ou para realização de “obras da copa”. Eventos que excluem e marginalizam (no sentido de levar ainda mais à margem) setores sociais já extremamente precarizados – a “ralé” adjetivada por Souza (2009) – que estiveram presentes e atuantes nas manifestações de 2013.

Todas essas variáveis citadas acima passam ao largo do núcleo duro da argumentação do autor que, aparentemente movido por razões e convicções políticas, opta por focar suas análises nos acertos dos governos petistas mais do que nos equívocos. Com razão, Souza (2016) aponta o papel desempenhado pela mídia de massas na alteração do percurso das manifestações, mas segue aliando e convergindo os interesses presentes em 2013 com os de 2015-2016. Progressivamente, o autor vai realizando um giro interpretativo que, pela própria cronologia dos fatos, desloca um tipo de manifestação das outras. Mesmo assim, o eixo argumentativo de Souza (2016) mantém inalterada a percepção que tem se tornado corrente

– especialmente em setores aliados ou alinhados com o Partido dos Trabalhadores – de que 2013 foi a “porta para o fascismo”.

A verdadeira novidade das “jornadas de junho” foi a reconstrução, repaginada e turbinada – uma espécie de versão 2.0 – de um ator político velho e bem conhecido da história brasileira: a fração da classe média moralista e conservadora, que sempre desprezou e odiou os pobres, representantes da maioria da população brasileira. É essa fração que torna as manifestações verdadeiros “fenômenos de massa” a partir do dia 10 de junho, quando a mídia já se preocupa em separá-la cuidadosamente da minoria de “vândalos”. É também quando as manifestações passam a ser percebidas pelo *Jornal Nacional* como uma “grande festa democrática”. Nesse sentido, constrói-se para esse suposto “ente novo” na nossa política uma nova estética e uma nova moral. A nova estética foi extremamente importante. A camisa da seleção brasileira e a bandeira nacional se tornaram os símbolos que ninguém mais conseguiu retirar ou sequer disputar com essa fração de classe. [...] O *Jornal Nacional* sugeria em suas coberturas que os “amarelinhos”, quando iam às ruas, reagiam espontaneamente, enquanto os “vermelhos” eram militantes profissionais sectários (SOUZA, 2016, p. 101).

Ao julgar (e jogar) as manifestações de 2013 como (e no) “legado da direita”, Jessé Souza acaba por alimentar um dos segmentos sociais – a direita – que ainda fazem a disputa concreta e simbólica dos significados e significantes de 2013. Assim como tem feito de forma recorrente setores expres-

sivos do ex-governo (Dilma Rousseff) e de seu partido (PT), Jessé Souza confere à direita política um saldo em relação as manifestações de 2013 que não lhes pertence. Direta ou indiretamente o autor acaba contribuindo para o isolamento de setores não alinhados com o governismo ou com as saídas eleitorais, mas que nem por isso são conservadores ou “linhas auxiliares” da classe média. Talvez por equívoco analítico, tais narrativas vão forjando leituras preconceituosas em relação a determinados setores populares e de esquerda, que ao não se alinharem com a plataforma do PT acabam sendo estigmatizados como “aliados do golpismo”.

Esses episódios vão, de equívoco em equívoco, afastando cada vez mais as camadas populares que estabeleceram dura e justa crítica ao petismo e ao ex-governo Lula-Dilma, da necessária luta política contra o aprofundamento do golpe de 2016. Esse tipo de narrativa que “mistifica” e “martiriza” líderes políticos de forma acrítica frente aos seus equívocos serve apenas para afastar os setores que, diferente do que afirma Souza, não são parte da “classe média”, mas sim, “batalhadores”. São setores que atingiram criticidade e engajamento no calor das lutas populares que tomaram o país em 2013.

É um equívoco exigir alinhamento programático a esses sujeitos de 2013 apelando para argumentos vazios como a “ingratidão” do povo “frente a tudo que o PT e o governo fez por eles”.<sup>10</sup> Como afirma em diferentes momentos o próprio

10 Aqui estamos nos referindo a fala do ex-Ministro-chefe da Secretaria Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, durante o Fórum Social Temático realizado em Porto Alegre no ano de 2014. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,governo-viu-ingratidao-em-protestos-diz-ministro-imp-,1122684>>. Acesso em: 15 mar. 2018.

Jessé Souza, as Ciências Sociais críticas devem estar a serviço do povo, e não da manutenção de qualquer forma de “colonialismo” ou “populismo” conservador. As manifestações de 2013 romperam com o pacto de classes dos governos petistas e colocaram em evidência as contradições desse processo. Fazer memória e disputar os rumos (simbólicos e objetivos) dos legados de 2013 é manter viva a chama de mudança (urgente e necessária) que ainda arde, e que os ventos de junho fizeram labareda.

## **COMENTÁRIOS NÃO CONCLUSIVOS**

*Grupo autoral*

Encerramos esta publicação com um breve comentário pessoal de quem escreveu os textos. Trata-se de “comentários não conclusivos”. Eles não são colocados em ordem de argumento. Seguem a ordem alfabética do primeiro nome de cada autor/a.

### **Adevanir Aparecida Pinheiro:**

O autor Jessé Souza chamou minha atenção quando refere que a chave para entender o Brasil está na maneira como a sociedade brasileira viveu e se estruturou ao longo do período de escravidão. Hoje vivemos em um período em nossa sociedade em que as elites dominantes neoliberais voltam com toda força em forma de “rolo compressor”, banindo as oportunidades sociais e educacionais criadas e as conquistas sociais e raciais que estavam tentando romper os rastros da escravidão, deixados pela colonização e pelo poder do colonizador branco europeu. Para o autor, só temos efetivas condições de entender o que vem sucedendo atualmente no Brasil, se formos capazes de avaliar a pesada herança, que recai sobre nós, dos quatrocentos anos de escravidão e da estrutura social e do jeito de ser das distintas classes brasileiras decorrentes daquele período. O racismo de classes está tremendamente evidenciado na sociedade atual. Só lamento que Jessé Souza não tenha ainda tomado tempo suficiente para aprofundar e dar maior visibilidade ao campo da temática racial propriamente dita e, sobretudo, a afirmação da branquidade brasileira no momento atual. O branco precisa tomar efetiva consciência de sua herança branca. O branco precisa ser convertido para uma branqui-

tude efetiva. (Entendo, por branquidade, a negação, o menosprezo e a inferiorização do outro e, por branquitude, a afirmação e reconhecimento cidadão do outro.) Sem que isso aconteça, sem que isso seja passado a limpo no “meio branco”, o fato de a maior concentração de negros estar nos meios mais desclassificados da sociedade, ou seja, da “ralé brasileira”, a classe dos “escravos de hoje”, continua parecendo como algo natural aos olhos dessa “sociedade branca”.

### **Adriano Luiz Hahn:**

Uma questão que considero importantíssima e que Jessé Souza trata em muitas de suas obras é a problemática da corrupção. Sabemos que, recentemente, no Brasil, a imprensa divulgou vários casos de escândalos econômicos envolvendo personagens políticos importantes. Além disso, a “Lava Jato” começou com o mote do combate à corrupção. Entretanto, Jessé Souza chama tudo isso de “corrupção dos tolos”, pois esconde a verdadeira corrupção. Descortinar a realidade da “verdadeira corrupção” é uma contribuição fundamental para a conscientização dos brasileiros/as sobre os verdadeiros problemas nacionais. Jessé Souza faz uma crítica ferrenha à Lava Jato e, nesse sentido, busca demonstrar onde, de fato, está a corrupção mais grave, que em geral é invisibilizada e não aparece na grande imprensa.

### **Ana Paula Krumel:**

Iniciamos este trabalho com uma proposta desafiadora: ler as obras de Jessé Souza e, a partir dos debates nos encontros entre colegas e

professores, elaborar textos argumentativos, críticos e com eixos relacionais entre as diferentes obras, propondo um diálogo com o próprio autor e com os leitores. No percurso dessa jornada, tive muitas aprendizagens, com destaque para a importância de se estabelecer trocas, debates com outras pessoas no percurso da escrita, tornando o exercício de escrever algo colaborativo e não solitário, como na maioria das produções acadêmicas. Realizar a escrita do texto contando com diálogos entre os participantes possibilitou-me aprofundar e entender passagens nas obras que não tinham sido compreendidas na leitura inicial. A partir da leitura das obras de Jessé Souza, pensar o Brasil sem os rótulos sociais impostos ao longo do tempo deu-me subsídios teóricos e argumentativos para uma crítica ao 'mito da brasilidade'. O culturalismo deixa incrustado um preconceito imutável que legitima a dominação. Um momento marcante no processo de diálogo nos encontros foi a crítica proposta pela professora Adevanir Aparecida Pinheiro, que apontou a ausência, na obra *A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato*, de uma explicitação maior quanto ao fator racial, pois falar de racismo sem pontuar com mais ênfase o racismo da escravidão acaba por generalizá-lo e contribuir para a invisibilidade do negro na sociedade. Obrigada ao professor José Ivo Follmann que teve a iniciativa de propor essa aventura e também aos colegas que aceitaram esse desafio.

### **Flávio Antônio Manfrin:**

O aprofundamento na sociologia de Jessé Souza conduziu-me a uma condição de ver a sociedade brasileira de uma forma diferente, mais

crítica e realista. Permitiu que eu percebesse os movimentos da elite rumo a um processo de dominação, ancorado na desinformação do povo, promovida por uma mídia que manipula a mente e os gostos das pessoas. Em um Estado colonizado pela elite política que se utiliza dos poderes da República para manter seu *status quo* em um processo de perpetuação das ideologias imperialistas, em que por gerações se deixa como herança, um posto político obscurecido pela corrupção, mas que passa de pai para filho, homologado legalizado pelo processo eleitoral. Portanto, o autor nos permite ver que a construção da sociedade brasileira precisa passar pela desconstrução da ideia que a estrutura da sociedade se embasa na elite.

### **Idiane Mânica Radielli:**

O estudo referente à obra de Jessé Souza contribuiu com a compreensão sobre aspectos fundamentais da estruturação da sociedade brasileira, com base em elementos de natureza sócio-histórica, com foco especial na relação mercado e Estado. O autor faz críticas contundentes com relação a várias questões e nos chama para a reflexão sobre um conjunto de elementos que afetam a sociedade brasileira. Os problemas da sociedade brasileira têm uma relação histórica diretamente ligada a interesses políticos e econômicos, os quais geram uma sociedade com profundas desigualdades sociais, econômicas e culturais. A contribuição da obra de Jessé Souza, para além da discussão de ordem sociopolítica e econômica, identifica-se como uma obra de autor com opções teóricas e metodológicas claras, buscando desvelar e desnaturalizar um conjunto

de variáveis presentes na sociedade brasileira contemporânea.

### **Isabel Cristina de Vargas:**

Do ponto de vista que me cabe, uma das principais contribuições do sociólogo Jessé Souza é a busca por espaços de reflexão e debate sobre a história do Brasil, para além da literatura considerada clássica. Souza, através de sua obra, procura refutar teorias que já estavam estabelecidas nas ciências sociais brasileiras. Em textos marcantes como *A Ralé Brasileira*, *A Tolice da Inteligência Brasileira* e *A Elite do Atraso: da Escravidão à Lava Jato*, o autor propõe uma reflexão crítica sobre a formação da sociedade brasileira e as possíveis origens das desigualdades que caracterizam o país até hoje. O autor mete o dedo em nossa ferida de origem escravocrata, expondo os mecanismos de dominação utilizados pelas elites e a classe média contra os mais pobres (ralé).

### **Jean Fábio Santana:**

Ser um dos alunos a compor esse grupo de estudos que se propôs a aprofundar e a dialogar com as tão atuais e contundentes reflexões de Jessé Souza, proporcionou-me uma experiência de ver rasgar o véu de minhas dificuldades de compreender, reflexivamente, a crise ética, social e política que há anos vem assolando nosso país. Destaco, de modo especial, duas experiências de desvelamento mais específicas. A primeira aconteceu em um horizonte objetivo das reflexões a partir do momento que comecei a adquirir conhecimentos capazes de me oferecer chaves de leitu-

ra para entender, com um pouco mais de propriedade, as questões sociais, políticas e econômicas que têm dinamizado a vida do nosso país nesses últimos anos. A segunda experiência de desvelamento se deu em uma dimensão mais subjetiva, pois, durante o contato com as afirmações e pensamentos de Jessé Souza eu me via colocado como que diante de um espelho, vendo minha própria história de negro, pobre e desfavorecido, traduzidas naqueles textos. Sentia-me em uma experiência autoetnográfica, passeando pelas memórias de tantas vivências que só hoje consigo perceber o quanto foram marcadas pelo estigma de ser negro em um país racista.

### **José Ivo Follmann:**

Na apresentação deste livro estabeleci uma analogia com a passagem bíblica dos *Discípulos de Emaús*, falando que as palavras de Jessé Souza faziam “arder meu coração” pela percepção e sensação de estar encontrando o discurso para preencher um tremendo vazio criado na própria sociologia do Brasil nos últimos tempos. Jessé Souza, com todas as críticas que recebe, sobretudo do próprio meio de seus colegas sociólogos, vem ocupando um espaço irrevogável dentro do debate sobre o presente e o futuro da sociedade brasileira. Ele está sendo um sociólogo efetivo e de grande alcance orgânico junto aos movimentos populares e às propostas políticas de esquerda. A sua chave de leitura proporciona um instrumental poderoso, inclusive para a revisão de múltiplas buscas e práticas desencadeadas no Brasil, ao longo das últimas décadas, muitas das quais pareciam ter desencadeado processos irreversíveis de

transformação da sociedade, mas que em quase sua totalidade caíram no vazio, passando a melancólica sensação da necessidade de ter que “começar tudo de novo”. Jessé Souza traz uma tremenda contribuição para uma academia acomodada na sua “zona de conforto”. A sociologia desse autor e fazedor de opinião é uma “sociologia do não sossego” ou “sociologia do desassossego”. É algo detestável para uma grande parte de cientistas sociais, que vivem no conforto do enriquecimento de seus currículos.

### **Maira Damasceno:**

O contato com o pensamento de Jessé Souza corresponde a possibilidades teóricas e avanços aos discursos realizados a partir de Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, representantes de narrativas reproduzidas e aceitas, por esquerdas e direitas, de forma automática e muitas vezes dogmática, não deixando espaços para outras chaves de leitura social, contribuindo, assim, para a legitimação de diferenciações e enquadramentos históricos, como bem demonstra o autor em suas obras ao nos chamar a atenção às continuidades. Esse seminário possibilitou ampliar e debater com colegas sobre outros aspectos e percepções da obra de Jessé Souza, o qual, concordando ou não com suas ideias, nos traz questões fundamentais para a reflexão.

### **Ronaldo Teixeira da Silva:**

Até a chegada de Jessé Souza em minhas leituras, observava a sociologia no Brasil a partir da concepção do patrimonialismo. Identificava também a tese do homem cordial de Sérgio Buar-

que de Holanda como uma referência obrigatória e exclusiva para a compreensão do caráter do homem brasileiro. Resumia, assim, a visão sobre a formação do Brasil e entendia que o nosso país se conformara à luz de uma nação avessa à disposição de lutar por seus direitos, como se fosse natural ser cordato mesmo diante dos piores reveses e injustiças históricas. Jessé Souza opõe-se a tudo isso e argumenta que a tese hegemônica na sociologia nacional é elitista, estreita e enganosa. O Brasil, para ele, é antes fruto da cultura escravocrata, desumano e submetido à imposição da elite senhorial desde sempre. A precariedade herdada dos escravos forjou os novos escravos, a “ralé” brasileira, a classe dos destituídos, herdeiros legítimos da falta de “sorte” da raça e de sua contingência. Esse olhar é definitivamente outro, a partir dele se vê e compreende um Brasil nada cordial que ainda busca afirmar o seu sentimento de nação. A partir de Jessé Souza, confesso, não desconsidere simplesmente os estudos que o antecederam, mas percebi claramente que sua teoria sobre o mundo social brasileiro veio para preencher uma lacuna, a do conceito que nos faz refletir sobre um país que necessita percorrer o caminho da emancipação do seu povo, que, excetuando-se a mediocridade da elite, nada tem de cordial. Jessé, na verdade, não esgota a visão sobre o Brasil, mas completa com olhar de “os de baixo” a visão até então parcial dos que só enxergavam “os de cima” como protagonistas.

### **Sinval Martins Farina:**

O que fica deste semestre de estudos, discussões e reflexões acerca da obra de Jessé Souza, em particular nas interlocuções com Charles

Taylor e Axel Honneth, é o fortalecimento de um olhar renovado sobre a sociedade brasileira e sobre mim mesmo. Sonhos, projetos profissionais, lugares sociais, julgamentos e prejulgamentos sobre tudo e sobre todos, incluído eu mesmo, foram tocados a partir das leituras e reflexões feitas. Sentir-me, sentir-se pior ou melhor do que outro, por ter ou não ter estudo, por ter esta ou aquela cor da pele, por ter sido mais ou menos amado pelos que me ou lhe criaram, não é pouca coisa. É apenas o que faz qualquer um de nós guiar-se, mobilizar-se, ou não, para os desafios diários de ser quem se é, no contexto em que se vive. Além disso, a esperança de uma sociedade justa, fraterna, humana, para todos, está renovada. Que a esquerda possa fazer bom proveito!

### **Thiago Vieira Pires:**

O momento histórico que toca a todos e todas nós viver, é bem descrito em palavras como: "inquietação", "incerteza", "retrocessos", "resistência"... Tais palavras - para além da resiliência semântica - expressam sentimentos profundos e difusos que apontam para a necessidade de mudança ou ruptura com o que está posto. O tipo, a direção e a intensidade da "mudança" e da "ruptura" são matérias em conflagrada disputa. Nessas disputas, para além da divisão/polarização - deterministicamente posicionadas de forma dual e dicotomizada - que remetem ao maniqueísmo, há "novidades reais" que representam as mudanças prementes que não encontram espaço de expressão ou são impedidas de se manifestar; há as "velhas novidades" que representam a continuidade, tentando apresentar tudo que não serve mais sob a face moderna e repaginada; e, por fim, há o sé-

quito do retrocesso tentando reciclar aquilo que já foi descartado para o “lixo da humanidade”. Dessa digressão emerge a necessidade e a importância das ideias referendadas e balizadas pelo pensamento crítico. Esse é o maior legado de Jessé Souza e do debate que foi construído em torno de suas proposições, ou seja, a possibilidade de acesar e utilizar instrumentais teórico/analíticos para refletir e intervir na realidade.

## REFERÊNCIAS

- ALONSO, Angela. A política das ruas: protestos em São Paulo de Dilma a Temer. **Novos Estudos CEBRAP**. São Paulo, p. 49-58, jun. 2017. Disponível em: <<http://novosestudos.uol.com.br/wp-content/uploads/2017/06/A-POL%C3%8DTICA-DAS-RUAS-PROTESTOS-EM-S%C3%83O-PAULO-DE-DILMA-A-TEMER-Angela-Alonso.pdf>>. Acesso em: 5 maio 2018.
- BENTO, Maria Aparecida. **Cidadania em preto e branco**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.
- \_\_\_\_\_. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- \_\_\_\_\_. **O poder simbólico**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- BUCCI, Eugênio. **A forma bruta dos protestos: das manifestações de junho de 2013 à queda de Dilma Rousseff em 2016**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- BRINGEL, Breno. 2013-2016: polarização e protestos no Brasil. **openDemocracy**. 18 fev. 2016. Disponível em: <<https://www.opendemocracy.net/democraciaabierta/breno-bringel/2013-2016-polariza-o-e-protestos-e-no-brasil>>. Acesso em: 12 mar. 2018.
- BRUM, Eliane. Esquerda, direita e o embargo da memória: Como no Brasil atual o original e o realmente novo são silenciados para que os discursos viciados possam ser mantidos para a ocupação do poder. **El País**. 26 fev. 2018. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2018/02/26/opinion/1519658924\\_002382.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/02/26/opinion/1519658924_002382.html)>. Acesso em: 20 mar. 2018.

- CAVA, Bruno. **A multidão foi ao deserto**: as manifestações no Brasil em 2013 (junho-outubro). São Paulo: Annablume, 2013.
- \_\_\_\_\_. PEREIRA, Maurício (orgs.). **A Terra Treme**: Leituras do Brasil de 2013 a 2016. São Paulo: Annablume, 2016.
- DAMATTA, Roberto. **O que faz o Brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 1986.
- \_\_\_\_\_. **Carnavais, Malandros e Heróis**: para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- \_\_\_\_\_. **A casa e a rua**: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco, 2003.
- EVERS, T. Identidade, a face oculta dos novos movimentos sociais. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, v. 2, n. 4, p. 11-23, 1984.
- FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. São Paulo: Globo, 2012.
- FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Nacional, 1978.
- FOLLMANN, José Ivo. **Igreja, ideologia e classes sociais**. Petrópolis: Vozes, 1985.
- \_\_\_\_\_. Identidade como conceito sociológico. **Revista Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, RS, v. 37, n. 158, p. 43-66, 2001.
- \_\_\_\_\_. Processos de identidade versus processos de alienação: algumas interrogações. **Revista Identidades**. São Leopoldo, Escola Superior de Teologia, v. 17, n. 1, p. 83-90, 2012. Disponível em: <<http://www.est.edu.br/periodicos/index.php/identidade>>.
- FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987.
- GENRO, Tarso. Para o gigante, já acordado, caminhar melhor. **Sul21**. Porto Alegre, 13 jul. 2013. Disponí-

- vel em: <<https://www.sul21.com.br/opiniaopublica/2013/07/para-o-gigante-ja-acordado-ca-minhar-melhor-por-tarso-genro/>>. Acesso em: 5 maio 2018.
- GENRO, Tarso. O junho que nos desafia. **Sul21**. Porto Alegre, 27 jan. 2014. Disponível em: <<https://www.sul21.com.br/opiniaopublica/2014/01/o-junho-que-nos-desafia/>>. Acesso em: 5 maio 2018.
- GOHN, Maria da Glória. **Manifestações e protestos no Brasil**: correntes e contracorrentes na atualidade. São Paulo: Cortez, 2017.
- GOMES, Luís Eduardo. Junho de 2013: ascensão e queda do Bloco de Luta. **Sul21**. Porto Alegre, 26 jun. 2018. Disponível em: <<http://junho2013.sul21.com.br/junho-de-2013-ascensao-e-queda-do-bloco-de-luta/?ModPagespeed=off>>. Acesso em: 26 jun. 2018.
- HADDAD, Fernando. Vivi na pele o que aprendi nos livros. **Revista Piauí**, Edição 129, jun. 2017. Disponível em: <<http://piaui.folha.uol.com.br/materia/vivi-na-pele-o-que-aprendinos-livros/>>. Acesso em: 24 mar. 2018.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.
- HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**. A gramática moral os conflitos sociais. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2009.
- IHU-Unisinos. Junho de 2013 aconteceu, mas não teve lugar. Entrevista especial com Rodrigo Nunes. **IHU On-Line**. São Leopoldo, 20 jun. 2018. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/580060-junho-de-2013-aconteceu-mas-nao-teve-lugar-entrevista-especial-com-rodrigo-nunes>>. Acesso em: 23 jun. 2018.
- MARICATO, Ermínia et al. **Cidades rebeldes**: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013.

- MARTINS, José de Souza. **A Sociedade vista do Abismo.** Novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.
- MILENA, Lilian. Para Jessé Souza, golpe nasceu em junho de 2013. **Jornal GGN.** São Paulo, 6 set. 2016. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/559796-para-jesse-souza-golpe-nasceu-em-junho-de-2013>>. Acesso em: 10 mar. 2018.
- OGLIARI, Elder. Governo viu "ingratidão" em protestos, diz ministro. **Estadão.** São Paulo, 25 jan. 2014. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,governo-viu-ingratidao-em-protestos-diz-ministro-imp-,1122684>>. Acesso em: 15 mar. 2018.
- OLIVEIRA, Samir. Retrospectiva dos protestos em Porto Alegre: 2013, o ano que não terminou. **Sul21.** Porto Alegre, 25 dez. 2013. Disponível em: <<https://www.sul21.com.br/cidades/2013/12/retrospectiva-2013-o-ano-que-nao-terminou/>>. Acesso em: 12 maio 2018.
- ORTELLADO, Pablo. Dois anos depois: afinal, era por vinte centavos? **El País.** 16 jan. 2015. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2015/01/15/opinion/1421362752\\_961392.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2015/01/15/opinion/1421362752_961392.html)>. Acesso em: 13 maio 2018.
- PEREIRA, M. C.; RIBEIRO, F. B. No Areal das Mulheres: um benefício em família. **Revista de Ciências Sociais**, n. 38, p. 87-104, 2013.
- ROCHA, Sandoval Alves. **O Programa Bolsa Família: Identidade, subjetividade e integração social em Maracanaú-CE.** 2012. 145 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)–Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos, São Leopoldo, RS, 2012.
- SOLANO, Esther; ORTELLADO, Pablo. **Pesquisa com os participantes da manifestação do dia 12 de abril**

**de 2015 sobre confiança no sistema político e fontes de informação.** GPOPAL-USP, 2015. Disponível em: <<https://gpopai.usp.br/pesquisa/120415/>>. Acesso em: 7 nov. 2017.

SOUZA, Jessé. **O “novo” velho golpe** / Artigo de Jessé Souza publicado em 16/01/2018. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/revista/984/o-201cnovo201d-velho-golpe>>. Acesso em: 22 maio 2018a.

\_\_\_\_\_. **A gramática social da desigualdade brasileira, RBCS.** v. 19, n. 54, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v19n54/a05v1954.pdf>>. Acesso em: 22 maio 2018b.

\_\_\_\_\_. **A Ralé Brasileira: quem é e como vive.** 3. ed. Colaboradores André Grilo et al. São Paulo: Contracorrente, 2018c.

\_\_\_\_\_. **Subcidadania Brasileira: para entender o país além do jeitinho brasileiro.** 2. ed. Rio de Janeiro: LeYa, 2018d.

\_\_\_\_\_. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato.** Rio de Janeiro: LeYa, 2017.

\_\_\_\_\_. **A radiografia do golpe: Entenda como e por que você foi enganado.** Rio de Janeiro: LeYa, 2016.

\_\_\_\_\_. **A tolice da inteligência brasileira: ou como o país se deixa manipular pela elite.** São Paulo: LeYa, 2015.

\_\_\_\_\_. (Org.). **Ralé brasileira: quem é e como vive.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

\_\_\_\_\_. **A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

\_\_\_\_\_. **A modernização seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro.** Brasília: Editora UnB, 2000.

TAYLOR, Charles. **Hegel e a sociedade moderna.** São Paulo: Loyola, 1979.

TOURAINÉ, A. **Production de la société.** (Primeira edição em 1973). Paris: Ed. Le Seuil, 1993.

WRIGHT, Erik Olin (org.). **Análise de classe:** abordagens. Tradução de Marcus Penchel. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

“20 de Junho - a Revolta dos Coxinhas”. **Passa Palavra.** 21 de jun. 2013. Disponível em: <<http://passapalavra.info/2013/06/79726>>. Acesso em: 13 maio 2018.



CASA LEIRIA  
Rua do Parque, 470  
São Leopoldo-RS Brasil  
Telefone: (51)3589-5151  
[casaleiria@casaleiria.com.br](mailto:casaleiria@casaleiria.com.br)

Jessé Souza traz uma tremenda contribuição para uma academia acomodada na sua "zona de conforto". A sociologia deste autor e fazedor de opinião é uma "sociologia do não sossego" ou "sociologia do desassossego". É algo detestável para uma grande parte de cientistas sociais, que vivem no conforto do enriquecimento de seus currículos. (José Ivo Follmann)

Esse seminário possibilitou ampliar e debater com colegas sobre outros aspectos e percepções da obra de Jessé Souza, o qual, concordando ou não com suas ideias, nos traz questões fundamentais para a reflexão. (Maira Damasceno)

Jessé Souza argumenta que a tese hegemônica na sociologia nacional é elitista, estreita e enganosa. O Brasil, para Jessé Souza, é antes fruto da cultura escravocrata, desumano e submetido à imposição da elite senhorial desde sempre. Jessé Souza, na verdade, não esgota a visão sobre o Brasil, mas completa com olhar de "os de baixo" a visão até então parcial dos que só enxergavam "os de cima" como protagonistas. (Ronaldo Teixeira da Silva)

Sonhos, projetos profissionais, lugares sociais, julgamentos e pré-julgamentos sobre tudo e sobre todos, incluído eu mesmo, foram tocados a partir das leituras e reflexões feitas. (Sinval Martins Farina)

O momento histórico que toca a todos e todas nós viver faz emergir a necessidade e a importância das ideias referendadas e balizadas pelo pensamento crítico. Esse é o maior legado de Jessé Souza e do debate que foi construído em torno de suas proposições, ou seja, a possibilidade de acessar e utilizar instrumentais teórico/analíticos para refletir e intervir na realidade. (Thiago Vieira Pires)

Devo dizer que as palavras de Jessé Souza, a sua forma de buscar as chaves centrais de leitura sociológica da realidade brasileira, provocaram e mobilizaram intensamente as minhas concepções.

*José Ivo Follmann*



Casa Leiria

ISBN 978-85-9509-033-0



9 788595 090330 >